

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO**

LUIS EDUARDO MORAES SINÉSIO

**A DESISTÊNCIA DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO
NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS: DISCURSOS
E OUTRAS PRÁTICAS DE SI**

**CAMPO GRANDE/MS
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sinésio, Luis Eduardo Moraes.

A desistência da carreira do magistério no município de campo grande/ms: discursos e outras práticas de si: Luis Eduardo Moraes Sinésio – Campo Grande, 2014.

132p. 30 cm

Orientador: Antônio Carlos do Nascimento Osório

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Educação.

1. Discurso; 2. Princípios arqueogenealógicos; 3. Carreira do magistério. I. Osório, Antônio Carlos do Nascimento. II. Título.

CDD

LUIS EDUARDO MORAES SINÉSIO

**A DESISTÊNCIA DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO
NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS: DISCURSOS
E OUTRAS PRÁTICAS DE SI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação – Curso de Doutorado, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório.

**CAMPO GRANDE/MS
2014**

Luis Eduardo Moraes Sinésio

**A desistência da carreira do magistério no município de Campo Grande-MS: Discursos
e outras práticas de si**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação,
do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
como requisito final para a obtenção do título de Mestre

COMISSÃO EXAMINADORA



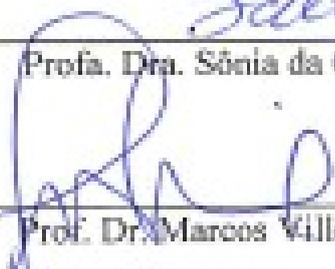
Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório



Prof. Dra. Inara Barbosa Leão



Prof. Dra. Sônia da Cunha Urt



Prof. Dr. Marcos Villela Pereira



Prof. Dr. Adir Casato Nascimento

Campo Grande - MS, 27 de novembro de 2014

A minha família, que soube ajudar-me nos momentos de dificuldades nessa etapa de formação profissional, em especial a minha mãe Iolanda Moraes Sinésio, que se dedicou não somente a me ajudar, mas também pelas suas orações, fortalecendo-me a cada dia para que tudo desse certo. Em especial, ao meu pai Luís Sinésio Silva (in memoriam) que, apesar de não estar mais entre nós, senti sempre a sua presença em todos os momentos da vida.

A minha família: o meu irmão Luís Sinésio Silva Filho e minhas irmãs Deise Maria Moraes Sinésio, Diana Maria Ávila Sinésio e Dione Morais Hoffmann, além dos outros componentes da família: Renata Hoffmann da Silva, Fernando Hoffmann da Silva, Luís Sinésio Silva Neto, João Paulo, Bárbara Sinésio Ávila, Patrícia Sinésio Ribeiro, Wilson Redondo de Ávila, Leila, João Francisco e Theo Francisco.

AGRADECIMENTOS

Agradecer? Um grande desafio e um dos momentos mais difíceis na escrita deste trabalho, pelo cuidado que tive em proferir o discurso na possibilidade de cometer injustiças no sentido de esquecer alguns nomes. Aqui neste momento, ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela, e com essas palavras de Foucault, incitei um novo discurso.

Bom, acredito ser um ato de humildade e de sabedoria, agradecer primeiramente a Deus, detentor da vida que nos propicia estes momentos de alegria.

Em especial, ao meu orientador Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, um intelectual, um pesquisador que, por inúmeras vezes, me chamou a atenção. Um amigo que, incansavelmente preocupado com a minha formação no campo da pesquisa, me mostrou, em suas aulas, tanto no mestrado quanto no doutorado, nas reuniões de Grupos de Estudos e de Investigações Acadêmicas nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF) e nas palestras proferidas, as diferentes perspectivas do ato de conhecer e da formação de pesquisador.

À Profa. Dra. Fabiany de Cássia Tavares, pelo apoio, pela dedicação em suas palavras em acreditar e me ajudar a chegar até aqui, incentivando-me sempre, o meu carinho e admiração.

Aos meus ex-professores da Educação Básica. Não mencionarei nomes pelo fato de poder cometer injustiça e cair no esquecimento de alguns, pois sei que todos fazem parte dessa conquista, apesar de muitos já não se encontrarem entre nós, como é o caso do prof. Wilson Taveira Rosalino, da disciplina de matemática.

Aos professores do Departamento de Educação Física da UFMS: João Batista de Mesquita, João Batista Ferreira, Zorilda Ferreira, Ari Fernando Bittar, José Luiz Finocchio, Herta Betty Krawieck (*in memoriam*), Nilda Rangel, Gilberto Ribeiro de Araújo Filho, Neide Raslan, João Jair Sartorello, Antônio Carlos Beretta, Maria Emília Araújo, Mário Amaral Rodrigues e Marisa de Araújo. Aos funcionários administrativos do Departamento de Educação Física da UFMS.

Às pessoas especiais que fizeram parte dessa trajetória de formação: Prof. Dr. Renato Shoey Yonamine (*in memoriam*); um dos meus grandes incentivadores no campo da produção do conhecimento, professor, mestre que me ensinou muito para que eu chegasse até aqui. À Profa. Dra. Alda Maria do Nascimento Osório (Departamento de Educação da UFMS), o meu muito obrigado por ter feito parte da minha formação. Ao Prof. Dr. José Luiz Finocchio (Departamento de Educação Física - DEF); Prof. Me. Ari Fernando Bittar (DEF); Profa.

Eliana de Matos Carvalho (Secretaria de Estado de Educação - SED), Profa. Dra. Regina Cestari (Universidade Católica Dom Bosco - UCDB).

Aos membros da banca de avaliação: Prof. Dr. Marcos Villela Pereira da Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul, pelas suas orientações no processo de qualificação, trazendo grandes contribuições visando à melhoria da escrita da tese, bem como as reflexões em relação à base epistemológica de Michel Foucault e suas correlações com o objeto de investigação.

À Profa. Dra. Adir Casaro, da UCDB, pelas suas reflexões sobre a necessidade do zelo epistemológico diante do processo de escrita, de buscar sempre o rigor da construção do conhecimento; pela amizade e também por me acompanhar no processo de formação profissional, incentivando-me sempre para que eu não desistisse dos meus sonhos.

À Profa. Dra. Inara Barbosa Leão, da UFMS, uma intelectual incansável, sempre disposta a ajudar, e incentivadora no sentido de não desistirmos e sim buscarmos nos fortalecer por meio das leituras, das reflexões e teorizações; também fazer parte da minha formação de pesquisador, pelos excelentes conteúdos de suas aulas ministradas no programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS.

À Profa. Dra. Sônia Urt, da UFMS, que, no exame de qualificação, trouxe contribuições relevantes para a tese, mostrando-me outras possibilidades teóricas na discussão da carreira do magistério.

À secretária e ao secretário do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), respectivamente, Jaqueline Mesquita e Horácio Porto, por se colocarem à disposição quando precisávamos de alguma coisa, pelo incentivo constante em cada etapa vencida da formação.

Ao GEIARF, do qual participo desde 2002 até o presente momento (2014) na UFMS, sob a coordenação do Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, por me proporcionar conhecimentos necessários ao desenvolvimento da pesquisa e ao meu crescimento intelectual. Nesse período, adquiri amizades com pessoas que passaram pelo grupo e por algum motivo trilharam outros caminhos.

Em especial, a alguns colegas do grupo: Eli Narciso de Oliveira, Myrna Wolff Brachmann, Silvio Lobo Filho, Aracy Mendes Cardoso, Daniel Santee, Marcos Paz da Silveira, Mariuza Camilo Guimarães, Tatiana Lapas Leão, Arão Davi Oliveira, Márcia Regina C. de Oliveira, Maria Auxiliadora Máximo, Glaucimara Schneider Hova, Márcia Regina C. de Oliveira, Mirella Villa Tucunduva da Fonseca, Thiago Fróes Acosta, Marcelo Correa Pires, entre outros, que passaram por aqui deixando um pouco de si.

À ex-Secretária Municipal de Educação Profa. Ma. Maria Cecília Amendola da Motta e à ex-Secretária de Administração da Prefeitura de Campo Grande Aurenice Rodrigues Pinheiro Pilatti; à servidora Diná Guimarães de Campos, coordenadora de Desenvolvimento de Recursos Humanos, por facilitar o acesso aos dados da pesquisa. A todos os professores participantes da pesquisa que se colocaram à disposição para responder às entrevistas semiestruturadas, disponibilizando o seu precioso tempo na colaboração do estudo. Aos meus colegas de trabalho da Secretaria Municipal de Educação, da Divisão de Ações Socioeducativas (DASE) – Programa Escola Viva: Eliane Medeiros Alcarás, Vicente Fernando, Mario Cesar, Ironilda Gonçalves, Vera Lúcia Gomes Alves, Gandhi Winckler, Jaira Santos, Jaqueline Pereira, Eliana Rodrigues, Suely Carneiro Mascarenhas, pelo incentivo, com palavras de otimismo, mesmo nos momentos mais difíceis.

À Profa. Ma. Heloisa Barolli, por dispor do seu tempo precioso, ajudando-me na reescrita desta tese, operando sempre de forma construtiva no sentido de chamar a minha atenção para o rigor epistemológico tão necessário ao término deste trabalho, pelas possibilidades de crescimento pessoal e profissional durante esse período.

À equipe da Secretaria Municipal de Educação (SEMED); às instituições de Ensino Superior – Instituto de Ensino Superior da Funlec (IESF); à Faculdade UNIGRAN Capital; aos meus alunos e ex-alunos da graduação em educação física, da pós-graduação e todos aqueles que me ajudaram para que eu pudesse chegar à formação de Doutor em Educação.

Aos meus colegas da turma de Doutorado de 2011: Sergio Antunes de Almeida, Dante Alighieri Alves de Melo, Ronaldo Maciel Pavão, Oswaldo Ribeiro da Silva, Luci Carlos de Andrade, Marta Banduci Rahe, Francys Marizethe, Miguel Gomes Filho, Jorge Luís D'Ávila, Caio Nogueira H. Cordeiro e Baldinir Bezerra da Silva, pelo apoio. A força de vocês me impulsionou a não desistir, pois, nos momentos difíceis, me fortaleceram com palavras de incentivo e encorajamento.

A todos os profissionais da educação, que são vitoriosos por escolherem a profissão e seguirem a carreira do magistério como opção profissional. São heróis que se dedicam em sala de aula, na perspectiva de acreditar em uma sociedade mais justa por meio da educação.

Às pessoas que me ajudaram direta ou indiretamente nesse processo de formação pessoal e profissional, como militante da educação e por acreditar que é possível fazermos um mundo melhor alicerçando as práticas educativas a um compromisso ético e social.

Aos meus colegas, profissionais da Educação Física, que se dedicam incansavelmente a buscar formas diferenciadas de conceber conhecimentos aos nossos alunos da educação

básica, advindos da área acadêmica, mas, acima de tudo, valorizando as nossas experiências cotidianas ao longo de toda a trajetória profissional.

Ninguém “não pode banhar-se duas vezes no mesmo rio”, pois na segunda vez já não será o mesmo, uma vez que aquela água já se foi, e é outra...

Você pode banhar-se no mesmo rio diversas vezes. Entretanto nunca poderá banhar-se na mesma água daquele rio duas vezes. Você poderá entrar no mesmo rio diversas vezes. Mas você nunca será o mesmo, a cada vez que nele entrar.

Assim como a água de um rio que passa por uma pequena região, numa pequena cidade ao longo de diversas gerações, somos nós. A cada dia temos novas experiências acerca de nós mesmos e estas experiências fazem com que sejamos diferentes momento a momento.

HERÁCLITO de Éfeso (Filósofo pré-socrático – pai da Dialética).

RESUMO

SINÉSIO, Luís Eduardo Moraes. **A desistência da carreira do magistério no município de Campo Grande/MS: discursos e outras práticas de si. 2014.** 131 fls. Tese (Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2014.

Esta tese de doutorado na área de educação vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, à Linha de Pesquisa Educação e Trabalho e ao Grupo de Estudos e Investigações Acadêmicas nos Referenciais Foucaultianos. Por meio de alguns pressupostos teórico-metodológicos de Michel Foucault, realizaram-se leituras dos discursos. Consiste em identificar e descrever o conjunto de enunciados sobre os discursos da carreira do magistério dos professores desistentes no momento da posse do concurso público de provas e títulos realizados pelo município de Campo Grande, MS, de 2005 a 2010, e suas correlações com as políticas de educação brasileira. Destaca-se ainda que a produção de verdades desses discursos não é um fenômeno isolado, sempre se dá em rede e explicita aspectos das estratégias e táticas de controle dos saberes expressos. Como procedimento metodológico e para atender aos objetivos do estudo, como ferramentas da pesquisa, estabeleceram-se alguns critérios para a seleção dos 15 sujeitos entrevistados (professores nomeados por concurso público do magistério, mas que não tomaram posse, e aqueles que tomaram posse – prazo de 60 dias – e solicitaram a sua exoneração do cargo). As entrevistas semiestruturadas foram gravadas e posteriormente transcritas. Como forma de análise das falas (discursos) e dos documentos das políticas educacionais relacionadas, utilizaram-se os princípios da arqueogenealogia de Foucault e os seus conceitos de discurso extraídos de sua base epistemológica: elementos internos e externos de controle do discurso - a facção, rarefação, exclusão e interdição - e os processos disciplinares segundo Foucault. Ainda nas análises das entrevistas, os princípios de método: princípio da descontinuidade, da especificidade, da regularidade e da exterioridade. Constatou-se um campo discursivo complexo que legitimou poderes e saberes enunciativos sobre sujeitos-objetos e mostrou como os discursos históricos da carreira do magistério (conjunto de enunciados) evidenciaram mecanismos de formação de subjetividades. Observou-se, para cada sujeito, um discurso, e para cada objeto, uma correlação de forças no cuidado de si e dos outros, evidenciando discursos carregados de sínteses pré-estabelecidas, segmentadas na emergência de saberes verdadeiros. Nesse sentido, os discursos da desistência da carreira do magistério por meio do concurso do município são determinados pelas práticas culturais e dos sujeitos a partir do conceito grego do cuidado de si, explicitando um campo de subjetividades aliadas às relações de normalização e controle discursivas.

Palavras-chave: Discurso. Princípios arqueogenealógicos. Carreira do magistério.

ABSTRACT

This is a doctoral thesis in the area of education, linked to the Postgraduate Education (PPGEDU) of the Federal University of Mato Grosso do Sul, in the Line of Research Education and Labor and linked to the Group of Studies and Research in Academic Benchmarks Program Foucault (GEIARF). Through some theoretical and methodological assumptions of Michel Foucault, we performed readings of the speeches. This thesis aims to identify and describe the set of statements about the speeches of dropouts teachers of the teaching career, when held by the public entrance examination and securities held by the city of Campo Grande-MS, in the meantime from 2005 to 2010, and their correlations with the policies of Brazilian education. We also point out that the production of truths these discourses is not an isolated phenomenon, it always gives networking and explains aspects of the strategies and tactics of control of knowledge expressed. As a methodological procedure and in order to meet the objectives of the study we have established some criteria for the final selection of the 15 interviewees (teachers who were appointed through the public tender of teaching and not held or those taking possession - 60 days and requested his removal from office). As a way of analyzing speech and documents related educational policies, we use the principles of arqueogenealogia Foucault and his concepts extracted speech of its epistemological base: internal and external control elements of speech: faction, thinning, exclusion, interdiction; and disciplinary procedures according to Foucault. And we still use in the analysis of the interviews the principles of method: The principle of discontinuity, specificity, regularity, and externality. We found a complex discursive field that legitimized enunciative powers and knowledge about subject-objects showing how historical discourses of the teaching career (set of statements) revealed mechanisms of formation of subjectivities. We also note then that for each subject a speech, for each object a correlation of forces in the care of self and others, showing lectures loaded pre-set synthesis, segmented in the emergence of true knowledge. In this sense, we identify that the speeches of the withdrawal of the teaching career are determined by cultural practices and subjects from the Greek concept of self-care, highlighting a field of allied relations standardization subjectivities and discursive control.

Keywords: Speech. Arqueogenealogicos principles. Career of the Magisterium.

RÉSUMÉ

Ceci est une thèse de doctorat dans le domaine de l'éducation, liés au Programme de l'éducation de troisième cycle (PPGEDU) de l'Université Fédérale du Mato Grosso do Sul, dans la ligne de recherche sur l'éducation et du travail et lié au Groupe d'études et de recherche dans le programme académique Repères Foucault (GEIARF). Grâce à des hypothèses théoriques et méthodologiques de Michel Foucault, la lecture sur les discours ont été prononcés. Cette thèse vise à identifier et à décrire l'ensemble des déclarations sur les discours des enseignants décrocheurs de la carrière d'enseignant, lorsqu'il est maintenu par l'examen et les titres d'entrée publique organisée par la ville de Campo Grande-MS, dans l'intervalle de 2005 à 2010, et leur corrélations avec les politiques de l'éducation au Brésil. Nous rappelons également que la production de vérités de ces discours ne sont pas un phénomène isolé, il donne toujours le réseautage et explique les aspects des stratégies et des tactiques de contrôle des connaissances exprimées. Comme une démarche méthodologique et afin de répondre aux objectifs de l'étude ont établi des critères pour la sélection finale des 15 personnes interrogées (enseignants qui ont été nommés par l'appel d'offres de l'enseignement et non détenus ou ceux qui prennent possession - dans les 60 jours et demandé le rejet de l'accusation). Les entrevues semi-structurées ont été enregistrées et transcrites plus tard. Comme une façon d'analyser les discours et les documents connexes politiques éducatives, nous utilisons les principes de arqueogenealogia Foucault et ses concepts de parole extraits de sa base épistémologique: éléments internes et externes de contrôle de la parole: Faction, amincissement, d'exclusion, d'interdiction; et les procédures disciplinaires selon Foucault. Et nous utilisons encore dans l'analyse des entretiens, les principes de la méthode: le principe de discontinuité, de la spécificité, de la régularité, et l'extériorité. Constatamos un champ discursif complexe qui légitimait pouvoirs énonciatives et de connaissances sur l'objet-objets montrant comment les discours historiques de la carrière d'enseignant (ensemble des états) ont révélé des mécanismes de formation des subjectivités. Nous notons également que pour chaque sujet un discours, pour chaque objet une corrélation de forces dans la prise en charge de soi et des autres, montrant des conférences chargées synthèse de pré-série, segmentées dans l'émergence de la vraie connaissance. En ce sens, nous identifions que les discours du retrait de la carrière de l'enseignement sont déterminées par les pratiques culturelles et les sujets de la notion grecque de soins auto-administrés, en soulignant un champ de relations alliées subjectivités de normalisation et de contrôle discursif.

Mots-clés: Discours. Arqueogenealógicos principes. Carrière du Magistère.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Princípios de método de discurso.....	40
Figura 2 - Procedimentos de sujeição do discurso.....	91

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Número de matrícula na educação básica por dependência administrativa. Brasil – 2007-2012.....	47
---	----

LISTA DE SIGLAS

CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CNTE	- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
DASE	- Divisão de Ações Socioeducativas
DED	- Departamento de Educação
DEF	- Departamento de Educação Física
DIOGRANDE	- Diário Oficial do Município de Campo Grande
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Brasileira
FUNDEF	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
GEIARF	- Grupos de Estudos e de Investigações Acadêmicas nos Referenciais Foucaultianos
GRH	- Setor de Recursos Humanos
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	- Índice do Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IESF	- Instituto de Ensino Superior da Funlec
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	- Produto interno bruto
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNE	- Plano Nacional de Educação
PPGEdu	- Programa de Pós-Graduação em Educação
REME	- Rede Municipal de Ensino
SAEB	- Sistema de Avaliação da Educação Básica
SED	- Secretaria de Estado de Educação
SEMAD	- Secretaria Municipal de Administração
SEMED	- Secretaria Municipal de Educação
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCDB	- Universidade Católica Dom Bosco
UFMS	- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CENÁRIO I - ASPECTOS SOCIAIS DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO.....	24
1.1 ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	29
1.2 ALGUNS PRINCÍPIOS ARQUEOGENEALÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO....	40
1.3 O PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, MS: A DESCRIÇÃO DE SEUS ENUNCIADOS.....	58
CENÁRIO II - A GENEALOGIA DO SUJEITO: ALGUNS DISCURSOS DOS PROFESSORES E O CUIDADO DE SI.....	69
2.1 A EMPIRIA: OS SUJEITOS DA PESQUISA E OS SEUS DISCURSOS.....	70
CENÁRIO III - A VERDADE DOS DISCURSOS: UMA ARENA DE SIGNIFICADOS/RITUAIS DA CONFISSÃO.....	82
ALGUMAS CONSTATAÇÕES POSSÍVEIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	108
GLOSSÁRIO.....	114
ANEXOS.....	117
APÊNDICES.....	121

INTRODUÇÃO

O elemento principal desta pesquisa foi investigar os discursos sobre a carreira do magistério dos professores após aprovação e desistência no momento da posse no concurso de provas e títulos, realizado pelo município de Campo Grande, MS, no entretempo de 2005 a 2010. Nesse contexto, buscamos identificar quais verdades deram visibilidades a esses discursos, expressas pelos sujeitos entrevistados, bem como as correlações discursivas, no campo das políticas educacionais. A temporalidade do estudo justifica-se em função de que, por meio da leitura do Diário Oficial do Município (DIOGRANDE), identificou-se um aumento significativo de pedidos de desistência do concurso público para o magistério.

Este estudo teve por objetivo geral mostrar como os dispositivos do poder engendram discursos de verdade sobre os movimentos políticos e históricos na ordem e disposição das coisas/objetos no magistério e nos discursos de desistência do concurso público da REME.

Para tanto, foi descrito o conjunto de enunciados sobre os discursos dos professores desistentes no momento da posse do concurso público de provas e títulos realizados pelo município de Campo Grande, MS, de 2005 a 2010, e suas correlações com as políticas de educação brasileira. Nesta pesquisa, o objetivo não foi averiguar se os sujeitos desistiram da carreira do magistério em outro contexto, isto é, se continuaram ou não na profissão após a entrevista concedida para esta pesquisa, apenas os motivos da desistência dos concursos realizados na REME no entretempo de 2005 a 2010.

Os aspectos da carreira foram analisados à luz da teoria de alguns elementos de Michel Foucault, como a obra: *A ordem do discurso* (2009a), em que os princípios gerais, que permearam todo o trabalho e as análises da pesquisa, foram explicitados a partir da arqueogenealogia – produção do discurso (conjunto de enunciados), bem como dos depoimentos dos sujeitos, as verdades em seus discursos e o cuidado de si (um dos principais recortes epistemológicos de Foucault).

Nesse cenário de investigação, descrevemos enunciados e suas interfaces com o campo das políticas de educação e os resultados das pesquisas acadêmicas encontradas no inventário (arquivos).

Na mesma obra, Foucault (2009a) analisa a formação e manutenção dos discursos baseando-se nos tensionamentos de poder e controle social. Segundo esse pensamento, o discurso atravessa os elementos contidos na experiência, pois se encontra em todo o conjunto de forma que comunica um conteúdo, qualquer seja a linguagem à qual pertençam. Para Foucault (2009a), mais importante que o conteúdo dos discursos é o papel que eles

desempenham na ordenação do mundo: um discurso dominante tem o poder de determinar o que é aceito ou não em uma sociedade, independentemente da qualidade do que ele legitima como verdade.

Nesse caminhar investigativo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos que nortearam a organização dos três capítulos/cenários da tese: 1) analisar o conjunto de enunciados relacionados a aspectos sociais da carreira do magistério: processos históricos que configuram os discursos da educação brasileira – relações de trabalho do professor com as questões operativas perante as políticas vigentes e suas correlações com o Plano de Carreira do magistério do município de Campo Grande-MS; 2) identificar aspectos da genealogia do sujeito: o cuidado de si no campo dos acontecimentos discursivos a partir das análises dos discursos dos sujeitos entrevistados; e 3) descrever os discursos e os sujeitos constituintes, e, norteados em suas análises, os significados atribuídos às verdades legitimadas em seus depoimentos.

Na última parte do trabalho, Algumas Constatações Possíveis do estudo, buscou-se analisar, por meio de reflexões, os objetivos da tese e hipóteses iniciais.

A tese consiste em compreender os motivos explicitados pelos entrevistados para a desistência do concurso, caracterizando a subjetividade de cada sujeito, e quais enunciados deram visibilidade a esses discursos na esfera do saber, na configuração de verdades. Embora formando certos domínios autônomos, apresentam-se como campo de convergências e divergências em relação à carreira do Magistério no município de Campo Grande, MS.

Em 2011, conforme o DIOGRANDE (PMCG, 2011), identificou-se o quantitativo de docentes (total de 148, de 2005 a 2010, e de cinco concursos para o magistério realizados nesse período com variação de desistências de ano e área do conhecimento) que pediram exoneração do magistério por área de conhecimento; porém, como os dados apresentaram-se inconsistentes, não foram discutidos aqui. Esses instrumentos permitiram-nos pensar sobre os motivos que levaram os sujeitos a pedir o desligamento da carreira, instigando, assim, o desejo de pesquisar sobre essa temática.

Essas constatações iniciais foram os primeiros passos ao desenvolvimento da pesquisa que, na medida do possível, caracterizou-se como sendo de natureza qualitativa, empírica analítica e a base epistemológica direcionada para princípios arqueogenealógicos: descrição histórica do conjunto de enunciados (arqueologia) e da problemática do sujeito (genealogia) - um dos recortes de investigação de Michel Foucault.

É um estudo que envolve também elementos da subjetividade humana, no qual os registros e as verdades dos discursos não foram fixados em um sujeito específico, mas

deslocadas na medida em que os sujeitos são sempre recapturados pelo poder, não sendo nunca fixos, pelo contrário, como movimentos, são sempre dinâmicos.

Inicialmente ao processo de investigação houve uma tentativa de se trabalhar apenas com a arqueologia, porém, no caminhar da investigação, recortes epistemológicos deram visibilidade à pesquisa e optou-se então para trabalhar com alguns princípios da arqueogenealogia de Foucault, atendendo, desta forma, os objetivos da pesquisa. A arqueogenealogia, como perspectiva metodológica, agregou princípios da arqueologia e da genealogia, e os seus entrelaçamentos.

No caso da pesquisa a partir dos referenciais foucaultianos, a aproximação com o campo do conhecimento em relação a outras bases epistemológicas de pesquisa é diferente, pois o “método/problematização” se constrói no desenvolvimento da pesquisa, por entender que não tivemos pretensões de dizer se o discurso é verdadeiro ou falso, mas descrever, compreender e analisar os componentes desse elemento social.

As questões operativas do processo de investigação encaminharam-nos a problematizações de algumas hipóteses sobre o discurso da desistência do concurso: O adoecimento dos docentes, as condições de trabalho, o desgaste da profissão ao longo da carreira, além da desmotivação e do desinteresse, o que tem acarretado a falta de professores em algumas áreas do conhecimento e, conseqüentemente, a desistência dos concursos para essa área profissional.

Trata-se de um estudo que adquire relevância no cenário social e político, bem como nos cursos dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) e no campo das políticas educacionais no município de Campo Grande, MS. Isto em função de explicitar elementos contidos nos discursos da sociedade sobre o magistério, identificando verdades sobre uma carreira profissional que se encontra em desprestígio social, fato este comprovado durante o levantamento do inventário inicial (leitura das pesquisas produzidas nessa temática) e contidas nos discursos dos sujeitos entrevistados.

Como procedimento da pesquisa, realizou-se um levantamento sobre a temática e o descritor “carreira do magistério” no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na plataforma SciELO, Revista da Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação, dados de algumas universidades brasileiras, e *sites* da internet (google); e das demais fontes mencionadas acima.

Nesses rastros de investigação, e a partir das leituras dos resultados das pesquisas encontradas nas teses, dissertações e artigos, foi possível identificar que a carreira docente é uma das mais vulneráveis e expostas a condições adversas, com elevadas exigências de

tarefas burocráticas, como reuniões, atividades extracurriculares, tempo e espaços escolares, e ameaças verbais e físicas advindas de alunos. Situação essa considerada estressante e desmotivadora no que diz respeito à procura por essa profissão. Para dar conta dos propósitos da investigação, levantou-se elementos empíricos: análise de documentos norteadores das políticas educacionais e os discursos dos professores desistentes do concurso público.

Trata-se de uma investigação da área social e humana, candidatos a professores da Rede Municipal de Ensino (REME) de Campo Grande, MS, nomeados por intermédio do concurso público do magistério e que não tomaram posse ou tomaram posse e no prazo de 60 dias solicitaram a sua exoneração do cargo.

Durante o processo de pesquisa, as análises permitiram-nos a descrição foucaultiana sobre o discurso (conjunto de enunciados das entrevistas) – cristalização de determinações históricas complexas dos sujeitos estudados, que, para Foucault (2009a, p.133), refere-se a um “[...] conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”.

A partir de alguns princípios arqueogenealógicos, também foram analisados os documentos da política educacional brasileira, do plano de cargos e salários do município de Campo Grande, MS, e das pesquisas e artigos incluídos no inventário do banco de dados. Eles revelaram alguns instrumentos do poder/saber, tendo o discurso como forma de institucionalizar verdades sobre a carreira do magistério da REME.

O universo empírico da investigação constituiu-se das entrevistas de 15 sujeitos (professores concursados) correlacionadas com outros discursos de objetos encontrados na legislação educacional brasileira, expressas em leis, decretos, normas e plano de carreira do magistério do município de Campo Grande, MS (arquivos). A coleta de dados dos discursos dos professores foi realizada de agosto a dezembro de 2012. A partir de então, foram descritos os procedimentos técnicos da pesquisa, até chegarmos a configuração final dos 15 sujeitos.

Primeiramente, conforme orientações sobre os procedimentos de investigação em educação envolvendo seres humanos, o projeto de pesquisa foi encaminhado, em 2011, ao Comitê de Ética de Pesquisa da UFMS para análise e aprovação (Anexo A). Dando sequência à coleta de dados, solicitou-se à Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) uma lista de professores que pediram exoneração dos concursos no período de 2005 a 2010. Realizou-se então, a leitura do arquivo intitulado Formulário de “Solicitação de Pedidos de Exoneração” (Anexo B) de cargo efetivo, expedido pelo Setor de Recursos Humanos (GRH)

da SEMAD, assinado quando solicitada a exoneração de cargos públicos¹. Dessa lista, que continha o nome de todos os professores desistentes, foram anotados os *e-mails* e enviado um convite para a participação na pesquisa, no sentido de agregar um número considerado significativo de participantes.

Para a coleta de dados com os sujeitos, foram utilizados o questionário e o roteiro de entrevistas semiestruturadas, realizadas em duas fases: a primeira fase da pesquisa, como validação e a segunda fase da investigação, com dados reais. O instrumento para a coleta de dados foi o mesmo, porém cada fase recebeu nomes diferentes, isto é, uma ficha informativa e no segundo momento - Roteiro de entrevistas semiestruturada.

Na primeira fase denominada Validação Online, o instrumento foi intitulado Ficha Informativa (Apêndice A), continha 22 perguntas sobre informações gerais, como identificação do sujeito, formação acadêmica, experiência profissional, intenções sobre escolha do magistério, e questões abertas, sobre os aspectos sociais da desistência da carreira do magistério.

Na segunda fase – Pesquisa Presencial –, denominou-se o instrumento como Roteiro de Entrevista Semiestruturada (Apêndice B), com 15 perguntas fechadas, como informações gerais, identificação do sujeito, formação acadêmica, experiência profissional, intenções sobre escolha do magistério, e sete questões abertas, sobre os aspectos sociais da desistência do concurso do magistério da REME.

Para o momento das entrevistas, organizou-se uma pasta com uma ficha cadastro, contendo informações gerais dos entrevistados, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C) e o Termo de Anuência (Apêndice D) para registro da participação e colaboração dos sujeitos da pesquisa. Durante as entrevistas o pesquisador fazia anotações e gravava a fala dos entrevistados individualmente para posterior transcrição e análise arqueogenealógica do discurso.

Aos professores voluntários participantes do estudo, foi explicado que não seriam divulgadas as suas identidades, e, por questões éticas, durante a descrição da análise seriam identificados por siglas ou números e letras do alfabeto em maiúsculo da língua portuguesa A, B, C e assim por diante. As entrevistas foram submetidas à análise de discurso foucaultiano, tendo como objetivo não sinalizar as origens do discurso, mas a sua dispersão, como práticas e elementos do poder.

¹Esse procedimento administrativo é realizado por todos os funcionários públicos quando solicitam o seu desligamento da carreira pública – apenas para funcionários aprovados nos concursos públicos de provas e títulos.

Como já foi dito, na primeira fase, 19 professores foram convidados a responder a uma Ficha Informativa (Apêndice A) com questões fechadas e abertas, e destes, somente cinco tiveram suas respostas abertas analisadas, por se tratar de uma pesquisa inicial de validação do instrumento.

Essa fase foi apenas um teste de verificação da validade das questões do instrumento da coleta de dados e, portanto, esse grupo de dados não foi considerado na análise arqueológica. A segunda fase foi a mais importante, pois 15 professores foram entrevistados presencialmente, onde tiveram suas falas analisadas, e estes os sujeitos considerados nesta investigação.

Concomitantemente a esses procedimentos da investigação, iniciou-se uma busca de dissertações, teses e artigos sobre o tema em *sites* credenciados de pesquisas científicas. Foi realizado um mapeamento extraído dessas pesquisas desenvolvidas a partir dos postulados teórico-metodológicos foucaultianos com ocorrência do descritor: “discurso” denominado “inventário de banco de dados”.

Para destacar e diferenciar os depoimentos, os discursos dos sujeitos foram digitados entre aspas, procurando explicitá-las de forma que o leitor possa entender a descrição dos enunciados dos entrevistados que formaram toda a base do trabalho, isto é, procurou-se analisar sobre o que foi dito - enunciados discursivos, dialogando com os teóricos, na possibilidade de transitar na base epistemológica a partir dos princípios arqueogenalógicos.

Na organização dos discursos dos sujeitos, agrupou-se o maior número de incidências dos enunciados e entende-se que foi necessária essa organização para melhor evidenciar a emergência, a manutenção e a formação discursiva sobre o saber “motivos da desistência do concurso para o magistério”.

A terminologia cenário foi emprestada de Ratto (2007), por colaborar na caracterização do local onde foram realizadas as análises dos discursos das entrevistas semiestruturadas gravadas e posteriormente transcritas uma a uma, e no tratamento metodológico de ouvir e descrever os discursos.

Para a análise dos discursos dos entrevistados, foram retiradas da base epistemológica os conceitos de discurso para Foucault (2009a), delimitando-se aos procedimentos internos e externos de controle do discurso: facção, rarefação, exclusão; interdição; exclusão e processos disciplinares, que, segundo o autor, deve-se “[...] questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante” (FOUCAULT, 2009a, p.51).

Durante as análises das entrevistas, foram observados os princípios do método: 1- princípio da descontinuidade - “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”; 2- princípio da especificidade - “deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso”; 3- princípio da regularidade - é na prática que se impõem as coisas, “que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade” e, finalmente, o 4- princípio da exterioridade: - “a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar a série aleatória desses acontecimentos fixa suas fronteiras” (FOUCAULT, 2009a, p 52-53).

No caminhar da pesquisa, tínhamos limitações, principalmente no que diz respeito ao acesso e coleta dos dados, pois no contato com elementos empíricos encontramos inconsistências entre o que se dizia a respeito dos motivos da desistência (discurso) e o que efetivamente era encontrado nos documentos da SEMED. Essa condição do acesso aos dados limitaria os esclarecimentos necessários para responder aos objetivos da pesquisa.

A partir desses condicionantes em relação ao acesso dos dados e na possibilidade de se obter uma proximidade com as questões operativas complementares em relação ao objeto de investigação (discursos), por meio de alguns procedimentos técnicos, desenvolveu-se um arquivo (inventário) com os processos históricos discursivos para enriquecer as entrevistas semiestruturadas, tendo a arqueologia inicialmente como forma de compreender os discursos.

A genealogia dos sujeitos e as condições históricas de aparecimento de verdades, como forma de apresentação dos dados e as análises da empiria, explicitaram-se nos discursos dos sujeitos. A emersão sobre como nos tornamos e/ou permitimos que fizessem de nós, em uma sociedade disciplinar e da operatividade de dizermos a verdade, mostram que os saberes que produzimos funcionam como instrumentos do poder.

A leitura, a compreensão e as reflexões de seus ditos e escritos levam-nos ao entendimento de sua ação política como um pensador preocupado com as questões do seu tempo, com as questões éticas que anunciavam e que viviam associadas sempre a uma reflexão filosófica. Nessa perspectiva é que a pesquisa do fenômeno discursivo sobre a desistência do concurso para o magistério não constitui um ato isolado. Pelo contrário, é uma produção social, um fenômeno que se dá em rede, assumindo um complexo feixe de relações sinalizadas nas estratégias de controle veladas nas instituições sociais e nas políticas educacionais brasileiras.

Na construção do objeto de tese, houve alguns momentos de discussões e reflexões desenvolvidas e estabelecidas no Grupo de Estudos nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF), coordenado pelo Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, e durante as aulas ministradas no PPGEduc - Curso de Doutorado, nos períodos de 2011 a 2012. Elas serviram de subsídios no fortalecimento da base epistemológica e identificamos que essa temática tem sido pesquisada a partir das ciências humanas, sobretudo nas subáreas de sociologia, psicologia e educação e envolvem também as questões políticas e do mundo do trabalho.

A questão da carreira do magistério passou a ser a temática a ser pesquisada no Curso de Doutorado, na Linha de Educação e Trabalho, concomitantemente às orientações do Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório. O discurso da carreira do magistério emerge de uma situação profissional e de vida, de uma leitura crítica atuando como técnico-formador na SEMED e como docente em cursos de graduação na área da educação física no município de Campo Grande, MS.

A experiência, nesses anos de aprendizagem como professor, mostraram-me que trabalhar com Foucault é realizar um exercício constante de superação, e que esse exercício se estrutura na constante mudança de atitude e de pensamento e nas constantes análises sobre o que fizeram de nós mesmos (objetivação). “Existem momentos na vida onde a questão de saber se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou refletir” (FOUCAULT, 1984, p.13).

Instigante e desafiador, como amplitude e complexidade de conceitos, coletânea de artigos, cursos, entrevistas, debates, aulas-conferência, Foucault oferece um arsenal teórico amplo, acompanhado de vasta produção intelectual nos campos da política, economia, filosofia, enfim, de áreas das chamadas ciências do homem, exercendo certo fascínio para quem pretende trabalhar com esse pensador. Entendi que em Foucault encontraríamos possibilidades de realizar um exercício constante de ruptura, e transgressão aos condicionantes e limitações na abordagem do conhecimento, que o próprio Foucault chama de atitude-limite principalmente da minha formação inicial - licenciatura em educação física, realizada na UFMS, de 1991 a 1994.

Aponta novos desafios de superação rompendo com as sínteses pré-estabelecidas das coisas e dos objetos (processos de naturalização) que não permitem avançar, pelo contrário, o autor nos assujeita o tempo todo a pensar os discursos como especulações em primeira instância de elementos dispersos.

Tendo a atitude-limite como um dos condicionantes operativos da investigação, descrevemos outra experiência relevante para essa discussão: ao longo de dezesseis anos,

atuando no magistério (como docente da disciplina de educação física), na educação básica e no ensino superior, as experiências adquiridas propiciaram-nos momentos de análise e reflexões sobre as questões que envolvem os professores e suas relações com o mundo do trabalho.

Outro momento, considerado importante no sentido de experiência profissional, foi no período de 2001 a 2003, quando fui nomeado para a função de diretor-adjunto em uma escola pública no município de Campo Grande, MS. Naquele momento, identificou-se as relações de poder postas no contexto institucional dos discursos da SEMED, o que me provocaram reflexões sobre a situação dos professores e as suas possibilidades de atuação no campo da docência.

Como gestor, percebia-se que aspectos de natureza burocrática eram postos pelo órgão central (SEMED) para que os docentes os realizassem, emperrando a configuração da organização do trabalho didático. Isto porque, além da função de ensinar o preenchimento de formulários de fichas, os relatórios e os planejamentos descontextualizados da realidade de uma sala de aula, percebia-se que, para o órgão central, esses elementos de ordem meramente técnica deveriam sobressair em relação à condução do ensino e da aprendizagem.

Tudo isso contribui para que os sujeitos vão se desmotivando com a carreira do magistério, pois esses elementos contidos no discurso fazem parte dos processos de formação de subjetividades contidos nos sujeitos e suas verdades.

Como docente no ensino superior, na Faculdade UNIGRAN Capital, no município de Campo Grande, MS, em conversas informais com alguns acadêmicos do curso de educação física, ratificou-nos o desinteresse em exercer a docência na educação básica após o período de formação inicial (graduação). Em suas falas, a docência é apenas mais uma opção, e, no caso do profissional de educação física, alguns acadêmicos demonstraram interesse por outras áreas diferentes da escolar, como academias, clubes e treinamentos personalizados.

Nesses momentos de experiências na docência, sejam na educação básica ou superior, os docentes estavam sempre envolvidos nas relações de poder e saber, e isso acendia alguns equacionamentos que envolviam a carreira do magistério e suas interfaces com o campo do discurso da sociedade, correlacionados sempre com os discursos político-históricos.

A partir desses elementos de caráter introdutório, e visando melhor organização na escrita da tese, alguns recortes dos dados empíricos subsidiaram-nos o corpo teórico no sentido de promover uma interface entre os elementos do discurso (campo das políticas educacionais, processos históricos e resultados dos discursos dos entrevistados) e as suas diversas formas de aparecimento de um saber legitimado socialmente como verdadeiro.

O primeiro capítulo, Cenário I, trata de alguns aspectos sociais do magistério e os processos históricos da carreira do magistério no contexto da educação brasileira. Descreve-se o campo das políticas que regem a educação brasileira, dialogando com alguns discursos dos sujeitos, bem como suas nuances perante os elementos da legislação (normas, decretos, leis e o Plano de Cargos e Salários da REME).

O segundo capítulo, Cenário II: A genealogia do sujeito: o cuidado de si, descreve-se uma genealogia do sujeito: o cuidado de si no campo dos acontecimentos discursivos sobre a desistência do concurso do magistério na REME. Objetiva descrever os sujeitos e a descrição densa do conjunto de seus enunciados, o discurso e sua forma de aparição caracterizada como acontecimento na ordenação do saber (verdade).

No terceiro capítulo: Cenário III: A verdade dos discursos: uma arena de significados/rituais da confissão. Aspectos sociais da significação do discurso como prática dos entrevistados nas entrevistas concedidas para a investigação.

Por fim, a última parte, intitulada *Algumas Constatações Possíveis*, apresenta reflexões sobre o objeto de tese, considerando questões que envolveram as relações de produção social do discurso da desistência do concurso do magistério após o concurso público de provas e títulos da SEMED, no município de Campo Grande, MS.

O pensamento foucaultiano trouxe elementos que compõem o surgimento do discurso histórico na identificação de novas práticas sociais e culturais, e evidenciou, em seu corpo teórico e metodológico, um pensamento de forma diferente sobre os fenômenos que legitimam verdades adotadas na sociedade. O discurso é uma categoria das relações de poder, saber, sujeito, verdade e subjetividade.

Apresentamos os três capítulos da tese, no sentido de identificar os elementos que compõem os cenários/capítulos, dando uma organização epistemológica ao trabalho.

CENÁRIO I

ASPECTOS SOCIAIS DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

[...] A parte crítica da análise liga-se aos sistemas de recobrimento do discurso; procura detectar, destacar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso.

(FOUCAULT, 2009a, p.69.)

Neste Cenário I colocou-se em evidência os aspectos sociais e históricos da carreira do magistério na educação brasileira, suas características e seus discursos, explicita elementos dos dispositivos específicos (técnicas e táticas) do poder e do saber no campo dos discursos (enunciados), em um exercício de contextos em busca das especificidades.

Ao explicitar os resultados das pesquisas sobre a carreira do magistério, no sentido de proporcionar uma melhor visibilidade e atingir os objetivos deste estudo, as entrevistas foram dissolvidas nos três capítulos (cenários) da tese, por meio de alguns princípios arqueogenealógicos da investigação. Como procedimento metodológico, descreveu-se os discursos dos sujeitos, em seguida o conjunto de enunciados foi revelado nos processos históricos e, por fim, dialoga-se com a base epistemológica de Foucault.

Esses discursos, por sua vez, retratam questões da educação brasileira, expressos na sociedade e, especificamente, na educação escolar, pois os desafios são muitos: avançar principalmente na aprendizagem de conceitos elementares – matemáticos e linguísticos para que os sujeitos (alunos) possam adquirir um mínimo de conhecimento para a compreensão dos fenômenos da vida em sociedade. Nesse sentido, entende-se que a educação abrange conceitos mais amplos: não se concentra apenas na escola, pois a formação dos sujeitos se inicia na família e em outros locais de convivência social (igreja, grupos de convivência e outros). Essas relações na sociedade estão sempre envolvidas em discursos de ordem econômica, política e ética.

Nesse campo de verdades legitimadas na sociedade, os professores passam a ser discurso-objeto no exercício do poder e nos campos de possibilidades e condutas na formação do cenário da carreira do magistério, que se encontra em desprestígio social e passa por reformulações, sentidos e significados extraídos do campo da sociedade.

Como discurso-objeto, os sujeitos (professores) são submetidos a precárias condições de trabalho, pois, além de ensinar, passam a assumir funções que não são de sua atribuição, por exemplo, educar no sentido de normalizar o sujeito e controlar a sua conduta em ambiente escolar. Isto tem ocasionado um desgaste psíquico e, em consequência, tem deslocado os

docentes para fora de sua principal função, a de conduzir o ensino, porque entram constantemente com atestados médicos. Alguns são readaptados, isto é, lotados em cargos administrativos em outros setores da escola e/ou do órgão central (SEMED), quando são avaliados pela junta médica (órgão da saúde dos servidores da prefeitura) e, por apresentarem um quadro de doenças, são considerados inaptos ao exercício de sala de aula (LEÃO, 2013).

Este fato é identificado nas produções de pesquisa sobre essa temática e em noticiários na mídia, vejamos em seguida um discurso que retrata a realidade de alguns professores:

O Jornal Correio do Estado (2012a, p.5), de MS, veiculou a seguinte notícia (enunciado): “Aluno fere professor em sala da aula: estudante desferiu golpes de faca, após educador ter pedido que a namorada do rapaz entrasse para assistir à aula”. A violência tem sido uma questão cotidiana em algumas escolas públicas. “Fico preocupado e triste com o futuro dos jovens”, enfatiza o professor em seu relato.

Outro enunciado que abrange esse fato foi vinculado no Jornal Correio do Estado (2012b), que trata das condições dos professores no Estado de Mato Grosso do Sul. Os dados foram extraídos do jornal da Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul (FETEMS): dos 19 mil professores concursados, ao menos três mil (o que corresponde a 15,8%) estão afastados das salas de aula. Para o presidente da entidade, Roberto Botarelli, “[...] a partir de maio cresce o número de atestados médicos, e isso por uma só causa: a sobrecarga das atividades” (JORNAL CORREIO DO ESTADO, 2012b, p. 7).

Ainda nessa matéria, há o desabafo de um docente afastado da sala de aula e que está readaptado na biblioteca: “Hoje vivo aqui, encostado, ninguém enxerga que sou também professor, sofro rejeição até pelos colegas. Entro e saio (da biblioteca) e ninguém nota” (JORNAL CORREIO DO ESTADO, 2012b, p. 7). Mecanismos de exclusão, de seletividade social, de posições do sujeito, do esfacelamento de normalização e controle perfazem as análises discursivas do ritual dessa confissão. Esse discurso referência o descredenciamento do sujeito (docente) potencializando o seu próprio fracasso.

Identifica-se que esse fenômeno discursivo não é exclusivo do Estado de Mato Grosso do Sul, funciona como uma maquinaria e sempre em rede, identificada também em outros locais do território brasileiro. É o que mostram dados obtidos da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, um encarte extraído da Rede Estadual de Ensino (RIO DE JANEIRO, 2009), o qual aponta a perda de quatro professores por dia, e o baixo salário seria o motivo das desistências. Segundo a Secretaria, a exoneração pode apresentar duas situações: ou o professor está realmente deixando a Rede ou foi aprovado em um novo concurso.

Assim, nesse cenário, analisou-se os discursos, recusando explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas, com práticas bastante comuns quando se fala em fazer o estudo de um discurso. Para Foucault, os discursos são elementos contidos nas práticas sociais, nas relações entre o que foi dito e o porquê dito daquela maneira e não de outra. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que é inerente a ele.

Para Foucault (2009a), é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Para chegar a isso é preciso tentar desprender-se de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de reais intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos, não imediatamente visíveis.

Chamaremos enunciado à modalidade de existência própria desse conjunto de signos: “modalidade de que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; [...]” (FOUCAULT, 2007a, p.121-122). Daí um paradoxo: ela não tenta contornar as performances verbais para descobrir, atrás dela, ou sob sua superfície aparente, um elemento oculto, um sentido secreto que nelas se esconde, ou por meio delas aparece sem dizê-lo: e, entretanto o enunciado não é imediatamente visível; não se apresenta de forma tão manifesta quanto uma estrutura gramatical ou lógica (mesmo se esta não estiver inteiramente clara, mesmo se for muito difícil de elucidar). O enunciado é, “ao mesmo tempo, não visível e não oculto” (FOUCAULT, 2007a, p.123-124).

Como enunciado, a educação difundida no seu amplo conceito de formação humana produz e induz verdades sobre as vidas dos sujeitos envolvidos no campo discursivo. Com o objetivo de atender às necessidades políticas e sociais de cada período histórico, a educação torna-se um dos maiores instrumentos do poder do discurso na sociedade.

Em suma, “[...] pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre discursos: os discursos que “se dizem” no decorrer dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certos números de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos permanecem ditos e estão ainda por dizer.” (FOUCAULT, 2009a, p.22, grifo do autor).

Foucault (2009a), nesse trecho do seu pensamento, chama a atenção para o processo discursivo, extraindo de cada discurso um conjunto de signos que designaram coisas, um conjunto de frases que, de alguma maneira, permitiu evidenciar o saber e o seu posicionamento perante a verdade estabelecida e legitimada no campo social.

A compreensão de Foucault sobre o interdito é que se encontra contido, porém não se expressa em novos enunciados: “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento a sua volta” (FOUCAULT, 2009a, p 26). Assim, a descrição dos acontecimentos dos discursos coloca outra questão diferente: Como apareceu determinado enunciado e não outro em seu lugar? Desta forma, entende-se que o discurso anuncia um novo campo de objetividades e subjetividades, demarcadas pelo exercício do poder constituinte de novas formas de subjetividades.

Na constituição dessas subjetividades, com análise crítica genealógica, Foucault (2009a, p. 69-70) propõe:

[...]. A parte crítica da análise liga-se aos sistemas de recobrimento do discurso, procurar detectar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso. Digamos, jogando com as palavras, que ela pratica uma desenvoltura aplicada, A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso; procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí entendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas.

Assim, tudo que foi dito pode ser identificado como acontecimento “novo”, é o que Foucault denomina de interdito, um novo enunciado. Na compreensão do que estamos propondo, se, por exemplo, entrevistássemos novamente os mesmos sujeitos, outros discursos apareceriam com outros formatos e outras teorizações e conceitos, pois há sempre deslocamentos dos sujeitos, acontecimentos históricos diferentes e outros recortes/descontinuidades.

Nesse movimento arqueogenealógico é que a forma de análise dos discursos se manifestou, não a partir do sujeito que pensa, conhece e que fala, mas, ao contrário, discursos como um conjunto de enunciados pelos quais foram determinadas a dispersão e a descontinuidade de si mesmo.

Na interface da base epistemológica e na temática da investigação, Foucault (2009a) tece uma crítica sobre os regimes de verdades dominantes, cuja formação dos discursos sobre a desistência do concurso para o magistério na REME perpassa, muitas vezes, pela questão salarial. Isto representa que a educação básica não oferece nenhum tipo de atratividade em

relação à busca pelo magistério e que os que procuram a carreira desconhecem a função docente.

O enunciado a essa análise dos discursos fez emergir os procedimentos internos de controle discursivo, no caso, a separação e a rejeição, além dos elementos estratégicos da trama social, pois “[...] a doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam”. (FOUCAULT, 2009a, p. 43).

Para Foucault (2009a), o controle do discurso se dá a partir das condições de seu funcionamento, impondo aos indivíduos certos tipos de regras, de táticas e estratégias, que formam novas formas de saber da sua regularidade própria.

No campo genealógico, o qual se refere ao sujeito, e seu modo existencial, Foucault (2009a, p. 69) propõe: “[...] as descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se completarem”. Pois ao preferir o discurso como um instrumento do poder coloca-se da seguinte maneira:

E compreendo melhor porque eu sentia tanta dificuldade em começar, há pouco. Sei bem, agora, qual era a voz que eu gostaria que me precedesse, me carregasse, me convidasse a falar e habitasse meu próprio discurso. Sei o que havia de tão temível em tomar a palavra, pois eu a tomava neste lugar de onde ele não está mais para escutar-me. (FOUCAULT, 2009a, p. 79).

Tenciona-se descrever alguns desses elementos do poder, a partir dos enunciados que deram corpus aos discursos, a fim de desvendar as relações entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam na ordem do saber. Esse ordenamento do saber (mecanismos operativos da verdade do discurso) sinaliza o conjunto de enunciados, de signos e suas possibilidades de existência, pois a língua e o enunciado não estão no mesmo nível de existência (FOUCAULT, 2002a; 2007a).

Na configuração do saber, e do ponto de vista metodológico, no campo da pesquisa, uma das preocupações de Foucault (1979) foi exatamente dar conta do exercício molecular do poder, isto é, de análise “[...] de exercício do poder sem partir do centro para a periferia, do macro para o micro” (FOUCAULT, 1979, p. XIII).

A opção pela descrição arqueogenealógica dos discursos opera nesse sentido, e tem, como foco, as condições emergenciais do saber e da verdade, mas, acima de tudo, como se relacionam entre si e de alguma maneira horizontal insere-se em contextos históricos próprios.

1.1 ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação brasileira, em sua configuração histórica, suscitou elementos do poder e do saber, e, por esse enfoque, evidenciam discursos que produziram e produzem efeitos de verdades e práticas sociais disciplinares, de vigilância e controle. São frequentemente apontados nos discursos políticos como um dos pilares das sociedades, de certa forma, tornando-se “responsáveis” por possíveis mudanças no campo social e institucionalizados como instrumento de correlação de forças e no campo dos conflitos da própria sociedade.

Nessa perspectiva de compreender o pensamento foucaultiano, e suas relações com o poder, descreve-se:

A esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensável à constituição de uma ciência, apesar de não destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar de saber. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico (o saber da psiquiatria, no século XIX, não é mais a soma do que se acreditava fosse verdadeiro; é o conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios de que se pode falar o discurso psiquiátrico); um saber é, também um espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso [...]. (FOUCAULT, 2007a, p. 204).

Nesses cenários de correlação de forças, a escola ocupa um espaço significativo, pois supostamente deveria obter certo domínio do saber, não para atender às finalidades das instituições sociais, nas quais aparecem as normas e técnicas de controle da vida, por meio de dispositivos dos espaços – vidas humanas², cujo indivíduo passa a ser um dos importantes efeitos do poder (FOUCAULT, 2010a).

A leitura de fontes e arquivos históricos (leis, decretos e normas - Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996a), Estatuto e Plano de Carreira do Servidor Público do Município de Campo Grande, MS), subsidiaram-nos no sentido de compreender que as relações dos sujeitos com os objetos do discurso são estabelecidas de forma contundente, porque são: “[...] estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de

² “[...] mas como um jogo de posições possíveis para um sujeito, não como uma fatalidade orgânica, autônoma, fechada em si e suscetível de – sozinha – formar sentido, mas como um elemento em um campo de coexistência; não como um acontecimento passageiro ou de um objeto inerte, mas como uma materialidade repetível” (FOUCAULT, 2007a, p.123).

comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modo de caracterização” (DREYFUS; RABINOW, 2013, p . 83).

Ainda: “[...] como os objetos dos discursos encontram seu lugar na história, seu lugar e sua lei de emergência; assim, esses objetos estão em constante formação e transformação, são marcados por descontinuidade em face da historicidade que os ostenta” (FERNANDES, 2012, p.14)

Essas relações não são lógicas, na medida em que estabelecem novos atos discursivos, utilizados em contextos específicos para realizar suas ações no espaço da sociedade.

A educação, por sua vez, engajada no conceito humanístico ao qual se pretende, enfrenta grandes desafios na sociedade, dos quais, destacamos três: descentralização e universalização do ensino, gestão democrática e valorização do professor. Caracterizados como movimentos históricos da sociedade e da educação, esses elementos encontram-se imbricados nos campos das ciências do homem e seus estudos, por sua vez, alicerçados nos campos políticos, econômicos e sociais. Os docentes, por sua vez, estão inseridos nesse contexto de verdades legitimadas.

Nesse sentido, o estado atribui aos docentes, em suas ações pedagógicas, atender a esses objetivos institucionais de separar, comparar, distribuir, avaliar e hierarquizar, tornando-se um instrumento/dispositivo de segregação e de seletividade social, em relação aos sujeitos, ao mesmo tempo em que contribui fortemente para o controle da vida humana, por meio de aspectos da cultura e suas manifestações nos espaços da escola.

Foucault (2008b), na obra *Segurança, Território e População*, propõe uma reflexão sobre as analíticas do poder que enfatizam uma série de técnicas no sentido de impor aos indivíduos formas de dominação, exploração e controle da vida. Na mesma obra, analisa a gênese de um saber político voltado para o controle de população por meio de mecanismos de regulação explicitados no biopoder, conceito empregado como sendo: “[...] o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (FOUCAULT, 2008b, p.3).

O biopoder, portanto, é uma das configurações da governamentalidade que transforma a vida em objeto de poder. Inseridos nesses cenários, a educação brasileira, a figura do professor e os aspectos relacionados à sua carreira constituem esses instrumentos do biopoder.

Essas questões históricas são especializadas no campo social: “[...] não desempenha, pois o papel de uma figura que para no tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais” (FOUCAULT, 2007b, p.83). O

poder opera e tem a função biopolítica de normalizar a vida humana, no caso o professor, lembrando que, em Foucault (1979, p. XVI), este não pode ser visto como algo negativo e/ou positivo, pois produz coisas e objetos, sempre com a necessidade de uma configuração no corpo social, seu exercício em instituições, sua relação com a produção da verdade, as resistências que a suscitam.

Ainda, “[...] o poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas aprimorá-lo, adestrá-lo” (FOUCAULT, 1979, p. XVI). O termo biopolítica aparece em várias das aulas e conferências do autor, pois:

[...] trata-se de pensar a biopolítica como um conjunto de biopoderes ou, antes, na medida em que dizer que o poder investiu a vida significa igualmente que a vida é um poder, poder-se localizar na própria vida – isto é, certamente, no trabalho e na linguagem, mas também no corpo, nos afetos, nos desejos e na sexualidade. (FOUCAULT, 1979, p. 27-28).

Em aula ministrada no Collège de France, nos textos produzidos na obra: Em defesa da sociedade – 1975-1976, analisa que:

[...] essa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica, nesse biopoder que está instalando? Eu lhes dizia em duas palavras agora há pouco: trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, de fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente com uma proporção de problemas econômicos e políticos (os quais não retomo agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos do saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. (FOUCAULT, 1999, p. 290).

Seguindo essa linha de pensamento, como função biopolítica, o discurso histórico da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) anuncia a necessidade da implantação de uma política pública de valorização do magistério, recentemente discutida nos âmbitos do Ministério da Educação e, posteriormente, quando da implantação do piso nacional para o magistério; porém, ainda longe de apontar mudanças existenciais que efetivem aquelas anunciadas pelo discurso oficial.

Nesse intento, alguns movimentos sociais, em 1994, por meio do pacto nacional pela valorização do magistério e “qualidade da educação”, com o apoio das principais entidades ligadas à educação nacional, evidenciaram um discurso que foi emergindo com o intuito de

promover a valorização da educação básica em contramão aos processos de regulamentação e implantação efetivas das promessas políticas (CUNHA, 2009).

Foucault (1979) retoma e nos contempla com esses elementos teóricos, pontuando a questão como objeto do discurso em sua tese de doutoramento: *História da loucura* (2009b). O objeto loucura, conseqüentemente, do sujeito louco, passa a ser o discurso cujo objeto oferece pistas de que se pode falar determinando o próprio discurso em sua aparição. Nesse intento, chama a atenção para identificar quais dispositivos técnicos e estratégias³ são constituintes dos discursos de um determinado objeto.

A carreira do magistério passa a ser objeto do discurso, enfrentando desafios que vão além dos próprios signos enunciativos. Esses signos por sua vez, não dão conta de explicar o sentido das coisas apenas pela linguagem (FOUCAULT, 2000).

Para o estado, enquanto elemento estratégico do poder, não basta apenas oferecer grandes salários para atrair pessoas para o ensino, é necessária uma reflexão acerca das escolhas dos sujeitos, atendendo suas necessidades, que, por sua vez, deveriam pautar-se no campo dos desejos e motivações intrínsecos ao próprio sujeito. Esses elementos descritivos podem ser identificados nos enunciados dos sujeitos e nas correlações das políticas de educação.

Para Foucault (1979), o sentido da representação da realidade destaca que a atenção se volta ao cuidado de si, que propõe a necessidade de ser realizado, pelos próprios sujeitos (docentes), um movimento político de desassujeitamento, isto é, um novo modo de vida. Essa questão é um dos pontos fundamentais nas pesquisas desenvolvidas por Foucault em relação ao sujeito, em um exercício limite de superação/sobrevivência, o conceito do cuidado de si.

Por se constituir como um processo histórico o discurso do “descaso” do poder público com a carreira do magistério vem de longas datas, e destaca a questão salarial e as condições de trabalho dos profissionais, condições estas inadequadas para encaminhar processos de ensino. O professor, muitas vezes, precisa trabalhar três turnos para complementar a sua renda, e, nessas condições, não lhe sobra tempo para cuidar de si, defrontando-se com problemas de saúde e de qualidade de vida. Além de não cuidar de si, vai sendo levado a um descontentamento e desmotivação em relação ao trabalho, ao longo de sua vida profissional, abandonando sua principal função: conduzir o ensino.

Nas análises dos depoimentos dos sujeitos, identifica-se aspectos da facção discursiva, pois o professor vai à escola não somente para ensinar, mas também tem assumido

³Estratégias – certos reagrupamentos de objetos – certos tipos de enunciação – como se distribuem na história (FOUCAULT, 1979).

compromissos de caráter burocrático que não são da atribuição docente. De certa forma, os processos disciplinares do discurso apresentaram-se como objetos e arquivos que dão veracidade e força ao saber discursivo nesse campo de análise dos enunciados.

A partir da seguinte pergunta: “Como você identifica a carreira do magistério no momento atual? Dois aspectos positivos e dois negativos”.

Vejamos alguns discursos em relação ao questionamento “identifica-se aspectos positivos da carreira do magistério” apontados pelos sujeitos da pesquisa:

Sujeito A: “A educação é a única saída para o crescimento de um país.”

Sujeitos B e D: “Valorizar a profissão com a redução da carga horária.”

Sujeitos D e H: “Disponibilidade de tecnologia com o aumento de informação aos alunos.”

Sujeito E: “Contribuir com a formação das pessoas.”

Sujeito F: “Estabilidade financeira; retorno financeiro melhor que no passado foi bem pior.”

Sujeito I: “Carreira em expansão, uma preocupação maior com a questão salarial.”

Sujeito J: “Equipando as escolas com psicólogos, né, com profissionais que possam atuar ali, né. [E ainda] [...] a própria merenda, né, escolar, que é...já é um incentivo pra criança, né, escola integral, a criança passo dia todo, come, dorme, né, além da educação, né, tem o aspecto fisiológico também. Porque a criança precisa comer, ter uma boa alimentação. Então eu acho que isso é muito positivo.”

Sujeito K: “Está havendo uma mobilização maior não sei se é da classe dos professores está tendo uma preocupação maior com a questão salarial”

Em alguns elementos do discurso - em relação aos aspectos negativos da carreira do magistério, foram observados por incidências e por meio de palavras-chave: 7 (46%) dos sujeitos abordaram a desvalorização social e questão salarial; 4 (26%) manifestaram o excesso de carga de trabalho com as turmas numerosas e os aspectos burocráticos sobressaindo em relação ao ensino; 2 (13%) pontuaram que existe uma dificuldade de atualização profissional, o que ocasiona um desrespeito para com o professor; e 1 (6,6%), o Estatuto da Criança e do Adolescente é um desserviço à educação e os rumos da educação estão ligados apenas a interesses políticos.

Apenas 1 (6,6%), do total de 15 entrevistados, não respondeu ao questionamento, limitando-se a falar do pouco tempo que tinha para se dedicar a sua profissão.

Entretanto, o sujeito L, formado em Educação Física, afirmou que os alunos não possuem interesse em estudar e que os professores não têm apoio da coordenação e da direção. Os discursos não apresentaram uma linearidade a partir de um único objeto, pelo contrário, “A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam” (FOUCAULT, 2009a, p. 43).

Observa-se que os assim chamados “candidatos a professores da SEMED” e que desistiram do concurso verbalizaram que os discursos da educação são atenuantes no sentido de provocar nos sujeitos uma sobrecarga de trabalho, principalmente nas questões burocráticas. Esses processos históricos do discurso amarram, de certa forma, um controle pastoral do Estado em relação à classe do magistério e sua perspectiva de carreira por meio de concursos públicos.

Entretanto, em Foucault (1979), o poder não é algo que se detém e sim como algo que se exerce, pois:

[...] não existe de um lado os que têm o poder e de outros aqueles que se encontram “alijados”. [...]. Rigorosamente falando, o poder não existe, existem sim “práticas ou relações de poder”. Essas práticas são identificadas nos processos históricos da gênese da educação e seus aparatos normativos. (FOUCAULT, 1979, p. XIV, grifos do autor).

Nesses tencionamentos do poder, para a CNTE (2003), historicamente no Brasil, inúmeros movimentos sociais e políticos fizeram uma tentativa de explicitar um discurso que sustentasse a ideia de uma educação ampla, que atendesse aos anseios da própria sociedade, no campo das políticas educacionais, as questões referentes aos docentes, como formação, desenvolvimento profissional e valorização dos trabalhadores em educação (docentes). Porém, nas últimas décadas, tais questões têm tido maior ênfase no cenário educacional brasileiro. Considerando a legislação vigente e a necessidade de emergenciar esses discursos, é necessária a efetivação prática de uma política nacional para a formação e valorização da carreira do magistério (CNTE, 2003).

A CNTE (2008) identifica que as atividades docentes estão sempre correlacionadas aos fenômenos do fracasso escolar, à situação precária em que os docentes estão submetidos, e aos condicionantes da ação docente nas escolas brasileiras: a baixa escolarização dos docentes que atuam na educação básica reflete também na desqualificação social da carreira do magistério.

No documento publicado pela CNTE (2012), a qualidade da educação associa-se:

[...] incondicionalmente às políticas de financiamento (custo aluno qualidade), de gestão democrática (nos sistemas e escolas), de currículo emancipador e de valorização profissional, pautadas pelas dimensões de salário digno, carreira atraente, jornada com hora-atividade e condições de trabalho, com atenção especial à saúde dos/as educadores/as.

A luta da CNTE por condições de trabalho e saúde dos profissionais da educação intensifica o debate sobre a valorização profissional, em especial sobre os planos de carreira e as políticas de colaboração entre os sistemas de ensino. Ao analisarmos esses discursos do ponto de vista arqueológico, não buscamos: “[...] estudar os regimes de verdade, quer dizer o tipo de relação que liga entre eles as manifestações da verdade com os seus procedimentos e os sujeitos que são os seus operadores, testemunhas e, eventualmente objetos” (FOUCAULT, 2010b, p.75). Nota-se que: “[...] todos os regimes de verdades, sejam eles científicos ou não, comportam modos específicos de vincular, de qualquer modo constrangente, a manifestação do verdadeiro e o sujeito que o opera” (FOUCAULT, 2010b, p.75).

Para a CNTE (2003, p.23), existe um quadro preocupante em relação ao professorado brasileiro e o seguinte discurso evidencia essas condições:

Pesquisa do Fundo das Nações Unidas para Educação e Cultura (Unesco) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, revelou que os trabalhadores em educação do Brasil têm um dos piores salários entre 32 países de economia equivalente, o que prova que a situação de penúria dos educadores não é um problema, para usar palavras simples, de "pobreza da nossa economia", mas da falta de políticas públicas que insiram a educação como uma prioridade dentro de um projeto nacional global, acima de governos e além de mandatos.

No primeiro momento, essas ações visam a ampliar a discussão sobre a temática da carreira docente, com uma série de elementos inseridos no campo do discurso, que evidencia um processo de enfraquecimento da atividade docente, desde a sua formação inicial em cursos de licenciatura até a sua atuação e seu entendimento sobre o que é a prática docente.

Alguns elementos que constatarem esse enfraquecimento podem ser dissecados para a análise dos cursos de licenciatura e suas reflexões: cursos de dois anos, cursos a distância e aqueles sem as devidas ponderações sobre as questões didáticas, metodológicas e sociais necessárias para o preparo de um bom profissional da educação.

Observa-se em Foucault (2007a, p.125) que:

[...] a todas essas modalidades diversas do não dito que podem ser demarcadas sobre o campo enunciativo, é necessário, sem dúvida,

acrescentar uma ausência que ao invés de ser interior, seria correlativa a esse campo e teria um papel na determinação de sua própria existência.

A diversidade social é um desses elementos a ser considerado, enquanto objeto do discurso; essa temática social também não é discutida no âmbito da formação acadêmica, o que provoca momentos traumáticos ao professor que tem que atender a todos os alunos e seus processos de aprendizagem, sem um preparo adequado. Foucault (2007b, p. 25) complementa que “[...] pode haver-se sem dúvida, sempre há -, nas condições de emergência dos enunciados, exclusões, limites ou lacunas que delineiam seu referencial”. Osório conclui essa questão ao afirmar que

Há graus diferentes dessas possibilidades em cada pessoa, com ou sem deficiência, e é preciso reconhecê-las e dar a cada uma delas o tratamento necessário para a sua transgressão, cabendo à escola organizar situações de aprendizagem, a partir das necessidades pessoais e interesses de seus alunos, propiciando a continuidade dos estudos e sua terminalidade. Reforça-se, também que cabe ao Estado, a partir das condições necessárias de aprendizagem do aluno, a oferta do atendimento educacional especializado na própria escola, sendo a matrícula necessariamente ocorrer a partir de uma escola comum, e no caso, se necessário, em outras instituições, em caráter complementar à escolarização. (OSÓRIO, 2010a, p.152)

Esses discursos pairam na sociedade e recaem no processo de escolarização dos sujeitos envolvidos, enfraquecem a formação docente e, conseqüentemente, a sua atuação nas escolas de educação básica, pois esse fenômeno é produzido no campo social e funciona sempre em rede, isto é, possui sempre correlações e limitações.

Para compreender melhor esses conceitos, retoma-se Foucault (1999a) para entender o termo dispositivo, para designar os operadores do poder (técnicas, estratégias e formas de assujeitamento), pois o dispositivo enquanto engrenagem desse poder tenta responder a uma emergência histórica, constituiu-se como um conceito multilinear e está sempre apoiado a outros dispositivos que são contemporâneos.

Em “As palavras e as coisas” (2000), substitui o termo episteme.

É que toda a *epistémê* moderna – aquela que se formou por volta do fim do século XVIII e serve ainda de solo positivo ao nosso saber, aquela que constitui o modo de ser singular do homem e a possibilidade de conhecê-lo empiricamente- toda essa *epistémê* estava ligada ao desaparecimento do discurso e de seu reino monótono, ao deslizar da linguagem para o lado da subjetividade e ao seu pensamento múltiplo. (FOUCAULT, 2000, p. 534-535, grifos do autor).

A episteme moderna é atravessada por um conceito de sujeito que é universal, isto é, a crítica que Foucault em relação a produção de uma verdade a partir desse conceito de sujeito.

Na modernidade, no que se refere a idade do homem, toda e qualquer espécie de conhecimento diz respeito ao sujeito, sua representação diante da suposta realidade. (FOUCAULT, 2000).

O professor enquanto instrumento do conhecimento (episteme moderna) torna-se elemento estratégico das táticas e técnicas do poder, cujos dispositivos evidenciam um sujeito normalizado e controlado diante das questões que o envolvem, por exemplo, as condições de trabalho que o expõem e o colocam em situação de suplício constante. Os discursos referem-se ao campo genealógico do homem moderno, este produzido de forma complexa nas malhas do poder que se alastra de forma capilar aos mais variados dispositivos disciplinares, de vigilância e de controle. (FOUCAULT, 1979).

Vejamos esse discurso histórico emergente dos entrevistados: princípios de sujeição neles desvelados:

[...] eu acho um absurdo um governo que tem... que tem, né, que faz tantas campanhas, né, tanta propaganda, tanto marketing em cima da educação.... porque realmente, se tivesse... se o governo tivesse levando a sério.... né, essa greve⁴ já teria sido resolvida... né. Como vamos decolar o Brasil é uma vergonha.... [...] nós estamos perdendo para a Índia, entendeu, e o governo... ainda trata... dessa forma. É o retrato, é o descaso total da educação. Tá. (Sujeito A).

Descaso. O professor não é valorizado em hipótese alguma. A sociedade não vê o professor como profissional, é professor, ai professor... não compara como qualquer uma função profissional que... também não dá importância. O professor é bem deixado de lado. (Sujeito C).

O sujeito D verbalizou:

[...] eu vejo que o poder público normalmente fala que o professor tem muita responsabilidade só que ele não recebe todas as ferramentas para assumir essa responsabilidade, se o professor depender do poder público... o bom professor é intrínseco a ele.

Destacamos o discurso desse sujeito: graduado em Educação Física, pós-graduado e Mestre em Saúde Pública. Trabalha de forma autônoma como *personal trainer*. Em seu relato sobre os motivos que o fizeram não assumir o concurso, ele destacou a questão da valorização financeira. Relatou que ganha mais como profissional liberal e ministra aulas em uma faculdade, e afirma, ainda, que é uma perda de tempo se assegurar em um concurso público quando se pode ganhar muito mais como profissional liberal.

⁴O período histórico ao qual o professor está se referindo é referente à greve dos professores das universidades e dos institutos federais de ciência e tecnologia. Essa greve aconteceu em 2012 no segundo semestre, decorrente de reivindicações da categoria: salários defasados e planos de cargos e carreiras das universidades.

Observemos a seguir outros discursos referentes à relação do poder público com a classe do magistério:

[...] relataram respectivamente que: eu acho... eles não estão... atualmente não tem interesse... na área do magistério. Não tem interesse em investir, não tem interesse... que os profissionais produzam algo, é... (Sujeitos E e F).

Ah é bem complicado. É aquilo que eu falei, né. Em determinados pontos, eu vejo, assim, um pouco de descaso. É falo assim em relação a você... ser obrigado a passar aluno, não pode reter aluno, porque... há toda uma burocracia... [...]. (Sujeito F).

Entretanto, o sujeito G relatou sobre a função do Estado como dispositivo de vigilância: “[...] Não tem interesse nenhum que os alunos aprendam de verdade que as crianças tenham um pensamento próprio uma identidade uma coisa melhor para a vida deles”.

O sujeito H desloca o discurso para uma analítica mercadológica da educação: “É muito comercial. O poder público paga e quer um trabalho que... não observa... assim pelo menos dentro... dentro do que eu vi, é... o poder público paga delega e deixa trabalhar”. Verificam-se nesse enunciado, dispersões e contradições dos discursos.

Ao transcrever os discursos, os caracterizou como carregados de complexos feixes contraditórios. Em função disso e, em Foucault, os discursos são vistos como práticas e como elementos segmentados pelas redes de saberes e das verdades que explicitaram as suas regularidades e dispersão dos acontecimentos.

Observamos o discurso do sujeito K no campo do acontecimento como novidades e como processos históricos. Como novidade e contradição:

[...] discute-se tudo porém... houve algum avanço... quando comecei não tinha uniforme para o aluno é uma melhoria, porém o poder público estamos atrasados anos luz... na idade média... tem muita coisa... tem que investir na educação... o PIB... aquela meta da LDB não está sendo cumprida... o piso salarial nacional não é cumprido... apesar de MS está cima... o piso para 20 horas não está... em alguns estados o piso para 20 horas é relacionado a 40 horas... aqui a gente trabalha 20 horas e ganha uns R\$ 1.500,00.

O acontecimento como construto histórico é uma luta, pois a regência está sendo atendida aos poucos e, na aposentadoria, deve ser incorporada ao salário. Esse processo de desvalorização é histórico e linear, um discurso que vem se propagando desde a gênese da educação e do professor como categoria profissional em que foi pensada no Brasil. O embate travado com a classe do magistério é um discurso caracterizado como um processo histórico, carregado de uma tecnologia disciplinar, que combina vigilância e punição.

Nesse discurso histórico, observa-se que as tecnologias do poder articulam técnicas e táticas expressas nos próprios discursos, por exemplo: durante muito tempo, a questão da valorização do professor estava condicionada à necessidade de implantação de uma política de Estado para com os docentes.

O discurso das políticas educacionais, propaga um pensamento centrado na necessidade de que o professor precisa capacitar-se e que grande parte e ou todo o insucesso da educação está centrada no aspecto da necessidade de formação profissional.

Desse modo que, implicitamente, os discursos ganharam novas roupagens, porém o elemento molecular continua o mesmo não importando o significado das representações, mas os efeitos do poder que neles se expressaram. Diante dessas irrefletidas descontinuidades, pelas quais se organiza o discurso analisado, emerge uma renúncia a dois postulados que se confrontam: um supõe jamais ser possível assinalar, na ordem do discurso, a irrupção de um acontecimento verdadeiro e outro destaca, além do começo aparente, que há sempre uma origem secreta – tão secreta e tão originária que não se pode recuperá-la inteiramente nela mesma (FOUCAULT, 2009).

Não teve-se o propósito de analisar os discursos em sua gênese embrionária, o exercício genealógico do poder, retrata a questão do suplício, mais especificamente evidenciado na forma de sujeição, controle e normas de quem emite um enunciado. Nela explicita-se a malha do poder, o sujeito a partir do processo histórico não o determina, pelo contrário, o transforma constantemente em ser sujeitado, na medida em que faz parte de uma sociedade, e também é produto dela, sendo resultado de uma produção de sentido, de uma prática discursiva decorrente de intervenções de saber-poder (FOUCAULT, 1987).

Suplício este que se dá no corpo, evidenciado pelos mecanismos e estratégias de fuga da sala de aula, com as constantes licenças médicas ao longo do ano letivo. Pela forma que desenvolve a sua carreira ao longo da vida, na sua condição individual, às vezes é readaptado em cargos administrativos, procurando evadir-se da sala de aula, de alguma forma.

A questão do suplício é retratada em Foucault (2007), em *Vigiar e Punir*, pois é vista como um processo de economia do poder de punir, que o próprio ato e a forma de punir deveriam apresentar as suas tecnologias específicas do próprio ato de punir e sua perversidade. “[...] A disciplina fabrica indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 1997 p. 143).

E nesse campo de relação disciplinar, as tecnologias empregadas na produção de individualidades, Foucault (1979), na verdade, insinua a produção de jogos de verdades, no campo dos desejos, comportamentos e hábitos, problematiza o modo como os sujeitos se

constitui sendo atravessado pelos jogos de verdade. Essas são identificadas nos seguintes elementos do poder: além das dificuldades de aprendizagem dos alunos em função de conteúdos mal planejados e transmitidos de forma incorreta, por causa da falta de tempo para leituras e planejamentos, ainda se pode falar do deslocamento do docente para outro segmento, ocupando seu tempo em atividades fora da docência.

Outros elementos são desencadeados na constituição das estratégias de poder e de subjetividades: o número excessivo de alunos em sala de aula, aspectos burocráticos em excesso, dificuldades de aprendizagem dos alunos e a carga horária insuficiente. Esses e outros elementos vão tomando formas e adentrando nas questões psíquicas dos sujeitos, causando um mal-estar docente.

Outro elemento que possui relação com a questão da desistência da carreira é a violência sofrida pelos docentes nos espaços escolares, que está se tornando muito frequente em função da complexidade das relações humanas nos próprios espaços da sociedade. O número excessivo de alunos em sala de aula prejudica o aprendizado do aluno e o desempenho do professor em atividades que requerem atendimento individualizado. Os aspectos burocráticos em excesso exigem que o professor fique à mercê de reuniões e planejamentos e emperra o trabalho pedagógico.

Pontua-se em Foucault (2000, p.50) que “Os objetos são construídos no discurso, não preexistem à fala”. No caso do aluno das escolas públicas brasileiras, há sempre um limiar na configuração do saber; há sempre um espaço e um tempo para a aprendizagem, não existindo respeito às diferenças sociais, étnicas e religiosas, em razão de determinações normalizadoras para o saber, com espaço já delimitado para a aprendizagem, onde o saber passa a ser um objeto do discurso, e a experiência consigo mesmo.

Oliveira e Araújo (2005) analisam o contexto escolar e o papel do professor, sinalizando que são vários os problemas enfrentados pelos docentes, como: falta de recursos materiais, más condições de trabalho, sobrecarga de trabalho, prática dissociada dos ideais pedagógicos e desestímulo dos profissionais. Esses fatores se relacionam com a motivação dos professores e impactam o desenvolvimento de suas funções.

Como objeto de discurso em pesquisas acadêmicas e no campo das políticas de educação (leis, decretos e normas - já citados), há indicativo de que o professor, foco de muitos estudiosos na área da educação, tem demonstrado que o que antecede à ideia de opção pela carreira do magistério correlaciona-se à necessidade (condição de existência) do momento da vida de cada um.

Nesses elementos de constituição de subjetividades dos sujeitos, então, o desafio do Estado, como elemento do poder, é atrair jovens para a carreira do magistério. Um poder disciplinar é implantado na sociedade envolvendo e/ou constituindo os sujeitos. No caso, não para destruí-lo, mas para fabricá-lo, uma forma específica de dominação; é uma ação sobre o corpo, do adestramento e da capacidade de normalizar, de hierarquizar e de vigiar no sentido de controle de normas e condutas (FOUCAULT, 1979).

O próximo item trata de descrever alguns princípios arqueogenealógicos da pesquisa, explicitando elementos epistemológicos de Foucault (conceitos de método – discurso e seus conceitos frente as análises das entrevistas) e o seu campo de investigação.

1.2 ALGUNS PRINCÍPIOS ARQUEOGENEALÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Nesse caminhar do movimento/princípios arqueogenealógicos de Foucault, e visando à melhor compreensão de seus conceitos referentes ao discurso como prática, a Figura 1 e o Apêndice E mostram os princípios de método adotado nas análises das entrevistas dos sujeitos da pesquisa.

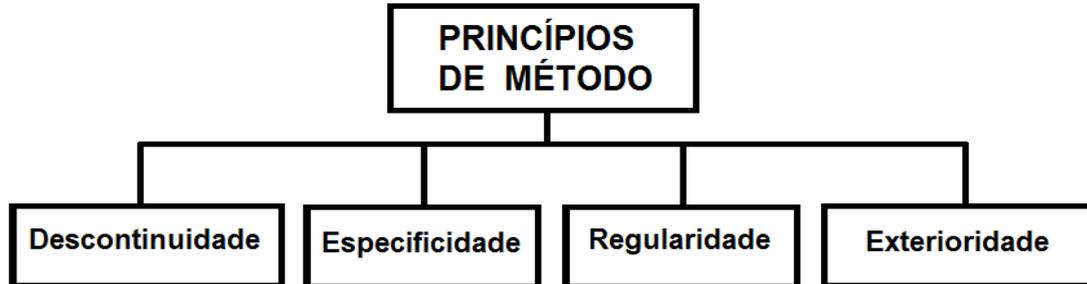


Figura 1 - Princípios de método do discurso.
Fonte: Elaborada por este autor (2014).

Para melhor compreensão das questões epistemológicas de Foucault, durante as análises das entrevistas, identifica-se os seguintes princípios do método a partir de seus conceitos de discurso:

- a) princípio da descontinuidade: “[...] os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2009a, p. 52-53);
- b) princípio da especificidade: “[...] deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso” (FOUCAULT, 2009a, p. 53);

- c) princípio da inversão: “[...] da vontade de verdade, é preciso reconhecer, ao contrário, o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso”. (FOUCAULT, 2009a, p. 52);
- d) princípio da exterioridade: “[...] a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, aquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos fixa suas fronteiras” (FOUCAULT, 2009a, p. 53).

Esses princípios norteadores formaram a base epistemológica de compreensão dos discursos dos sujeitos e suas interfaces com os documentos que regem a educação brasileira e os processos históricos da carreira do magistério. Ressalta-se que, nesta pesquisa, o resultado das entrevistas semiestruturadas sinalizou um conjunto de enunciados (discursos) e suas subjetividades e interfaces com as práticas culturais dos sujeitos entrevistados.

Nesses elementos da formação de subjetividades e práticas culturais, Foucault (1987) anuncia que o poder disciplinar do corpo, a necessidade de corpos dóceis e normalizados no controle da vida e da população carcerária da Idade Média. Entretanto, no final do século XVIII, Candioto (2010, p. 29), ao falar sobre a história e a sua ligação com a linguagem, pontua que

Foucault situa a descontinuidade entre o espaço e a representação e dos signos, bem como a emergência de um novo espaço da História e da finitude do homem. Neste intento, surgem novos domínios do saber da linguagem, da vida e do trabalho; tornam-se suscetíveis de serem conhecidos porque os discursos foram substituídos pelos sistemas gramaticais, as trocas, deslocadas pelas formas de produção, e as classificações, metamorfoseadas pelas organizações funcionais com seus novos campos epistemológicos respectivos, a saber: a filologia, a biologia e a economia política.

Em sua obra, o referido pesquisador retrata conceitos importantes de Foucault, discutindo criticamente a relação do sujeito e a sua relação com a produção de verdades, cristalizando ainda que “A bifurcação da filosofia moderna em torno da problemática da verdade teria sido possibilitada por Kant, embora jamais construída por ele” (CANDIOTO, 2010, p. 19). Ao analisar esse pensamento, Foucault (2010, p. 13-14) retrata Kant, ao afirmar que:

Em suma, parece-me que vemos aparecer no texto de Kant a questão do presente como acontecimento filosófico a que pertence o filósofo que fala sobre ela. Pois bem, se quisermos considerar a filosofia uma forma prática discursiva que tem sua própria história, com esse jogo entre a questão “O que é *Aufklärung*?” e a resposta que Kant vai dar, parece-me que vemos filosofia – e creio não forçar demasiadamente as coisas dizendo que é a primeira vez – se tornar a superfície de emergência da sua própria atualidade

discursiva, atualidade que ela interroga como acontecimento, como acontecimento do qual ela tem de dizer o sentido, o valor, a singularidade filosóficos, e no qual ela tem de encontrar a sua própria razão de ser e o fundamento do que ela diz. (FOUCAULT, 2010a, p. 13-14).

Nesse sentido, as dimensões de legitimidade do saber do discurso levantam uma questão de ordem teórica e foram extraídas de uma problemática da verdade, sobre o que é *Aufklärung*- que estão ligadas à história do pensamento, a focos de experiência e modos de existência dos sujeitos possíveis. Estes, por sua vez, discutidos no desenvolvimento do terceiro capítulo da tese.

Em função desses elementos teóricos, identifica-se, durante as análises da empiria, que as verdades sobre a desistência do magistério se situam em um campo analítico do poder e do saber, pois, ao elaborarem o discurso, os sujeitos estabeleceram e problematizaram o significado de suas práticas, sua maneira de ser em meio ao mundo (estética da existência). (FOUCAULT, 2010).

No caso dos professores desistentes, esses discursos emergem momentos de suas experiências sobre o magistério e suas posições de vida (como aluno e como docente)

Desta maneira, estão presentes em vários momentos das falas dos professores, que no momento atual, o magistério começa a ser valorizado, porém posteriormente a esse discurso, configura-se mecanismos de fuga e abandono da carreira. (readaptações e atestados médicos frequentes).

Portanto, não se trata de identificar um discurso em sua aparição, não o discurso pelo discurso, porém estabelecer uma problemática que parta do próprio discurso como prática.

Ligado a esse tema está o de que todo discurso manifesto reside secretamente em um já dito; mas esse já dito não é simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais dito”, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não passa do vazio de seu próprio traço. Supõe-se assim que tudo que ocorre ao discurso formular já se acha articulado nesse meio-silêncio que o precede, que continua a correr obstinadamente por debaixo dele, mas que ele recobre e faz calar. (FOUCAULT, 2008a, p. 91, grifo do autor).

A normalização emergente de uma suposta verdade colocou os sujeitos do discurso na relação com o sentido que lhe é dado, pois o sujeito dispõe de marcas, de traços e de letras, um conjunto de signos, que não precisa passar pela singularidade de onde emergiu. No que concerne a essas análises, existe um princípio de método discursivo que é o da regularidade: é na prática que se impõem as coisas: “que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade” (FOUCAULT, 2006a, p. 53).

Os sujeitos da pesquisa apresentaram diferentes formas estratégicas de propor os aspectos negativos da carreira. Quando perguntados sobre esses aspectos, sentiam-se mais à vontade, era o momento de poder verbalizar críticas sobre uma profissão desprivilegiada socialmente, percebendo o contorno e as suas mazelas perante a sociedade e que eles poderiam fazer parte, porém desistiram de participar.

Como acontecimentos discursivos, identificou-se os princípios de método do discurso: o da especificidade e regularidade, algo imposto do social para o sujeito.

Buscaram-se identificar as interfaces e as suas relações entre os mecanismos dos aparatos reguladores do poder quando o professor K conduz a um pensamento em que os instrumentos de normalização discursivos apresentam-se de forma tênue tomada por dispositivos materiais: as políticas de educação e os processos de apaziguamento do social. Na verdade, o poder público deveria ofertar condições dignas de vida às pessoas em torno do meio social – oferece uniforme para os alunos, mas desvia verbas que seriam destinadas à educação, propagando discursos de valorização que assumem formatos utópicos e de esvaziamento em relação à carreira do magistério.

Os outros três sujeitos apresentaram os seguintes enunciados como respostas a esses questionamentos:

[...] há um descaso com a educação, eles falam tanto do IDEB, falam que o IDEB está aumentando, tudo, mas entra aquela parte da... avaliar. (Sujeito L).

Olha eu vejo que essa relação tende a ser conflituosa, porque as partes ainda não sabem discutir, né, as questões da educação. O professor, muitas vezes, não sabe colocar as suas questões e, muitas vezes, o poder público por interesses políticos, ele também não vai se interessar, né, por favorecer... o professor. Eu vejo desta forma. (Sujeito M).

Ah, eu vejo assim, ainda como uma luta de forças, né. Ainda tem muito entrave, mas vejo que tá avançando. (Sujeito N).

Foucault (2000) anuncia que, na Modernidade, surgem os novos domínios do saber da linguagem, da vida e do trabalho, na perspectiva de estudar o percurso do homem e a problemática da verdade a sua problematização em relação à abordagem discursiva e os poderes que a permeiam. Esses poderes formam a história da constituição de uma subjetividade que ele denomina de história crítica do sujeito, refere-se ao sujeito que é constituído pelo próprio sujeito. (FOUCAULT, 2000)

Nesse sentido, a formação da subjetividade implica uma relação de si consigo mesmo. No caso o trabalho docente toma formas específicas, carregadas de estratégias de controle da

vida e da população de um modo perspicaz – esta, por sua vez, são carregadas de formas específicas de normalização e controle social.

Isto porque, em determinados momentos das análises dos discursos, a linguagem passou a representar códigos e símbolos; porém, não mais como único mecanismo do poder, mas como instrumento do saber e de suas formas de aparição. Essa é a crítica que Foucault faz e que pensamos analisar na descrição do conjunto de enunciados das subjetividades do discurso da desistência da carreira do magistério.

A partir de algumas constatações, o discurso produzido do ritual da verdade encontrou cenários diferenciados de distintos sujeitos, entretanto, algumas falas convergiam para um único discurso: “o professor é desvalorizado socialmente”.

O objeto do discurso não é pré-existente do qual podemos falar de qualquer coisa e a qualquer momento. Ele é construído socialmente pelo que representa e foi dito sobre ele, por exemplo, os discursos que circulam na sociedade: na psicologia, na área médica, na família, enfim, na sociedade de um modo geral. No caso do magistério, um discurso midiático é prescrito no sentido de que a educação é a salvação do mundo, de que é pela educação que o sujeito sai da sua condição desumana e passa a ser alguém ou alguma coisa.

No caso das políticas de educação, essa discursividade ganha força na mídia, nos meios de comunicação, nas redes sociais e principalmente na influência das escolhas de vida dos sujeitos. O que o discurso não revelou são as condições dos alunos na escolarização, a precariedade do ensino, das escolas e dos professores que assumem a função de ensinar e educar.

Tal prática lhe confere a condição essencial dos professores em poder falar sobre a educação e sobre as condições que lhes são dadas para ensinar, tendo a escola pública como locus dessa transformação.

As regularidades/positividades do discurso apresentaram-se em formas documentais, dados e obras, que puderam ser descritas e analisadas em relação as suas verdades atribuídas e a alguns posicionamentos assumidos pelos sujeitos sobre o discurso da desistência da carreira do magistério. Também os instrumentos reguladores que, ao serem escritos, assumem discursos de tecnologias específicas do poder.

Há uma correlação discursiva sobre os motivos da desistência da carreira com os discursos dos sujeitos entrevistados, evidenciando que os efeitos do poder são sempre de fabricar, conjurar, dividir. Enfim, faz parte de todo um rol de possibilidades discursivas disciplinares, constituindo uma técnica específica de distribuição dos indivíduos pela inserção

dos corpos em um espaço individualizado, classificatório e combinatório em um sistema de formação próprio (FOUCAULT, 1997; 2007a).

Na dinâmica da sociedade, os objetos relacionam-se diretamente com o jogo de produção de saber, poder e verdade, cujo acontecimento, presente nos discursos de verdades, expressa a normalização e o disciplinamento, determinando inclusive o que se pode dizer em determinado momento histórico, mas, ao mesmo tempo, o enuncia como dispositivo de resistência e de poder (FOUCAULT, 2006a).

No momento crítico do discurso de culpabilidade pelo baixo desempenho na aprendizagem proferida pelo Estado em relação ao professor, emerge outro discurso da sociedade, que é o fracasso escolar. O professor é envolvido em um campo social bastante complexo, pois os dados de aprendizagem do alunado (IBGE, 2009; 2012) brasileiro evidenciam o caos em que se encontra a educação brasileira. Nesse contexto, o professor passa a ser a vítima do processo, isto é, apresenta-se como sendo o culpado pelo fracasso na aprendizagem do alunado nas escolas públicas da educação básica.

Dados do Censo 2009 (INEP,2009) oferecem algumas pistas em relação à vulnerabilidade em que se encontram os docentes da educação brasileira: 1.977.978 docentes atuam na educação básica. Partes dos professores lecionam em mais de uma etapa do ensino e se dividem do seguinte modo: na modalidade creche, 127.657; na pré-escola, 258.225; no ensino fundamental I, 721.513; no ensino fundamental II, 783.194; e no ensino médio, 461.542 docentes.

Em relação ao perfil do professorado brasileiro, conforme o Censo (INEP, 2009), as mulheres representam 81,5% dos docentes da educação básica brasileira. Em relação à idade, 58% deles têm até 40 anos e 23% trabalham em mais de uma escola para complementar a renda familiar.

Ao descrever esses elementos do perfil do professorado brasileiro, remetemo-nos a Foucault (2009b), quando o sujeito é posto nesta leitura de modo de subjetivação e não de um determinado saber que seja externo ao sujeito, ou seja, conforme os dados, o professor brasileiro está envelhecendo e os jovens pouco procuram os cursos de licenciatura. Eis que emerge esse enunciado discursivo do ponto de vista social.

Segundo a Meta 15 do projeto de lei que criou o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 2011 a 2020, de 1,9 milhão de professores da educação básica, 1/3 não possui formação específica na sua área, especialmente em química, matemática e física, apesar de os dados expressarem que há no Brasil quatro milhões de pessoas formadas em licenciaturas. Na Meta 18, o PNE institui o Plano de Cargos e Salários para o magistério, uma

vez que os dados de pesquisa (IBGE, 2009) sinalizam que 30% dos professores brasileiros possuem contratos precários de trabalho (PNE, 2011-2020) (BRASIL, 2011b).

A instituição do Fundo da Educação Básica (FUNDEB) e a aprovação da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 (BRASIL, 2008), que regulamentou o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica, e a Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009b), que reconhece os funcionários de escola e fez retomar o debate sobre a valorização dos profissionais da educação, corroboram para a melhoria e o reconhecimento do profissional da educação.

A configuração das políticas educacionais brasileiras aponta um quadro caótico do ponto de vista da aprendizagem e demonstra que grandes desafios devem ser superados. Em algumas regiões, a baixa escolarização é registrada diante da alta taxa de analfabetismo, entre pessoas com 15 anos ou mais. Em seu caderno de resumo técnico, os dados do IBGE (2012) denunciam um impacto no número de contingente em relação aos estudantes matriculados e os que efetivamente terminam o seu ciclo de escolarização no ensino médio. Esses indicadores revelam e reforçam um quadro de que a escolarização brasileira está doente e enfrenta problemas (IBGE, 2012).

Com dispositivos⁵ de controle cada vez mais eficiente do ponto de vista institucional, o índice de aprovação passa a ser um indicativo de aferição da aprendizagem do alunado brasileiro. Nesse cenário, os dados estatísticos não evidenciam a elevação da aprendizagem, pelo contrário, reforçam aspectos de segregação e seletividade social. À medida que os dados estatísticos passam a vigorar como parâmetros de avaliação da aprendizagem, outro desafio a ser ultrapassado é a manutenção desses alunos até o final da sua vida escolar, pelo menos até o final do ensino médio. A alta taxa de analfabetismo revela esse caos em que vivem os jovens acima de 15 anos: em 2008 e 2009, esse índice caiu de 10% para 9,7% (0,3 ponto) de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (BRASIL, 2012).

Observemos, então, em relação às matrículas na educação básica brasileira (Tabela 1): “[...] nos 192.676 estabelecimentos de educação básica do País, estão matriculados 50.545.050 alunos, sendo 42.222.831 (83,5%) em escolas públicas e 8.322.219 (16,5%) em escolas da rede privada” (BRASIL, 2012).

⁵Idem p.23.

Tabela 1 – Número de matrícula na educação básica por dependência administrativa. Brasil – 2007-2012

Ano	Matrículas na educação básica					
	Total geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
2007	53.028.928	46.643.406	185.095	21.927.300	24.531.011	6.385.522
2008	53.232.868	46.131.825	197.532	21.433.441	24.500.852	7.101.043
2009	52.580.452	45.270.710	217.738	20.737.663	24.315.309	7.309.742
2010	51.549.889	43.989.507	235.108	20.031.988	23.722.411	7.560.382
2011	50.972.619	43.053.942	257.052	19.483.910	23.312.980	7.918.677
2012	50.545.050	42.222.831	276.436	18.721.916	23.224.479	8.322.219
D% 2011/2012	-0,8	-1,9	7,5	-3,9	-0,4	5,1

Fonte: BRASIL (2012).

Nota: Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

E ainda: “[...] As redes municipais são responsáveis por quase metade das matrículas (45,9%), o equivalente a 23.224.479 alunos, seguida pela rede estadual, que atende 37% do total, 18.721.916 alunos. A rede federal, com 276.436 matrículas, participa com 0,5% do total” (IBGE, 2012) O discurso nos remete à seguinte compreensão: “[...] os objetos aí se encontram designados; o sentido é visado; o sujeito é tomado como referência por um certo número de signos, mesmo se não está presente em si mesmo” (FOUCAULT, 2007a, p.126).

Apesar da elevação do número de matriculados na educação básica, o IBGE (2012) revela que a maioria dos analfabetos (92,6%) está concentrada no grupo acima de 25 anos de idade. Na região Nordeste, por exemplo, a taxa de analfabetismo entre a população com 50 anos ou mais chega a 40,1%, enquanto que no Sul, esse número é de 12,2%. Ainda há a prevalência de homens analfabetos em relação às mulheres: em 2008, 10,2% deles e 9,8% delas não sabiam ler nem escrever, e, em 2009, há 9,8% de homens e 9,6% de mulheres.

Até 2015, o Brasil deve diminuir para 6,7% a taxa de analfabetismo para a população com mais de 15 anos, com o objetivo de cumprir a meta estabelecida com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Porém, nesse ritmo de queda, o país terá, ainda, em 2015, um percentual de analfabetos, nessa faixa etária, superior a 7%. Esse discurso reforça um indicador do saber em relação aos aspectos sociais e culturais, pois as chances de um filho de pai analfabeto também seguir o mesmo caminho é de 32%, e essa probabilidade de não saber ler nem escrever cai para 0,2%, caso o pai tenha cursado o ensino superior (IBGE, 2012).

Todos esses elementos que compõem o discurso da educação e a descrição de seus enunciados pressupõem o desencadeamento de rígidas técnicas institucionalizadas pelo poder, no qual o sujeito é o objeto do saber em relação ao exercício pastoral e ao controle normativo

da vida. Na configuração desse saber, mecanismos disciplinares passam a funcionar “[...] na medida em que isola um espaço, determina um segmento” (FOUCAULT, 2008b, p.58). A população converte-se em dispositivo de segurança, enquanto que o indivíduo se torna objeto instrumental do poder.

Destaca-se que o conjunto de enunciados ao qual se propõem: ¹ “[...] o que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhe são específicos, é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns com os outros”. “[...] É esse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual” (FOUCAULT, 2007a, p. 67).

Nas reformas educacionais encontram-se no projeto de reforma do Estado, e, nesse cenário político, os organismos internacionais fazem intervenções de controle das ações, difundidos por meio do ideário neoliberal da sociedade e da educação. Para Popkewitz (1997), da área da sociologia, sobre a interferência externa à realidade nacional, no delineamento das diretrizes das reformas, com a assinatura da Declaração de Jomtien, em 1990, momento em que as orientações para educação foram estabelecidas sob a égide de acordos firmados na esfera internacional, o magistério público deverá atender algumas diretrizes propostas, como produtividade, eficiência e eficácia.

Segundo Foucault (2008b, p.130), a produtividade, eficiência e eficácia são exercícios soberanos e pastorais do poder: “[...] governo é a correta disposição das coisas, das quais alguém se encarrega para conduzi-las a um fim adequado”. No campo das políticas é que o governo exerce o seu poder disciplinar e pastoral, e, de alguma forma, impõe discursos e verdades estabelecidas para esse fim.

Outro dispositivo utilizado no campo das políticas educacionais é a Provinha Brasil, instrumento de aferição da aprendizagem que tem como foco identificar e diagnosticar possíveis insuficiências das habilidades de leitura e escrita, não tendo caráter classificatório mais subsidiário (SOUZA, 2011).

E Foucault (2007a, p. 29) nos incita:

[...] sob o pano de fundo de que acontecimentos discursivos eles se recortam; e se, finalmente, não são, em sua individualidade aceita e quase institucional, o efeito de superfície de unidades consistentes [...].
Os procedimentos de análise arqueológica pontuam que é necessário romper com a noção de unitário, propondo a sua decomposição, na diversidade de enfoques e as suas multiplicidades de enunciados que se estruturam em redes e em movimentos discursivos complexos.

Comparando alguns desses dados da realidade educacional brasileira, o município de Campo Grande, MS, oferece dados fornecidos pelo Educacenso (2005 a 2011) indicando uma expansão em relação ao aumento no número de matrículas como também de docentes e escolas: em 2005 - 3.791 docentes; 2006 - 4.021; 2007 - 3.925; 2008 - 4.071; 2009 - 4.167; 2010 - 4.062 e, em 2011 - 3.133 na rede municipal, por vínculo, isto é, para uma carga horária de 20 horas semanais (BRASIL, 2011a).

De acordo com o Educacenso (2005-2012), em 2005, a rede municipal de ensino tinha 7.500 alunos matriculados; 2006 - 77.000; 2007 - 7.600; 2008, um aumento expressivo para 79.000; 2009 - 8.000; 2010 - 81.000; 2011 - 82.000 e, em 2012, uma expansão significativa de 83.000 estudantes matriculados na rede municipal. Esses dados demonstram um aumento significativo de estudantes matriculados (BRASIL, 2012).

Em verdade, os números expressam um déficit de alunos por docente em sala de aula, com aumento no número de estudantes matriculados não acompanhando o de docentes por turma. Assim, os sistemas de ensino enfrentam problemas na realização de concursos, pois os gestores recorrem à questão da ausência de recursos financeiros como empecilho, além da responsabilização com relação aos limites de gastos com pagamento de pessoal desde a Lei de Responsabilidade Social.

O princípio normativo do poder se dá nos movimentos sociais, nos acontecimentos do discurso, como aquilo que se pode dizer em uma determinada época e lugar, com readequações constantes e disposições disciplinares sob o controle dos indivíduos ao longo de sua existência. No caso das políticas da carreira do magistério, estas são tratadas como dispositivos de privação social e de possibilidade ético-jurídica, conforme conceitua Foucault (1999b, p. 32):

O sistema do direito e o campo judiciário são o veículo permanente de relações de dominação, de técnicas de sujeição polimorfos. O direito, é preciso examiná-lo, creio eu, não sob o aspecto de uma legitimidade a ser fixada, mas sob o aspecto dos procedimentos de sujeição que ele põe em prática. Logo, a questão, para mim, é curto-circuitar ou evitar esse problema, central para o direito, da soberania, e fazer que apareça, no lugar da soberania e da obediência, o problema da dominação e da sujeição.

A incitação do discurso, que em sua decomposição, multiplica-se no discurso do campo político. E ainda evidencia:

[...] lei e soberania coincidem, pois absolutamente uma com a outra. Ao contrário, aqui não se trata de impor uma lei aos homens, trata-se de dispor das coisas, isto é, de utilizar táticas, muito mais do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas, agir de modo que, por certo número de meios, esta ou aquela finalidade possa ser alcançada. FOUCAULT, (2008a, p.132).

Foucault chama a atenção para esse discurso, de que não há uma visão fatalista da realidade, uma causa e um efeito da disposição das coisas, mas a arte de governar requer um olhar para que o exercício do poder se defina nas possibilidades e na produção de novas subjetividades (FOUCAULT, 2010a).

Diante desse cenário, marcado por falas diversas e motivos diversos, a noção de descontinuidades é agora deslocada pelo seu caráter absoluto sobre o prisma da subjetividade. Isto remete às análises que antecedem a subjetividade, as práticas de subjetivação – a forma como os indivíduos, segundo relações de verdades, constituem como sujeitos de uma conduta moral, evidenciam a pluralidade de práticas e pensamentos que possibilitam os sujeitos na história, sendo o sujeito imutável segundo alguns princípios normalizadores e universalizantes (FOUCAULT, 2009a).

Dessa forma, o discurso sanciona o que pode ser ou não dito. Foucault ressalta que os discursos propagados impõem as suas verdades, sendo necessário o exercício de “[...] questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante” (FOUCAULT, 2009a, p. 51).

Isso implica dizer que cada sujeito, que discursou sobre os motivos de suas desistências, alega que estes partem de suas escolhas e tomadas de decisão ao se desligar da carreira (concurso público de provas e títulos para o magistério do município de Campo Grande, MS).

A partir desses elementos, afirma-se os princípios de especificidade e de regularidade de métodos de análise discursiva, no momento em que buscaram mecanismos para exteriorizar aquilo que os angustia, apareceram outros elementos: as políticas, a economia e os princípios norteadores sobre a carreira e sua visibilidade do professor perante a sociedade. Há uma imposição ao discurso que foi proferido pelos entrevistados apesar de estarem fora da carreira.

Situa-se, então, os discursos como considerados “efeitos” de uma determinada causa econômica e social, nas condições de emergência de seus acontecimentos, imbricados nos lugares de transformação, pois somente existem como prática e materialidade própria.

No que concerne à produção dessas verdades sobre essa temática, os discursos oficiais (expressos nos documentos oficiais das políticas de educação) manifestam-se por meio de táticas e estratégias de apaziguamento das relações conflituosas que são geridas no interior das relações sociais. Estas, por sua vez, são produzidas em meio às verdades estabelecidas nas

instituições e a elas atreladas, as práticas culturais dos sujeitos entrevistados. Como conceito de discurso da carreira, Chanlat (1995, p. 67-75, grifo do autor) propõe que

A palavra carreira tem origem em carraria, do latim medieval, que significa ‘estrada rústica para carros’. A partir do século XIX, o termo começou a ser empregado tal qual o conhecemos hoje: trajetória de vida profissional, ofício, profissão que apresenta etapas, progressão.

Para este pesquisador, o conceito de carreira não é estático, pois se caracteriza pela instabilidade, descontinuidade e horizontalidade que tem exigido um investimento pessoal cada vez maior de quem escolhe uma determinada carreira profissional. Trata-se de um saber de vigilância, de exame, organizado em torno de uma norma pelo controle dos indivíduos ao longo de sua existência, pressupondo relações disciplinares (FOUCAULT, 1979).

Esses processos disciplinares produzem-se e são produzidos nas regras de formação discursiva:

Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos (os elementos dessa repartição objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). “As regras de formação são condições de existência, mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento em uma data repartição discursiva”. (FOUCAULT, 2007a, p. 43, grifo do autor).

Novos enunciados sobre o magistério, a sua progressão na carreira, relatando que o professor precisa se capacitar constantemente, que deve ser um pesquisador, um empreendedor do ensino.

As mudanças sociais em relação à carreira do magistério requerem novas formas de se apropriarem dos conhecimentos, abrangendo um conjunto de novos elementos, que vão além do ensinar. Os processos didáticos e metodológicos do professor ganham novas roupagens e, a partir de então, o docente passa a assumir outras funções no ambiente escolar.

Diante do quadro de elementos burocráticos e de sobrecarga de trabalho, o professor é, ao mesmo tempo, constituinte de novos discursos, modificados na medida em que vão dando lugar a novas práticas históricas. Essas descrições dos discursos da carreira do magistério evidenciam e instigam a subjetividade; na medida em que o outro olhar, sobre os que não se submetem aos ditames do poder, seja fundado nos conceitos foucaultianos do cuidado de si.

Conforme Foucault (1999b,p.141), os “[...] discursos são efetivamente acontecimentos, os discursos tem uma materialidade”. Para discutir o caráter factual do discurso e a relação entre discurso e poder como um núcleo de ideias, o autor baseia sua

análise em como o platonismo e o socratismo afastaram totalmente as ideias dos sofistas, em proveito de certa concepção do saber:

Para Sócrates não vale a pena falar a não ser que se queira dizer a verdade. Para os sofistas falar, discutir, é procurar conseguir a vitória a qualquer preço das mais grosseiras astúcias, é porque, para eles, a prática do discurso não é dissociável do exercício do poder. Falar é exercer um poder, falar é arriscar conseguir ou perder tudo, e aí ainda há algo muito interessante, e que o socratismo e o platonismo afastaram completamente: o falar, o logos, enfim, a partir de Sócrates, não é mais o exercício de um poder, é um logos que não passa de um exercício de memória. Essa passagem do poder à memória é algo muito importante. [...] nos sofistas essa ideia de que o logos, enfim, o discurso, é algo que tem existência material. Isto quer dizer que no jogo sofístico, uma vez que uma coisa é dita, ela foi dita; no jogo entre os sofistas, discute-se: ‘você disse tal coisa’. Você a disse e fica amarrado a ela pelo fato de a ter dito. Não pode mais libertar-se dela. Isto ocorre não em função de um princípio de contradição com o qual os sofistas pouco se importam, mas de certa maneira, porque agora que disse está lá materialmente. [...] o logos platônico tende a ser cada vez mais imaterial, mais imaterial que a razão – a razão humana. (FOUCAULT, 1999b, p. 140-141, grifo do autor).

Dessa forma, no jogo socrático, o falar torna-se uma maneira de exercitar a memória (logos), deixa de ser uma maneira de exercitar o poder, discutir, convencer. Assim como para Platão, o logos é imaterial, representa a razão. Por outro lado, para os sofistas, o falar (logos, discurso) dá existência material: “agora que disse está lá materialmente” (FOUCAULT, 1999b, p. 141). Ao falar do discurso, Foucault (2005) dá existência para o objeto por meio do pensamento sofístico.

Ao discutirmos os motivos da desistência do concurso do magistério pelo jogo de poder e saber dos enunciados, Foucault (2005, p. 36) nos ajuda a pensar que:

[...] conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados que a nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam, contava seus desenvolvimentos, indicavam suas diversas correlações, julgavam-na e, eventualmente, emprestavam-lhe a palavra, articulando, em seu nome, discursos que deviam passar por seus.

Passam-se, então, a discutir os motivos da desistência pelo jogo de poder e saber dos enunciados, logo se interroga o modo singular de existência que caracteriza o enunciado sobre a discursividade “desistir da carreira do magistério”. O falar sobre si mesmo na sociedade tenciona a verdade acerca da discurso da linguagem ao pontuar que:

[...] aquele em que uma sociedade atribuiu palavras, maneirismos e grandes frases, rituais da linguagem, à massa anônima do povo para que possa falar de si mesmo – falar publicamente e sob a tripla condição de esse discurso ser dirigido e posto a circular no interior de poder bem definido, de fazer

aparecer o fundo até então quase imperceptível das existências e de, a partir da guerra ínfima das paixões e interesses, da ao poder a possibilidade de uma intervenção soberana. (FOUCAULT, 1999b, p 123).

E Foucault (2010c) conceitua, em aula ministrada em 5 de janeiro de 1983 (primeira hora), na obra *O Governo de si e dos outros*, considerando que o discurso:

[...] tem de levar em conta a sua atualidade para, [primeiro], encontrar nela seu lugar próprio; segundo dizer o sentido dela, terceiro designar e especificar o modo de ação, o modo de efetuação que ele realiza no interior dessa atualidade. Qual é a minha atualidade? Qual é o sentido dessa atualidade? E o que faz que eu fale dessa atualidade? É nisso, parece-me, que consiste essa nova interrogação da modernidade. (FOUCAULT, 2010c, p. 15).

Segundo Candiotti (2013), ao falarem a verdade, legitimam a própria maneira de viver, sendo a existência o lugar da dramatização intolerável da verdade. E, ainda, na sua relação com o sentido, o sujeito fundador dos discursos dispõe de signos, marcas, traços, letras, porém, para tratá-los, não precisa passar pela instância singular do discurso (FOUCAULT, 2006a). Para tanto, é necessário explicitar esse nível molecular das relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação, espaços nos quais o próprio enunciado faz emergir as diferenças.

No que concerne à compreensão das formações discursivas, as análises dos discursos (motivos) da desistência da carreira do magistério não são dadas *a priori*, partindo de um sujeito que fala o que pensa ou de objetos que perpassam a linguagem como representação, mas são construtos determinados em uma prática sociocultural.

A análise dos discursos dos entrevistados e as interfaces do campo das políticas educacionais, em Foucault (1999a, p.51), ajudam a “[...] questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante”. Para Foucault (2000), o sujeito é a própria ideia discursiva, não é ele produtor do discurso, é o discurso em sua imaterialidade. A verdade do discurso não está centrada no sujeito, pois “[...] as verdades discursivas encontram-se no próprio discurso enquanto prática e não no homem, pois ele encontra-se entrelaçado nas relações de poder que emanam os enunciados discursivos” (FOUCAULT, 2000, s.p.).

Em relação à crítica da verdade e esta, por sua vez, está centrada no homem e na linguagem, é preciso então: “[...] um retorno a um pensamento filosófico, contra as tendências positivistas que pretendem encaixar as ciências do homem no modelo das ciências da natureza (FOUCAULT, 1999b, p. 79).

Nessa perspectiva teórica, nas análises discursivas dos sujeitos-objeto, o discurso deixa de ser a representação de sentidos⁶ pelo que se debate ou se luta e passa a ser, ele mesmo, o objeto de desejo que se busca, dando-lhe, assim, o seu poder intrínseco de reprodução e dominação, que, em Foucault (2007a, p.107), se fundamenta em: “[...] o sujeito liga, por essa operação e pelo enunciado em que ela toma corpo, seus enunciados e suas operações futuras (enquanto sujeito enunciante, ele aceita o enunciado em sua própria lei)”.

O discurso passa a ser uma prática cultural, sendo necessária uma postura arqueológica e não apenas uma mera análise interpretativa. Foucault (2007a, p. 136-137) toma esse posicionamento, pois considera que: “Interpretar é uma maneira de reagir à pobreza enunciativa e compensá-la pela multiplicação do sentido; [...] desse tema a análise enunciativa tenta liberar-se, para restituir os enunciados à sua pura dispersão”.

O conjunto de enunciados sobre o sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), criado em 2005, é um mecanismo de domínio, composto de processos estratégicos (BRASIL, 2005). Refere-se a um dispositivo de controle, e, concomitantemente a este, o discurso do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é outro indicador também criado em 2005 e funciona como um dispositivo de “aferição” da “qualidade” do ensino público, com médias variando de zero a dez. O IDEB é atualizado a cada dois anos com o objetivo de estabelecer sua eficiência no que diz respeito ao controle da aprendizagem do alunado brasileiro.

Esse discurso é composto de cálculos realizados na nota obtida na Prova Brasil e nos índices de reprovação. A meta do Ministério da Educação (MEC) é de que o país atinja a nota seis até 2022. Esses aspectos dos enunciados refletem um campo de abrangência e complexidade que envolve a educação brasileira, bem como os seus aparatos reguladores, no caso, os discursos das políticas educacionais vigentes (BRASIL, 2010).

Essas avaliações servem de parâmetro para o MEC calcular a média nacional de aproveitamento dos alunos (BRASIL, 2010). As descrições dessas análises nos remetem a identificação de diferentes técnicas e táticas adotadas pelos dispositivos do poder e do saber, no intuito de propagar verdades sobre o desempenho acadêmico dos estudantes brasileiros. Nesse campo de positivities, o discurso é sempre objeto de problematização, pois novos enunciados vão sendo formados nas relações que o constituem como fenômeno social, no caso, o discurso da carreira do magistério, refletindo em novos saberes e práticas, que vão se delineando no tecido social.

⁶Foucault faz a seguinte crítica: “A existência da linguagem na idade clássica é ao mesmo tempo soberana e discreta. Soberana, pois as palavras recebem a tarefa e o poder de representar o pensamento” (FOUCAULT, 2002, p.107). E ainda: “[...] na sua relação com o sentido, o sujeito fundador dispõe de signos, marcas, traços, letras. Mas, para manifestá-los, não precisa passar pela instância singular do discurso” (FOUCAULT, 2009a, p. 47).

Para atender a tal objetivo (normalização), o poder apropria-se de discursos que visam à melhoria do desempenho escolar, e passa a responsabilizar o professor por essa tarefa, segundo o estudo de Souza (2011 p. 83) sobre o fracasso escolar, ao pontuar que:

[...] reflexões sobre o fracasso escolar, como é o caso do Relatório de Pesquisa publicado em 2008, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que representa 2,5 milhões de trabalhadores brasileiros atuando na educação, os Planos Nacionais e Estaduais de Educação, os documentos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Brasileira (FUNDEB) e relatos de mobilizações, estadual ou municipal, em diferentes momentos de tomada de decisões políticas e outros encaminhamentos relativos à implementação de novas estratégias de gestão pública de ensino no Brasil. Acrescenta-se o fato de que diferentes autores utilizam dados estatísticos tanto para fazer apologia de políticas dos governos em cada Estado, quanto para denunciar perspectivas equivocadas em relação a atribuições e compromissos que cada um possa ter com a educação. Os dados estatísticos aparecem em discursos que partem de análises de dados empíricos aceitáveis e confiáveis nos limites da metodologia empregada. Assim, convicção e concepções do fracasso escolar, bem como novos paradigmas de leitura das realidades educacionais, emergem para questionar ou corroborar os dados de realidade assim constituídos.

A realidade dos dados empíricos ofereceu-nos condições de sínteses provisórias e sempre datadas historicamente em dado momento em que o poder oferece resistência e ao mesmo tempo sujeição aos discursos político-educacionais.

O Plano Nacional de Educação prevê a implantação do plano de cargos e salários de professores dentro de dez anos, que, propõe, na Meta 15, a valorização do professor. Há um discurso de “escolarização” e “valorização”, porém, ao resgatar esse discurso histórico, travam-se novos campos de batalha e novos discursos: o discurso da implantação do piso nacional para o magistério.

Ramos (2011, p.125) explicita que “[...] o país precisa urgentemente resgatar o valor do professor na sociedade, tornando a carreira do magistério objeto de desejo para os jovens, assim como nos países como a Finlândia, Coreia do Sul e Cingapura”.

Na Finlândia, por exemplo, ao contrário do Brasil, é muito grande a demanda na procura pelos cursos de licenciaturas nas universidades por causa da oferta de altos salários e condições de trabalho favoráveis. Isto gera um grande número de formados, mas a exigência na qualificação do professor, que deve ter mestrado, faz com que apenas 10% dos candidatos são admitidos. Para Ramos (2011), no Brasil, o professor ganha, em média, 40% menos do que a média de outros profissionais com a mesma escolaridade. Isto é um dos motivos do alto índice de desmotivação pela profissão do magistério e desistência da carreira.

Os equacionamentos de algumas dessas questões perpassam pela valorização da carreira docente. Nos países em que se atingiu a educação de qualidade, os melhores alunos do ensino médio desejam ser professores. Na proposta do PNE, essa é a perspectiva; entretanto, esse discurso encontra grandes desafios, pois é necessário ampliar para 10% o produto interno bruto (PIB) para a educação (RAMOS, 2011).

Nesse contexto, no campo do acontecimento histórico, o que interessa para Foucault não é analisar a realidade a partir de uma fatalidade, de uma causalidade e de uma tradição, mas sim indagar essa descrição arqueológica, identificando o ordenamento desse saber em sua aparição, em seus rastros e pistas deixados. Para a arqueologia, é “desnudar os jogos de verdades pelos quais cada época faz valer certo saberes” (ARAÚJO, 2000 p. 54). E ainda: “[...] às regras de sua ação, ou aos jogos de seus discursos míticos ou fabulosos, quando ficou claro que o próprio homem, interrogado sobre o que era” (FOUCAULT, 2007b, p.15).

Em relação à descrição de alguns aspectos relevantes da atratividade da carreira do magistério, buscamos elementos na legislação para explicar de que forma expressam a relação com a formação de profissionais da educação. A discursividade da Constituição federal de 1988, em seu artigo 206, inciso V, pontua que ensino será ministrado com base nos princípios da “valorização dos profissionais de educação escolar, garantidos na forma de lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concursos públicos de provas e títulos, aos das redes públicas” (BRASIL, 1988, p. 136). Entretanto, o que está na legislação ainda não é a nossa realidade, segundo as pesquisas mostradas neste capítulo.

Esse enunciado, sobre os princípios que regem a carreira do magistério, deixa clara a responsabilidade da União, dos Estados e municípios de promover concursos públicos para a carreira do magistério, de acordo com a demanda social, cumprindo com a legislação da valorização do trabalho e dos planos de carreira.

Para Dutra Júnior et al. (2000, p. 16-17),

[...] o processo de desvalorização do magistério é um processo histórico coincide com a explosão das matrículas no país. Em 1950, apenas 36% dos brasileiros entre 7 e 14 anos tinham acesso à escola, pois a exclusão social se dava pela não absorção da maioria da população pelos sistemas de ensino.

E ainda: “[...] até a década de 50, o professor era recrutado nos setores sociais médios, recebia formação sólida em escolas normais públicas tradicionais e nas antigas faculdades de filosofia” (DUTRA JÚNIOR et al., 2000, p. 16-17). Identificamos que esses movimentos históricos da questão que envolve o professor se dão nas relações da sociedade, na composição social do magistério e nas lutas travadas na redemocratização da sociedade.

Como elemento normativo do poder, a LDB – Lei nº 9.394/1996, no seu art. 62 especificamente, retrata as disposições sobre a formação dos profissionais da educação, entre as quais se afirma que a formação deverá ser contemplada em nível superior em licenciatura ou magistério de nível médio para atuar nos anos iniciais da educação básica. Já o art. 67 trata da valorização da educação, assegura a constituição dos estatutos e dos planos de carreira: “Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público” (BRASIL, 1996a).

No parágrafo 4º do art. 87 encontrava-se a determinação do prazo de dez anos (a partir de um ano após a promulgação da Lei) para a habilitação de todos os professores em nível superior, mas foi revogado pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 (BRASIL, 2013). Essa discursividade demarca a necessidade de um discurso de titulação para aqueles que ainda não possuem, dando-lhes um prazo para que adquirissem essa escolarização.

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. (BRASIL, 1996a. Revogado pela Lei nº 12.796/2013).

A Lei nº 9.424/1996, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) trouxe mudanças em relação ao financiamento da educação, propiciando o estabelecimento de ações para a formação e valorização dos profissionais do magistério.

Em 8 de outubro 1997, foi aprovada a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as diretrizes para a criação de novos planos de carreira e remuneração do magistério (BRASIL, 1997). No artigo 6º dessa Resolução, fica estabelecido o prazo de cinco anos para o cumprimento das exigências mínimas de formação para os docentes em exercício. A Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, “regulamenta a alínea “e” do inciso III do *caput* do art. 60, instituindo o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica”. No art. 2º, a seguinte redação:

O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista

no art. 62 da Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (BRASIL, 2008).

Observa-se, então, um discurso oficial sobre como se expressam as políticas de educação brasileira, principalmente no que tange à valorização do magistério. Entendemos que para atrair um jovem para uma determinada carreira profissional, um dos pontos de análise é a questão salarial, e, entre outros fatores, as condições de trabalho, o custo:benefício em sua formação e em que condições históricas essas escolhas se sucederam. No caso do movimento arqueogenealógico, as regras estabelecidas nas formações dos discursos e os elementos que estão submetidos a essas repartições (regras, decretos, leis e outros dispositivos de condição existencial) representam os saberes normativos do poder.

O referido pesquisador pontua em seu estudo que é necessária uma política mais ampla que viabilize a formação dos profissionais da educação.

No item seguinte, o objetivo é fazer uma analítica do poder, expressa nas condições estabelecidas pelas verdades dos discursos do plano de carreira do magistério municipal de Campo Grande, MS, seus elementos e seus aparatos reguladores, no controle da vida funcional dos sujeitos (professores da REME).

1.3 O PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, MS: A DESCRIÇÃO DE SEUS ENUNCIADOS

Neste item trata-se mais especificamente da análise do discurso (conjunto de enunciados) do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério no Município de Campo Grande, MS. São descritas, de forma clara e objetiva, as normas e as leis que as regem e a configuração de seus discursos (enunciados) e as verdades legitimadas no campo das políticas educacionais do município de Campo Grande, MS. Muito mais que analisar e descrever os documentos em seus discursos ditos, foi possível identificar a descrição de alguns elementos que legitimam e são constituintes de sujeitos que veiculam verdades como estratégia do poder.

Tal concepção de “valorização docente” é posta nos documentos oficiais para gerenciar a conduta da vida humana, e se “materializa” como forma de segregação, no sentido de que somente aqueles que estiverem nessa situação (efetivados por meio do concurso público de provas e títulos) é que poderão obter um lugar de “segurança” na carreira, desconsiderando o sujeito e suas diferenças de aprendizagem.

O processo de dessecamento do arquivo (plano de cargos e salários), usando a descrição arqueológica, acusou que o município de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Oeste, tem uma peculiaridade em relação aos outros Estados, pois o salário dos professores nesse Estado está entre os cinco melhores do Brasil (IBGE, 2012).

Desta forma, o município tem atraído pessoas de outras regiões brasileiras em função de oferecer mais possibilidades de crescimento profissional na carreira de professor. Com isso o Estado cresce no quesito populacional, econômico e cultural, é o que mostra o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): em 1991, registrou 0,563; em 2000, 0,673 e 2010, 0,784 de crescimento qualitativo (IBGE, 2012).

Segundo dados recentes extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), o município possui aproximadamente 832.352 pessoas e aproximadamente 97,22 hab./km², sendo considerado na pesquisa o terceiro maior e mais desenvolvido da região Centro-Oeste. A Rede Estadual de Ensino possuía, em 2012, 119.310 matrículas, incluindo a rede privada, totalizando 263 escolas. Possui cadastrados 5.639 docentes que atuam na rede básica de ensino: 1.274, na rede privada; 1.484, na rede estadual; 49, na rede federal; e 2.832 na Rede Pública Municipal de Ensino de Campo Grande, MS (IBGE, 2012).

Nesse cenário investigativo, identificamos que o Plano de Carreira do Magistério do Município de Campo Grande, MS, é regulamentado pela Lei Complementar nº 19, de 15 de julho de 1988, que institui o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público da Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS. Este, por sua vez, foi elaborado a partir de princípios que regem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996.

Entretanto, a descrição desses enunciados (FOUCAULT, 2007a) refere-se a uma espécie de “denúncia” de verdades que extrapolam as próprias leis do Plano, ou seja, o discurso tem que ir mais além, dando condições de melhoria de trabalho, também. O que se observa são regras discursivas que não visam a expressar uma ideia ou uma linguagem interpretativa, porém destaca as condições de possibilidades de um discurso.

O discurso de implantação do Plano retrata que as alterações e inclusões que instituem o Plano de Carreira do Magistério no município são decorrentes das Leis Complementares nº 20, de dezembro de 1988; nº 97, de 22 de dezembro de 2006 e nº 106, de 22 de novembro de 2007, realizadas na lei de criação do plano de cargos e salários presentes no Decreto nº 10.343, de 22 de janeiro de 2008, que publica a consolidação da Lei Complementar nº 19, de 15 de julho de 1998, instituindo o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público da Prefeitura Municipal de Campo Grande.

Procura-se mostrar que o discurso sobre a desistência da carreira é diversificado, adquirindo uma multiplicidade discursiva que funciona em rede e é regulada por dispositivos para atender apenas relações de ordem técnico-operacional. Há sempre um interesse em mostrar como o saber se constrói nas relações das instituições e seus aparatos reguladores, cujo teor não está na ideia de sujeito, mas na configuração normativa desse sujeito e sua prática social (FOUCAULT, 2005).

Ao elaborar o plano de carreira para os professores, o discurso foi fixado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Esta expressa, por sua vez, no art. 206, inciso V, que a valorização dos profissionais da educação escolar será garantida na forma da lei, mediante plano de carreira e com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, para os profissionais da rede pública. Nesse cenário discursivo da legislação, identificamos a Lei nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996b), que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), estabelecendo um prazo para a criação do plano de cargos e carreiras e remuneração, além de garantir o investimento na sua capacitação. A seguir, um trecho desse discurso:

Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, no prazo de seis meses da vigência desta Lei, dispor de novo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, de modo a segurar:

I - Remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público, com efetivo exercício do magistério;

II - O estímulo ao trabalho de sala de aula;

III - A melhoria da qualidade do ensino;

§ 1º Os novos planos de carreira e remuneração do magistério deverão contemplar investimento em capacitação, dos professores leigos, os quais passarão a integrar quadro em extinção, de duração de cinco anos.

§ 2º Aos professores leigos é assegurado prazo de cinco anos para obtenção da habilitação necessária ao exercício das atividades docentes.

§ 3º A habilitação a que se refere o parágrafo anterior é condição para ingresso no quadro permanente da carreira conforme os novos planos de carreira e remuneração. (BRASIL, 1996b).

Concomitantemente, verifica-se ainda que a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no discurso que se refere a “Dos profissionais da Educação” título VI, aborda o plano de cargos e carreiras, formação exigida e benefícios da profissão docente. Esse discurso da legislação retrata a discussão sobre vários aspectos, como formação, aperfeiçoamento, recrutamento, seleção, remuneração e carreira, mas se esquece do professor como indivíduo, ser humano e também de sua subjetividade.

Os conceitos sobre discurso na perspectiva foucaultiana são uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder; e este poder está relacionado ao regime de verdade, colocado como “[...] um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 1979, p.14). O sistema de poder está ligado à verdade que é produzida e se apoia no sentido de entender como ela funciona, produzindo coisas e objetos.

O documento citado anteriormente, que discute a progressão funcional, baseia-se na titulação ou habilitação do profissional da educação, ao enfatizar que:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público;

- I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; periódico remunerado para esse fim;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III - Piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho;
- V - condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1996b).

A LDBEN/1996, em seu art. 67, estabelece que os sistemas de ensino devam promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, na descrição do plano de carreira do magistério público de provas e títulos, aperfeiçoamento profissional continuado com remuneração, piso salarial profissional, progressão funcional com base na titulação e avaliação de desempenho, período reservado para estudos incluídos na carga de trabalho e condições adequadas de trabalho.

Durante a vida profissional do professor, os discursos manifestados na carreira evidenciaram normas, condutas e controle da vida, que, para Foucault (2008a), refere-se a:

[...] diferenciar entre a lei, a disciplina e a segurança, realizada por Foucault e onde ele aponta que: a primeira, a lei, é a que proíbe, a segunda, a disciplina, é a que prescreve e, a terceira, a segurança, nem proíbe ou prescreve, mas anula, limita ou regula uma realidade através de alguns instrumentos de proibição e de prescrição. A lei possui uma normatividade que a relaciona à norma, mas que não se configura em técnica de normalização. A normalização é conseguida pela disciplina que estabelece procedimentos e demarca o que é normal e o que é anormal, sendo preferido por Foucault, nesse caso, o termo ‘normação’ em vez de normalização. Na segurança, o normal vem primeiro e dele se deduz a norma ocorrendo então à normalização [...]. (FOUCAULT, 2008a, p. 62-63, grifo do autor).

Esse pensamento foucaultiano mostra que no discurso há sempre um dispositivo de normalização e uma tática que se configuram do social para o sujeito, e nesse espaço é que há sempre relações disciplinares.

Há o princípio da lei e da norma no poder pastoral em relação à vida, é um poder individualizante e subjetivante, fino e que denota uma tecnologia política expressa nos corpos e na capacidade de governar os vivos (FOUCAULT, 2008b). A efetivação no concurso não garante nenhuma segurança estabelecida no plano de carreira, pois há sempre um campo complexo e um feixe discursivo recuperando novamente o poder, sempre reconstruídos e encaminhando o saber para outro campo, como é o caso desses arquivos e seus aparatos reguladores.

Apesar de o discurso prescrito pelos entrevistados emergirem de uma situação do lugar de onde foram verbalizados, foi difícil encontrar algum lugar na sociedade contemporânea que não se assemelhasse às instituições e suas formas de normalização, no sentido de usar a disciplina como forma de poder, capaz de punir e enquadrar sujeitos, bem como as suas práticas. Um poder que funciona sempre em rede e nunca se situa em um local específico, porém tem a função normativa, alicerçada nas condições de vida dos sujeitos entrevistados.

Dessa forma, os aparatos do poder vão se delineando nos processos disciplinares e de normalização das ações humanas, tendo sempre como objetivo normalizar e disciplinar condutas, no controle do pensamento e da ação, objetivando e formatando os enunciados e suas configurações no campo do saber e do poder.

Como princípio arqueogenealógico-histórico, apresentamos o seguinte enunciado: durante a década de 2000 foi reformulada a política de fundo de financiamento da educação por uma nova lei. As diretrizes nacionais da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (BRASIL, 2007), que normatiza o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), apresentam regulamentações à carreira dos profissionais para a Educação Básica e determina, no art. 40, a implantação de planos de carreira e remuneração para todos os profissionais da educação básica.

Os docentes do município de Campo Grande obtiveram, em 2008, seu plano de carreira respaldado conforme a discursividade expressa na Constituição Federal de 1998 e a LDB/1996. Seguindo o discurso de Foucault, esse acontecimento proporcionou o surgimento da governamentalidade e provocou nos sujeitos atitudes de submissão no campo político. A prática social da governamentalidade, que para Foucault (1979) é a capacidade de ser governado, deve-se relacionar a um conjunto de indivíduos que se encontram imbricados e marcados no exercício do poder soberano.

Para Cunha (2009), a arte de governar, segundo os princípios do Estado, acontece nos microelementos das relações sociais e nas estratégias para a manutenção do poder. A história conta a trajetória da desvalorização do magistério desde a época dos jesuítas. A Constituição de 1988 trouxe, em seus artigos, o reconhecimento da importância do magistério, porém, com a eleição de Fernando Collor de Mello e a concepção tecnocrata, o desprestígio do magistério atingiu seu auge. Entretanto, após o *impeachment* de Collor, Murílio de Avellar Hingel assume a pasta da educação, contribuindo para a participação e mobilização dos movimentos da sociedade civil. Teve como marco a assinatura, em 1994, do pacto pela valorização do magistério e qualidade da educação, com o apoio das principais entidades ligadas à educação nacional (CUNHA, 2009).

Em Foucault (2008b) há um poder pastoral: o Estado continua a vigília nos rebanhos, mantendo-os sob a tutela de normas e condutas da vida, as leis passam a ditar o que deve ser feito e quanto à forma e seus preceitos regulatórios. Assim, há sempre uma verdade (saber) a ser desvelada; uma verdade sobre o sujeito, ou seja, um processo de objetivação conexo a uma relação de obediência.

As verdades sobre os saberes da carreira do magistério podem ser identificadas a partir de circunstâncias, delimitações discursivas e sua historicidade. Muitos professores têm históricos de licenças e afastamentos, também de readaptações em ocupações de cargos administrativos. Considerando hipoteticamente essa situação como um quadro clínico, pode-se fazer uma relação com o discurso da psicopatologia do século XIX: os indivíduos começam a ser vistos pelo ângulo da doença/sanidade relacionada à demência, neurose, degenerescência e psicose e a família passa a solicitar então ajuda da polícia e do juiz para que o “louco” seja tratado (ARAÚJO, 2000; FOUCAULT, 2008a; 2008b). Esse quadro dos professores poderia ser visto sob o ângulo de soluções para suas reais necessidades de um desempenho profissional adequado, evitando sua evasão ao sistema de submissão.

Temos então um problema de governo, o problema de ser governado por leis e decretos relacionados à carreira do magistério, pois, segundo Foucault (2008a, p. 118), “[...] como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar ser governado, como fazer para ser o melhor governador possível”. O problema que se coloca é: em que circunstância se deseja ser governado? A governabilidade deve ser exercida de modo a evitar a desmotivação ao assujeitamento.

As legislações, com a aprovação do FUNDEF, a promulgação da LDBEN e a elaboração do PNE, demarcam um discurso de valorização/desvalorização da carreira e dos profissionais do magistério. No caso da aprovação em concurso público, explicita-se um

discurso de salvação dos sujeitos: o Estado propaga verdades sobre a carreira do magistério, um conjunto do poder de condução das almas (FOUCAULT, 2008b). Reforça-se aqui a vigília dos rebanhos, mantendo-os sob a tutela de normas e condutas da vida quando do discurso do sujeito.

Em Foucault (2009a, p. 39), o conceito de ritual do discurso é retomado, pois a forma mais visível de sistemas de restrição ao discurso está posta nas condições dos sujeitos que podem falar, pois “[...] o ritual define a qualificação de quem devem possuir os indivíduos que falam (e que no jogo do diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados)”. Pois o ritual

[...] define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de sinais que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia, suposta ou imposta, das palavras, o seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites do seu valor de coerção. (FOUCAULT, 2009a, p.39).

Reforça a seguinte ideia:

[...] os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos. (FOUCAULT, 2009a, p.39).

Os depoimentos dos sujeitos entrevistados suscitaram rituais dos discursos sobre as verdades estabelecidas no campo dos saberes, pois o poder não é exercido de forma unilateral e implica ainda a resistência aos processos de assujeitamento. No sentido de que

[...] a disciplina estabelece os procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente e, enfim, a partir daí estabelece a demarcação entre os considerados inaptos, incapazes e outros. Ou seja, é a partir daí que se faz a demarcação entre o normal e o anormal. (FOUCAULT, 2008b, p.75).

Menciona a correlação do discurso assim: “[...] a questão do preço que o sujeito tem a pagar para dizer o verdadeiro e a questão do efeito que tem sobre o sujeito o fato de que ele disse, de que pode dizer e disse a verdade sobre si próprio” (FOUCAULT, 2010b, p. 29).

No caso das análises das falas dos sujeitos, encontramos rastros, táticas e técnicas, bem como contradições... pois “[...] não apontam realmente para o lugar em que você se pronuncia? Você se prepara para dizer, ainda uma vez, que você nunca foi aquilo que em você se critica” (FOUCAULT, 2007a , p.19).

Nesse campo social, Foucault (2010b) propõe lutas e resistências ao assujeitamento da verdade, pois as questões políticas submetem o indivíduo ao poder soberano em um jogo de submissão e controle do discurso, fato este identificado nos discursos dos entrevistados.

A seguir, o discurso de um dos entrevistados sobre as posições que devem ocupar o discurso e as condições que o materializaram naquele momento histórico de sua aparição.

Sujeito B: “Sei lá, não era o que eu queria mais ai eu entrei na faculdade e gostei e fui. A princípio não era o curso que eu queria. Era na área da educação, mas não a pedagogia”.

Percebemos que “[...] as posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhes é possível ocupar em relação a diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 2007b, p. 58).

Neste enunciado a seguir, visualiza-se o princípio da descontinuidade – “o curso que eu queria era educação física. Aí eu me frustrei com a federal e fui para uma instituição privada... e me encontrei com a pedagogia” –, que é justificado pelas análises enunciativas que encontram os seus princípios no próprio esfacelamento dos enunciados, que se contradizem e se dissolvem em seu interior discursivo.

Os entrevistados demonstram em seus discursos uma descontinuidade provocada por enunciados diferentes e complexos em sua interioridade. Em relação à opção pelo magistério, aparecem justificativas diversas, porém com um único enunciado para cada professor.

Desse total dos entrevistados, sete (46%) dos sujeitos verbalizaram que foram para o magistério por razões diversas e não pela intencionalidade profissional, isto é, entraram na carreira por outras questões e não por opção própria. Esse discurso, em certa medida, carrega consigo relações de poder e das formas específicas de um determinado saber fortalecendo ainda mais as proposições das subjetivações para as quais os sujeitos são fabricados (objetivados) na sociedade.

Nos encaminhamentos das correlações dos discursos da carreira, encontramos ainda as questões de financiamento da educação e da valorização da carreira ao enfatizar que a Emenda Constitucional nº 53/2006, que institui o FUNDEB, abrangendo o financiamento da educação básica, surge como elemento à necessidade da reestruturação dos planos de carreira do magistério nos sistemas de ensino. Esse discurso encontra-se ainda nos Cadernos de Educação nº 21 (2009, s.p.) , no seguinte discurso:

A partir dos fundamentos da Emenda Constitucional nº 53 de 2006, que institui o Fundeb junto com vários outros dispositivos, especialmente os incorporados ao artigo 206 da CF88 (incisos V, VIII e parágrafo único), a valorização dos profissionais da educação tem assumido status de política estruturante, da gestão democrática e da avaliação institucional.

A Lei nº 11.494/2007 indica, no art. 40, o seguinte discurso:

Os Estados, o Distrito Federal e os municípios deverão implantar Planos de Carreira e remuneração dos profissionais da educação, de modo a segurar:

I - a remuneração condigna dos profissionais na educação básica da rede pública;

II - integração entre trabalho individual e a proposta pedagógica da escola;

III - melhoria da qualidade do ensino aprendizagem.

Parágrafo único. Os planos de cargos de Carreira deverão contemplar capacitação profissional especialmente voltada à formação continuada com vistas na melhoria do ensino. (BRASIL, 2007).

Posteriormente a essa Lei, é aprovada a Lei nº 11.738/2008, do piso nacional, explicitando o seguinte discurso, que prevê o plano de carreira do magistério:

Art. 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar ou adequar seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério até 31 de dezembro de 2009, tendo em vista o cumprimento do piso nacional profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, conforme disposto no parágrafo único do art. 206 da Constituição Federal. (BRASIL, 2008).

A Lei do piso nacional para o magistério constitui mais um discurso contemporâneo que emerge no campo político como uma verdade sobre a carreira. Concomitantemente a esse discurso, surge a Lei do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), pois trata especificamente de financiamentos da educação ligados à carreira do magistério.

Esses discursos históricos da sociedade podem ser identificados em Foucault (2005), como um princípio da guerra, da lei, da sujeição, de uma teoria da soberania do Estado.

O poder do estado: [...] o que eu tentei percorrer, desde 1970-1971, era o como do poder. Estudar o “como do poder”, isto é, tentar apreender seus mecanismos entre dois pontos de referência ou dois limites: de um lado as regras de direito que delimitam formalmente o poder, de outro lado, a outra extremidade, o outro limite, seriam os efeitos de verdade que esse efeito produz que esse poder conduz e que, por sua vez, reconduzem esse poder. (FOUCAULT, 2005, p. 28, grifo do autor).

A verdade estabelece discursos institucionais por meio de leis, decretos e normas. Agora, quais são as regras de direito que lançam mão de produzir poderes nos discursos de verdade que são formas jurídicas? Jurídicas, pois são postos na medida do limitado, emergem em rituais de votação no Congresso Nacional para que se tornem decretos e assim sancionados pelos sujeitos políticos. A partir de então, Foucault (2009a, p. 44) propõe reflexões sobre os discursos seus operadores (sujeitos), pontuando que “[...] o que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação de papéis para os sujeitos que falam [...]” e, desde então, somos forçados a produzir verdades pelo

poder que exige essa verdade, e somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la.

Veiculados a esses discursos de verdade, identificamos a norma que produz efeitos do poder, regras de direito, de condutas e de guias de condutas, que vão de sujeito a sujeito. E com relação as instituições, incitam: “[...] na verdade, os problemas colocados são os mesmos, provocando, entretanto, na superfície, efeitos diversos. Podem-se resumir esses problemas em uma palavra: a crítica do documento”. É necessário então compreender que “[...] A reforma das instituições sociais não constitui somente uma tarefa operativa, ela depende, acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição política com uma transformação social, a partir de atitudes concretas e não de discursos de defesa” (OSÓRIO, 2010a, p.155).

Emerge ainda o discurso do Conselho Nacional da Educação, nesse mesmo período, que substituiu a Resolução CNE/CEB nº 3/1997 (FUNDEF) pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de maio de 2009, que fixa as diretrizes nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (BRASIL, 2009a).

No caso do município de Campo Grande, MS, o Plano de Carreira anuncia os princípios básicos, sendo que no art. 3º, inciso II, diz que a valorização profissional será assegurada aos professores mediante o ingresso por concurso público de provas e títulos; aperfeiçoamento técnico e profissional continuado; remuneração conforme a titulação; e período reservado a estudos incluído na carga horária.

Desta forma, é assegurado o ingresso docente por meio de concurso público previsto em edital para pessoas que possuem o nível superior com graduação específica para a respectiva área de atuação. O Edital nº 01, de janeiro de 2007, do concurso público de provas e títulos para o cargo de professor, tem carga horária de vinte horas semanais, e de 1/3 para horas de atividades de planejamento – em vigor desde janeiro de 2014 - seguindo orientações da lei do piso nacional para o magistério público.

Nesse plano para uma jornada de quarenta horas semanais, ou seja, dois períodos, o professor deverá realizar dois concursos distintos e ser aprovado em todas as etapas, discurso esse que evidencia uma disparidade salarial para os docentes, evidenciando uma desvalorização da carreira.

No art. 37, são descritos os critérios para avaliação de desempenho do docente em estágio probatório, ou seja, durante três anos após o ingresso na carreira o docente é avaliado por critérios normativos: competência técnica, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, postura profissional, entre outros aspectos considerados relevantes do ponto de vista institucional.

O Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público da Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS, é regulamentado pela Lei Complementar nº 19, de 15 de julho de 1998, recebendo alterações incorporadas atualmente no Decreto nº 10.343, de 22 de janeiro de 2008 (PMCG, 2008).

O Decreto nº. 10.343/2008 consolida todas as alterações realizadas no plano de cargos e salários do município de Campo Grande, no capítulo II denominado “Da Remuneração”. No art. 60, fixa as diretrizes para o reajuste de vencimentos e de vantagens, obedece a regras padronizadas de acordo com as disposições previstas na lei, que terão os seus índices de reajustes pela promoção em nível de licenciatura plena em sua área de formação e titulação⁷ (PMCG, 2008).

As subjetividades dos sujeitos e seus discursos expuseram sua coragem e verdades perante o plano de carreira, que é um dispositivo estratégico do poder para a questão da normalização de um saber e de sua legitimidade na sociedade.

No próximo Cenário II, apresentamos a genealogia do sujeito: alguns discursos dos professores e suas interfaces realizadas no conjunto de enunciados – e as condições de aparecimento dos discursos dos sujeitos entrevistados. Não se trata de uma analítica da verdade do discurso, mas, acima de tudo, uma ontologia de nós mesmos (FOUCAULT, 2010b).

⁷Designa o Plano de Cargo e Salários do município – promoção horizontal, a mudança de letra é a promoção horizontal - refere-se a letras (A; B; C) – promoção por tempo de serviço prestado à Prefeitura Municipal e os números – refere-se à mudança de nível de escolarização – promoção por escolarização - I - para professor: a) Nível PH-1 - escolaridade obtida em curso de nível médio, na modalidade normal ou equivalente; b) Nível PH-2 - escolaridade obtida em curso de graduação, licenciatura de duração plena, admitida a habilitação específica obtida em programas de formação pedagógica, para portadores de educação superior, nos termos da Lei; c) Nível PH-3 - escolaridade obtida em curso de pós-graduação, em nível de especialização com duração mínima de 360 horas, na área da educação; d) Nível PH-4 - escolaridade obtida em curso de pós-graduação, em nível de mestrado, na área da educação; e) Nível PH-5 - escolaridade obtida em curso de pós-graduação, em nível de doutorado, na área de educação. (PMCG, 2008).

CENÁRIO II

A GENEALOGIA DO SUJEITO: ALGUNS DISCURSOS DOS PROFESSORES E O CUIDADO DE SI

[...] a questão do preço que o sujeito tem a pagar para dizer o verdadeiro e a questão do efeito que tem sobre o sujeito o fato que ele disse, de que pode dizer e disse, a verdade sobre si próprio. (FOUCAULT, 2010b, p. 29).

Este Capítulo/Cenário trata de compreender os princípios que norteiam a genealogia do sujeito e alguns conceitos gregos do cuidado de si. Apresenta o depoimento dos entrevistados, discursos e práticas, expõe o delineamento na compreensão da problemática do sujeito: nos aspectos da subjetividade, do poder da verdade e o cuidado de si.

Na temática do cuidado de si, pronunciada em curso no Collège de France, editado por Gross – A hermenêutica do sujeito, na primeira hora da aula de 6 de janeiro de 1982, Foucault retrata um preceito grego do cuidado de si. Dessa maneira para que haja a criação de si mesmo como sujeito histórico, haverá uma condição: identificar em qual espaço a liberdade é possível, conhecendo os seus limites e possibilidades de ruptura com os condicionantes da sociedade e a partir de então passar para uma análise crítica dos elementos sociais que determinaram o nosso modo de ser. O cuidado de si como atitude de liberdade e pensamento, na relação consigo mesmo e práticas (FOUCAULT, 2010a).

Em suas aulas, conferências, palestras e cursos ministrados, explicitaram-se conceitos relacionados às temáticas da moral e ao cuidado de si. As práticas correspondem apenas às normatizações explicitadas nas instituições e nas formas de correlacionar o poder a um determinado saber. Pressupõe que haja uma discussão profunda sobre os modos de vida – extraídos do pensamento grego – estética da existência e a problemática do sujeito (uma de suas principais preocupações epistemológicas).

Nesse sentido, a história do pensamento nos colocou uma questão da atualidade sobre as possibilidades de um saber possível, uma análise do que poderia chamar de “modos de experiências para sujeitos possíveis” – terceiro eixo do seu pensamento no cuidado de si e dos outros (FOUCAULT, 2010b).

Por conceber a emergência na produção do discurso e de saberes a ele interligados, as discursividades apresentadas pelos entrevistados veicularam verdades de um determinado saber, pois há sempre um mecanismo da relação entre poder, direito e verdade. Nessa intensidade, “[...] somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela

para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la” (FOUCAULT, 1999a. p.29).

A partir da junção desse conjunto de enunciados, as verdades foram correlacionadas às práticas de subjetivação e à produção de um saber verdadeiro. Pois, em Foucault (2010b, p.75), o problema da verdade é “[...] estudar os regimes de verdade, quer dizer, o tipo de relação que liga entre eles as manifestações de verdade com os seus procedimentos e os sujeitos que são os seus operadores, testemunhas e, eventualmente, objetos”.

Nesse sentido, a análise arqueogenealógica, os regimes de verdade, sejam eles científicos ou não, comportam modos específicos de vincular, a qualquer forma, a manifestação do saber verdadeiro constituinte ao sujeito que o opera.

No campo de investigação acerca do sujeito, na relação consigo mesmo, o efeito desse tipo de análise será a possibilidade de constituir novas subjetividades dentro dos limites possíveis a serem ultrapassados. Para Foucault (2010a) na constituição dessas subjetividades, o sujeito é constituído e constituinte de novas formas de historicidade e nesse intento pode ser diferente e que os limites dessa diferença podem estar inseridos no seu ser histórico, identificando a sua própria capacidade de se relacionar consigo mesmo no tempo e no espaço social.

Assim, na construção da empiria, no momento da realização das entrevistas, identificaram-se vontades de verdades, e alguns demonstraram verbalizar um saber considerado verdadeiro, um campo onde o poder e o saber poderiam se manifestar nos discursos. Essas formas de identificação dos saberes pode provocar uma ontologia histórica do ser, suas correlações com o saber e as relações de poder. (FOUCAULT, 2010a).

Em Foucault (2009a), o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos, definindo os seus gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso, fixando as palavras e seus efeitos sobre aqueles aos quais se dirigem, o que deve ser dito como verdadeiro.

Nessa incursão da emergência de um saber da verdade, na obra: “O que é um autor?”, Foucault (2009c, p. 111) explicita conceitos sobre “[...] ritual de confiança no qual aquele que fala é ao mesmo tempo aquele de quem se fala: apagamento das coisas ditas pelo seu próprio enunciado, mas igualmente anulação da própria confiança que deve permanecer secreta” (FOUCAULT, 2009c, p. 110), e, ainda, “[...] não deixar atrás de si nenhum traço a não ser o arrependimento e as obras de penitência [...]”. O ritual estabelece o estatuto da verdade de quem profere um discurso considerado verdadeiro.

No item a seguir, apresentamos alguns elementos da empiria - sujeitos da pesquisa, as suas características de formação acadêmica e as experiências como práticas que obedecem a regras, no sentido de evidenciar questões epistemológicas necessárias à compreensão do movimento arqueogenealógico.

2.1 A EMPIRIA: OS SUJEITOS DA PESQUISA E OS SEUS DISCURSOS

As questões de ordem teórica, que acompanharam a descrição e as reflexões propostas neste item, encaminharam-nos a um exercício de compreensão teórica e explicitação de métodos e conceitos epistemológicos de Foucault (2010b), no que denominou de história do pensamento.

Segundo as suas interpolações sobre o sujeito e suas falas, tendo como subsídio teórico sua aula ministrada em 5 de janeiro de 1983 (O governo de si e dos outros - primeira hora), identificamos uma história do pensamento, cuja preocupação de Foucault foi identificar um saber possível, realizando uma análise do que poderia chamar de “focos de experiência”. Ele propõe identificar o pensamento a partir de três eixos: 1 - formas de um saber possível; 2 - matrizes de comportamentos para os indivíduos; e 3 - modos de existência para sujeitos possíveis (FOUCAULT, 2010c).

No cenário de identificação dos sujeitos, explicitou-se um saber sobre as características dos 15 sujeitos entrevistados, a partir dos seguintes elementos: sexo, formação acadêmica e se possuem filhos.

Desse total de 15 professores, 8 (53%) são do sexo feminino e 7 (46%), masculino. Historicamente, no Brasil, o gênero feminino sempre prevaleceu na carreira do magistério dos anos iniciais e fundamentais, mas, atualmente, os homens têm procurado esse caminho profissional, pois os percentuais indicam quase uma igualdade.

Em relação à formação acadêmica, 1 (6,6%) é formado em história, 1 (6,6%) em artes, 6 (40%) em pedagogia, 3 (20%) em educação física, 3 (20%) em língua portuguesa e 1 (6,6%) com licenciatura em matemática. Do total, 10 (67%) docentes são casados, e 10 (67%) deles possuem filhos e 5 (33%) não possuem.

Na espacialidade das correlações discursivas, dos regimes de verdades identificados, o cenário discursivo deslocou constantemente os sujeitos, revelando uma série de contradições discursivas nas falas deles e na forma como relataram as formações discursivas. Detêm sua análise em movimentos de complexidade e sujeição dos discursos, pois é [...] o controle que garante a obediência dos indivíduos às regras e à lei (OSÓRIO, 2010a, p.104).

Nas experiências dos sujeitos entrevistados (pragmática de si) sobre o magistério, os modos de subjetivação e o cuidado de si/práticas de si e as suas tecnologias. Foucault (2010b, p. 6), propõe:

[...] estudar as técnicas e procedimentos pelos quais se empreende conduzir a conduta dos outros. Ou seja, procurei colocar a questão da norma de comportamento primeiramente em termos de poder, e de poder que se exerce, e analisar esse poder que se exerce como um campo de procedimentos de governo.

Uma das principais precauções de Foucault foi dar conta desse nível molecular do poder que se relaciona com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho do Estado (FOUCAULT, 1979).

Na contramão da história, esta investigação apresentou uma situação diferenciada, pois alguns docentes entrevistados não tiveram a experiência em lecionar e, ainda assim, foram levados a produzir “verdades discursivas” sem certo nível de compreensão sobre as experiências na carreira do magistério. A crítica que Foucault (1979) faz é que o sujeito é sempre deslocado em meio a exercícios estratégicos do poder.

Nesse contexto de enfrentamentos e conflitos, foi interessante observar e dialogar a partir do senso comum e na construção da empiria, pois é nesse espaço que os discursos se estruturam e vão dando vida a novos enunciados, habitando regularidades próprias a partir de suas especificidades do saber verdadeiro. Os discursos dão lugar a certas organizações de conceitos, a certos reagrupamentos de objetos, a certos tipos de enunciação, que se asseguram estabelecendo rigor e estabilidade teórica (FOUCAULT, 2009a).

Aos serem entrevistados, os candidatos a professores poderiam explicitar um mesmo discurso, mas o que a investigação demonstrou não foi isso, pelo contrário, evidenciou enunciados diferenciados partindo do princípio de que eles não fizeram parte da carreira do magistério, nesse campo produziram e foram produzidos a um saber verdadeiro, pois desistiram no momento da posse do concurso de provas e títulos.

A arqueogenealogia (princípios) como forma de análise. Não buscou-se dar sentido a unidades, mas colocá-las em relação a um campo de objetos que se entrelaçam se excluem e se dissipam nas relações sociais. Não é uma estrutura no sentido estrito do termo, deduções e proposições sobre um conjunto de regras anônimas e aplicadas a certo número de descrições empíricas, mas tem como pretensões estabelecer possibilidades de emergências de enunciados. Para Foucault (2007a), o poder é revestido de inúmeras correlações de força, não como elemento de uma soberania, mas como prática que se exerce.

No diálogo com outra obra, *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 1987), de caráter genealógico, as formas ritualísticas de confissão encontram um recorte epistemológico (exercício genealógico) mais especificamente em relação ao delito e suas manifestações sobre a punição, pois era preciso dizer a verdade sobre determinado saber, e para isso, era preciso confessar. Esse ideário da confissão foi explicitado no exercício onde Foucault apresenta, na Idade Média, os rituais estabelecidos para direcionar a verdade.

Por exemplo, na Idade Média (século XVI), o saber do louco, o saber da pedagogia, enfim, para falar sobre determinado objeto, os sujeitos precisam de um credenciamento que os possibilite falar, isto é, que os legitime, dando-lhes legitimidade a esse dizer/saber. O discurso do louco era desconsiderado pelo fato de que ele não podia proferir uma palavra; socialmente, o que era dito era rejeitado e destituído de racionalidade, de uma verdade que provocava novos formatos de efeitos difusos e sem validade. Como um sistema de exclusão, os enunciados sobre a desistência da carreira do magistério apoiam-se em modos de como o saber é valorizado na sociedade que antecede o discurso oficial (FOUCAULT, 1987).

Atribui-se ainda à confissão um caráter interpretativo, pois a ideia da revelação da verdade não depende unicamente do sujeito que confessa, mas de uma tarefa conjunta daquele que fala e daquele que ouve; é sempre acompanhada de uma decifração como conjunta de representações da sociedade. Na análise foucaultiana, os efeitos da confissão apresentam um domínio do poder na veracidade do saber do discurso proferido.

Foucault et. al. (1971) postulam a ideia de que é preciso abandonar essas sínteses já feitas, ligando o pensamento à palavra dita, ou seja, é preciso identificar que se trata, em uma primeira instância, de um conjunto de acontecimentos dispersos e irreconhecíveis. No caso, as unidades dos discursos sobre a desistência do magistério apresentaram descontinuidade e positivities inerentes a sua própria regra de formação enunciativa.

No caso dos discursos dos entrevistados, o processo de pesquisar e analisar esses discursos incitou novos enunciados em suas falas. Produziu e objetivou um saber verdadeiro com novo *corpus*, cujos signos adquiriram “nova roupagem”, mostrando descontinuidades e positivities no sentido de compreender a subjetividade de cada entrevistado e os elementos considerados individualizantes dos discursos.

Nas respostas dos sujeitos entrevistados, o cuidado de si torna-se uma condição de vida, que nos propõe a refletir a partir de três princípios básicos: primeiramente, a *epiméleia heautoû* como: “[...] o tema de uma atitude geral, um certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro. A *epiméleia heautoû* é uma atitude – para consigo, para com os outros, para com o mundo” (FOUCAULT, 2010b, p.11)

Nessa obra, destacamos como o sujeito se vê no mundo, agregando a alguns de seus discursos, os conceitos de cuidado de si. Os entrevistados foram questionados sobre: Quais aspectos você atribui que leva uma pessoa a desistir da carreira do magistério – concurso público? Como você analisa as questões de ordem econômica e política da carreira no atual momento em que vivemos?

Expuseram as seguintes verdades em seus relatos:

Em relação a mim ou em relação aos professores? De modo geral né...? A entrevistada revelou uma discursividade sem muitos elementos sobre o que foi questionada, a fala ficou no silêncio e no seu interdito, pois a mesma encontra-se em processo de formação na graduação em Artes Visuais e em Pedagogia ambas em fase de conclusão. (Sujeito F).

Olha depende muito da pessoa também na verdade ela tem um pensamento quando depara com a realidade é meio estranho e difícil... eles precisam de um profissional que dê conta...você sai da faculdade e não tem aquele preparo todo. (Sujeito G).

Eu acho que eu encaixaria em outros motivos porque é um pouquinho dos dois e mais alguma coisa... É eu já era concursado como assistente social do estado e nesse meio tempo tive aulas como convocado. No momento em que fui chamado optei em ficar mais tempo uma dedicação exclusiva e ficar só neste trabalho. Não é a questão do stress é de relacionamento mesmo. Arrumei outro trabalho e tenho um pouco mais de comodidade. (Sujeito H).

Os enunciados dos entrevistados sinalizaram que os princípios de aceitação de verdades e tratamento do discurso estariam diretamente ligados aos princípios doutrinários e não do sujeito que fala. Novamente como um princípio de método de regularidade, de apreensão, constituído como prática de um discurso objeto. A incitação de um discurso da necessidade de cuidar de si, no sentido de dar sentido a sua ação humana.

No segundo momento, a *epiméleia heautoû* é:

[...] também uma certa forma de atenção, de olhar. Cuidar de si mesmo implica que se converta o olhar, que se conduza do exterior para... eu dizer “o interior”; deixemos de lado essa palavra (que como sabemos, traz muitos problemas) e digamos que simplesmente que é preciso converter o olhar, do exterior, dos outros, do mundo, etc. para “si mesmo”. (FOUCAULT, 2010. p.11, grifos do autor).

O cenário das entrevistas aos sujeitos do estudo foi marcado por inseguranças e eventos discursivos complexos, demarcados por formas específicas de individualidade no ritual confessional e, nesse sentido, o terceiro momento da noção de *epiméleia heautoû*:

[...] não designa simplesmente essa atitude geral ou dessa forma de atenção voltada para si. Também designa sempre algumas ações, ações que são

exercidas de si para consigo, ações pelas quais assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos transfiguramos. (FOUCAULT, 2010b, p. 12).

Ao relatarem a verdade sobre a carreira do magistério, à medida que aproximávamos dos entrevistados, percebia-se um certo desconforto provocado pelo momento da gravação e registros, porém procurou-se deixar à vontade os entrevistados nos relatos por eles propagados. As verdades do discurso é um exercício do poder estabelecidos não somente pelos signos que designam coisas, pois a questão foucaultiana é abordar os discursos como elemento de exame sobre o sujeito e suas práticas sociais.

Do ponto de vista filosófico, o discurso não se estabelece apenas em seu jogo de aparição, mas também apresenta formas de sujeição em sua materialidade própria enquanto emergência de um dado saber (regime de verdade). (FOUCAULT, 2009a). Para analisar os discursos, foi preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-lhe aparecer em sua complexidade que lhe é peculiar.

Em relação ao campo de problematizações foucaultianas, para Carvalho (2007, p. 91, grifo do autor), o confronto se dá na análise histórica, pois:

A história é problematização, pois “não quer dizer representação de um objeto pré-existente, muito menos criação pelo discurso de um objeto que não existe.” Alias podemos dizer que é o conjunto de práticas discursivas e não discursivas que faz entrar algo no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto do pensamento (que seja sob a forma da reflexão moral, da consciência científica, da análise política etc.). Talvez repouse nisso a pertinência de uma indagação que pode aprofundar esse ponto: quem ou quê, como e por quê algo nos foi garantido ao pensamento como verdade.

Nessa perspectiva, as verdades são estabelecidas entre o jogo do verdadeiro e do falso, constituindo o objeto do pensamento sobre a discursividade (desistência do concurso do magistério) ao qual se apropria de outras formas e outros mecanismos e estratégias, formando novas saberes e práticas. Há sempre um jogo de interesses difusos, cujo discurso se explicita no sujeito e há uma “supervalorização” do homem pelo discurso de verdade que ele produz, e não pelas suas formas, mas sim pelas relações de disciplinamento e normalização que estão sempre em ação (FOUCAULT, 2000).

Conforme anunciado anteriormente, a perspectiva foucaultiana permitiu-nos compreender que não somos sujeitos que produzimos linguagem, somos a própria linguagem expressa nos discursos. E ainda, os registros dos discursos dos professores entrevistados constituíram fontes expressas no ordenamento das palavras ditas (o que foi dito e escrito), pois é preciso estar atento ao que foi dito – um conjunto denso de práticas consigo mesmo.

O sujeito K também concorda com o discurso salarial como principal motivo de desistência do magistério:

E a parte financeira. é a maioria dos professores deviam ser melhor remunerados, né porque além de trabalhar é...na escola eles trabalham em casa também... (Sujeito L).

[...] o professor é mal remunerado... remunera melhor que... (Sujeito M).

Também os sujeitos N e O, respectivamente, espacializaram o seguinte discurso: “Eu acho que de imediato seria a falta de apoio, um incentivo”; e “[...] tanto do próprio local né”. São muitos os fatores que levam a essa questão da desistência: a não valorização, o não reconhecimento, a questão salarial engloba tudo isso... a falta de investir na carreira do professor.

A partir de Foucault (2010), a ética deixa de ser um juízo de valor sobre os processos que nos objetivam e nos tiram a possibilidade de entendermos as condições humanas (subjetividade) e as relações que subscrevem a ideia de autonomia e existência de vida.

Temos os processos de objetivação e subjetivação presentes nessas práticas sociais e agem conjuntamente na constituição do indivíduo. Na primeira perspectiva, o indivíduo torna-se um objeto dócil e útil e na segunda (práticas de subjetivação), como indivíduo, emerge um discurso rarefeito, socialmente aceito.

A prática cultural estabelece o dito (regime de verdade) para o sujeito, gerando, de certa forma, o esfacelamento do próprio discurso e sua dispersão encontrada nas entrevistas desses sujeitos. Sobre a questão dos motivos da desistência da carreira:

Não só no magistério, mesmo assim, quem ainda não passou em outro concurso... continua no magistério. Ou seja quem passou da idade, também continua no magistério... mas a questão salarial não é aquela... aquele atrativo pra todo mundo querer e escolher, eu vou fazer... Não, muitas vezes, você faz um concurso pra se garantir, pra depois fazer outro. Foi o meu caso. Eu fiz o magistério, me garanti na sala de aula, ai eu fui estudar pra fazer outro (Sujeito C).

Podemos entender então que o termo “sujeito” para designar o indivíduo preso a uma identidade (subjetividade) que reconhece como sua, constituído a partir dos processos de subjetivação. Foucault procura em suas proposições teóricas de reflexão discutir as diferentes práticas sociais, as relações de poder e saber que objetivam os sujeitos, as condições de aparecimento dos discursos constituídos como práticas.

Para Osório (2007, p. 107), “[...] O trabalho de Foucault começa por um estudo dos domínios do sujeito, enquanto conhecedor do fenômeno constitui o poder, o saber e a ética, ou

seja, as relações com os outros (meio), com a verdade (estética) e consigo mesmo (política)”. E ainda “[...] como nos constituímos como sujeitos morais de nossas ações”.

A partir das análises desse cenário, identifica-se que a base epistemológica foucaultiana ofereceu-nos a discussão dos mecanismos de resistência e de exclusão propostos nos diferentes discursos: Conjunto “crítico” – põe em prática o princípio da inversão: procurar cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação de que falava há pouco; mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas (FOUCAULT, 2006a, p. 60).

A partir da história das relações, o pensamento mantém com a verdade um jogo de relações, porém sempre acompanhado de processos doutrinadores, disciplinadores e seletivos.

Em Foucault (2010c, p. 242), a problematização que “[...] se dá pelo conjunto das práticas discursivas ou a não discursiva que faz alguma coisa entrar no jogo de verdadeiro ou falso e o constitui como objeto para o pensamento”. Para o filósofo, isto constitui um problema de acesso às diferentes formas de subjetivação dos entrevistados e a forma com que se posicionaram diante da verdade estabelecidas por eles.

Os discursos sobre a temática desistência do magistério não possuía a sua forma de existência ao próprio discurso, porém, o que propõe-se analisar foi o conjunto de regras que tornaram possível o aparecimento das verdades, ganhando vida e, por si só, não se limitam ao sistema lógico de pensamento.

O campo dos princípios arqueogenealógicos ajudou-nos a evidenciar os dispositivos, estratégias e táticas expressas nas falas dos sujeitos. Os princípios reguladores e normalizadores fizeram parte do rol de respostas, pois, para Foucault (2009a), são os próprios discursos que regem a sua regularidade e a sua dispersão, procedimentos estes que funcionam como princípios de classificação, de ordenação e distribuição.

Outro aspecto ao qual destacamos é a forma como pensamos, que são construções históricas, datadas e contidas nas nossas formas de subjetivação. Essas construções sociais (valor e desvalor) reforçam a segregação social dos trabalhadores em educação, bem como interferem na atratividade do magistério, nas escolhas e no sentido de suas ações de gerir a própria vida e suas especificidades nas práticas da sociedade, e na medida do possível criando e recriando novas formas de uma pragmática de si (FOUCAULT, 2010b).

Essa condição de vida tem provocado práticas de subjetivação, e, segundo Foucault (2007a), fabrica sujeitos, em processos minuciosos de controle e de normalização, envolve estratégias de poder-saber. Foucault (1987) evidencia essas estratégias do poder de gerir a

vida tendo o corpo como dispositivo. O corpo passa a ser um dispositivo de vigilância e normalização do processo disciplinar que se instaura de forma significativa no poder de punir.

Além de fabricar sujeitos, o poder se instala de forma pastoral, cujo desígnio é o controle da população por técnicas e táticas específicas para um determinado fim; que é a normalização dos sujeitos e seus discursos, pois lei e soberania encontram-se nas disposições das coisas para o exercício normativo do poder de governar (FOUCAULT, 2008b).

O discurso da escassez de professores em algumas áreas do conhecimento e a redução na procura do magistério pelos jovens têm se tornado objeto de “preocupação” nos últimos anos, pelos Estados e municípios que têm enfrentado dificuldades em preencher o quadro de docentes. Esse quadro torna-se mais agravante em algumas regiões brasileiras propagadas na mídia e em artigos acadêmicos.

Como fonte arqueológica, o Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 2006, revela duas grandes inquietações relacionadas à carreira do magistério: a primeira se refere à escassez de docentes em algumas áreas do conhecimento e a outra, à qualidade, ao perfil profissional em termos de gênero. O Relatório ainda discute quais elementos necessários para atrair e manter os jovens na profissão docente (OCDE, 2006).

A formação desse discurso do magistério vem se constituindo desde a identificação dos processos de seleção dos candidatos a “futuros professores”, os vestibulares, as estratégias utilizadas pelo poder local (políticas de Estado) para consolidar a formação de docentes.

Corroborando a esse pensamento, Foucault (1987) pondera que o professor, nesse contexto, nada mais é do que um indivíduo que está em constante suplício. Isto em função das reais condições de trabalho oferecidas, por exemplo, a sobrecarga de trabalho, ou seja, um grande quantitativo de aulas, o que não lhe oportuniza momentos de estudos e pesquisas sobre o seu fazer pedagógico.

Formam-se, então, modos de subjetivação, formas de subjetividade, do indivíduo e do contexto em que vive. Foucault (1979) nos ajuda a perceber as relações de poder – que produzem subjetivações – a que todos somos participantes (subjetivados). Ocupamos diferentes lugares/posições nessas relações e podemos agir de acordo com elas, com maior ou menor transgressão, mas elas exigem responsabilização.

Santos (2007, p. 239) pontua que “[...] os discursos são produzidos da relação poder-saber. Veiculam sempre uma ideia que se quer impor como verdade, por isso sua função é a disseminação de efeitos de verdade específicos, que por sua vez, dão legitimidade a um determinado poder”. O discurso, por sua vez, é disciplinado e normatizado a partir de

verdades específicas de um determinado fenômeno social, dando-lhe a regulamentação necessária para se manter como estratégia de controle.

Os dados empíricos foram tratados segundo a base epistemológica de Foucault, na qual enfatiza que o indivíduo se encontra imbricado, de maneira cada vez mais marcada, no exercício do poder soberano. Para o autor, quando o Estado sanciona as leis e os decretos, ele exerce a arte de governar produzindo uma realidade. (FOUCAULT, 2010a)

Os documentos oficiais destacam o assujeitamento do indivíduo, professor no caso, enquanto discurso normativo do poder, e opera de forma a controlar o comportamento social do sujeito.

Dessa maneira, o problema do sujeito não é excluído, mas “as posições” são definidas, assim como as “funções que o sujeito pode ocupar” nos diversos discursos. Desenvolvem-se as relações de “regularidades que regem” as dispersões do discurso sobre a desistência da carreira do magistério, em um tempo e local determinado (FOUCAULT, 2005, p. 225). Essas dispersões foram identificadas nos depoimentos dos sujeitos – objetos, processos de sujeições discursivas e enfatizaram práticas descontínuas, que se cruzaram por vezes – nas incidências de suas falas, mas também foram se ignorando e se excluindo (FOUCAULT, 2006a).

O discurso nessa perspectiva vai além do signo e, por isso, a tarefa se diferencia, como “[...] práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”, pois os discursos não são vistos como conjuntos de signos, isto é, não são “[...] elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações” (FOUCAULT, 2005, p. 55).

Vejamos abaixo o inventário que retrata discursos sobre a carreira do magistério, elementos contidos nos diferentes saberes legitimados e contidos nessa base de investigação.

No discurso do artigo: “As expectativas de professores e licenciados sobre a carreira e remuneração e política de valorização do trabalho docente no Brasil”, de Ferreira (2009), é abordada a política de valorização docente desenvolvida no contexto educacional brasileiro. O autor analisa as produções históricas das pesquisas relacionadas ao trabalho docente, à carreira e à remuneração. Retrata as discussões sobre a grave crise do mercado de trabalho e as questões de desprestígio que a profissão docente vem sofrendo, acarretando um número significativo de pedidos de exoneração no setor público, e como a carreira do magistério vem enfrentando um processo intenso de perda de prestígio e *status* social manifestado, sobretudo pela rejeição da carreira entre os jovens.

A pesquisa extraída da CNTE (2003) subsidia arqueologicamente esta pesquisa, pois aponta para a falta de professores no mercado de trabalho em aproximadamente dez anos e relaciona o problema à desvalorização do magistério.

Gatti (2009) identificou quais aspectos os jovens destacaram para justificar a atração ou não pela carreira docente e a sua percepção em “ser professor” e levanta alguns questionamentos com eles sobre a atratividade ou não em relação à carreira docente. Os resultados da investigação evidenciaram elementos significativos sobre os motivos que levam os jovens à busca da carreira do magistério. No relatório de pesquisa, evidenciaram-se fatores que relacionam a atratividade docente às escolhas pessoais de cada um.

Nos resultados, as falas dos estudantes em relação à docência e ao ‘ser professor’ foram permeadas de contradições e contrastes. Os sentidos que atribuem à imagem da profissão retratam sempre duas perspectivas de análise. Ao mesmo tempo em que conferem à docência um lugar de relevância na formação do aluno e em que reconhecem a função social do professor, afirmam que se trata de uma profissão desvalorizada (social e financeiramente) e que o professor é desrespeitado pelos alunos, pela sociedade e pelo governo. (GATTI, 2009, s.p., grifo da autora).

A política neoliberal é implantada nesse contexto e reforça outro fator calamitoso, propaga a ideia de que a mazela da educação se encontra alojada somente na formação dos professores, apontada como um elemento principal da baixa qualidade educacional, além dos altos índices de reprovação e repetência escolar (GATTI, 2009).

O artigo retrata outros aspectos, como: necessidade de um processo de organização política que atue juntamente com a sociedade, melhorias nas condições de trabalho, criação de um plano de carreira que não tire o professor de sala de aulas, valorizando sua permanência nela, e materialização de uma política de valorização salarial que incentive a escolha da carreira do magistério.

Lapo e Bueno (2003), no artigo “Professores, desencanto com a profissão do magistério”, procuraram compreender a questão do abandono do magistério no Estado de São Paulo durante o período de 1990-1995. Baseando-se em dados quantitativos obtidos pela Secretaria de Educação, o estudo identificou um aumento de 300% de pedidos de exoneração do magistério. Dados qualitativos extraídos de um questionário enviado a 158 ex-professores da rede pública mostraram que, entre os fatores que mais contribuem para que os professores deixem a profissão, são os baixos salários, as precárias situações de trabalho, a insatisfação no trabalho e o desprestígio profissional.

A tentativa de evidenciar em que condições de existência os discursos são propagados pelos sujeitos é denominada por Foucault (2010b) de “estética da existência”, e o cuidado de si, as pessoas não são “livres e conscientes” para sair das condições que lhe são dadas e serem capazes de escolher um caminho profissional. Essas relações, ao mesmo tempo em que

reproduzem as estruturas de dominação existentes na sociedade, podem constituir um espaço de lutas e de transgressão em relação aos condicionantes que lhe são impostos.

Como campo de “verdades instituídas” e construídas, Foucault (1979) postula como produção de regimes de verdades de um determinado saber, não como algo fixo, mas como campo de lutas, de batalhas e de conflitos. Essa possibilidade de análise estrutura-se do pensamento, no discurso dito e não dito e nas condições históricas em que cada discurso se manifesta, e tem como pano de fundo os discursos da contra-história. Para Foucault (2007a), é um exercício da história do presente e uma ontologia histórica.

Algumas produções acadêmicas contribuíram para o entendimento da forma como o discurso acontece no decorrer dos acontecimentos; mostra que, a cada situação, conjunto de enunciados vai ganhando novos corpos e novas significações advindas da empiria (objetos de investigação) extraídas dos diferentes objetos de investigação. Para Foucault, esses enunciados do inventário sinalizaram uma verdade explícita nos discursos das pesquisas e ela subsidiou o discurso que é o cerne desta investigação.

Para tanto, a descrição de acontecimentos do discurso, como apareceu um determinado discurso e não outro... Quais formações discursivas deram legitimidade a um determinado saber? Determinar as condições de seu aparecimento e de sua existência; a análise dos acontecimentos discursivos não está limitada a semelhante domínio; é uma primeira aproximação que deve permitir o aparecimento de rupturas do próprio discurso.

No próximo capítulo, intitulado Cenário III, a proposta foi encaminhar os conceitos gregos do cuidado de si - em função de que esses conceitos constituem análises de efeitos sobre a temática-problemática do sujeito e suas correlações com os discursos da sociedade. Nesses cenários sociais, identificamos a figura humana e suas possibilidades de proferir os discursos, pautados na lógica de uma sociedade de controle, e de normalização do que se diz e em que condições.

CENÁRIO III

A VERDADE DOS DISCURSOS: UMA ARENA DE SIGNIFICADOS/RITUAIS DA CONFISSÃO

Foucault pretende significar que o sujeito não está vinculado à verdade segundo uma necessidade transcendental ou a um destino fatídico (FOUCAULT, 2010a, p. 475).

Neste Cenário III, para atingirmos o objetivo proposto, retoma-se os conceitos gregos do cuidado de si para que, na medida do possível, os entrevistados manifestassem as suas “verdades” sobre a temática - o discurso da desistência da carreira do concurso do magistério municipal.

Ao se colocarem como protagonistas dos discursos, e por se tratar de um ritual solicitou-se aos entrevistados que falassem sobre o que sentiam em relação sobre os motivos da desistência do concurso do magistério no momento em que foram convocados para a posse.

Como forma teórica de identificação dos discursos, trazemos os conceitos de discurso – princípios de método, a fim de dialogar com a empiria (discursos dos sujeitos entrevistados), pois, segundo os seus preceitos epistemológicos.

Nesse sentido, os modos de permissão ao exercício do poder de ser governado pelos discursos de verdade explicitaram-se em suas falas. Assim, em relação ao cuidado de si “[...] De todo modo, é uma certa forma de vida particular e, na sua particularidade, distinta de outras vidas, que será considerada como condição real do cuidado de si.

E ainda: “[...] o cuidado de si implica sempre uma escolha do modo de vida, isto é, uma separação entre aqueles que escolheram esse modo de vida e os outros. (FOUCAULT, 2010a, p. 102).

As relações consigo mesmo, ou seja, um ato performativo de dizer a verdade:

Em outras palavras, a parresía é uma virtude, dever e técnica que devemos encontrar naquele que dirige a consciência dos outros e os ajuda a constituir sua relação consigo. Vocês se lembram que ano passado vimos, como, na Antiguidade, desde a época clássica até a Antiguidade tardia, em particular nos dois primeiros séculos da nossa era, houve um desenvolvimento de uma certa cultura de si adquirida naquele momento tais dimensões que se podia falar de uma verdadeira era dourada da cultura de si. E nessa cultura de si, nessa relação consigo, viu-se desenvolver toda uma técnica e toda uma arte que se aprendem e se exercem. Viu-se que essa arte de si necessita de uma relação com o outro. Em outras palavras; não se pode cuidar de si mesmo, se

preocupar consigo mesmo sem ter relação com o outro. E o papel desse outro é precisamente dizer a verdade, dizer toda a verdade necessária, e dizê-la de uma certa forma que é precisamente a parresía, que mais uma vez é traduzida pela fala franca.

Nessa discussão, a compreensão do assujeitamento e da forma como os discursos e o poder se articulam em sociedade representa um conhecimento importante, no sentido de ultrapassar essa condição, sobre os cuidados de si. No terceiro volume da História da sexualidade: o cuidado de si⁸, Foucault (1984) se debruçou a estudar a antiguidade grega, retomando o conceito de “cuidado de si” como uma regra de conduta social e pessoal e para a arte da vida.

O tema do cuidado de si surge do prolongamento do conceito de governabilidade, “à análise do governo dos outros segue, com efeito, aquela do governo de si, isto é, a maneira pela qual os sujeitos se relacionam consigo mesmos e tornam possível a relação com o outro” (FOUCAULT, 2010b).

Foucault utiliza a expressão “cuidado de si” para retomar o *epiméleia heautoû* que se encontra no Primeiro Alcebíades, de Platão. *Epiméleia heautoû* corresponde a um ideal ético, no sentido de fazer de sua vida uma obra de arte. Foucault mostra ainda que, para Sócrates, o cuidado de si caracteriza-se por cuidar do que se é e não cuidar do que se tem. Dessa maneira, o cuidado de si inclui a máxima de conhece-te a si mesmo, mas não se reduz a ela: é preciso tomar conta de si para governar bem a cidade (FOUCAULT, 2010a, 2010b).

Para esse filósofo, na nossa cultura ocidental, modificamos esse conceito de cuidado de si, transformamos em um ato egoísta ao invés de ser constituído de uma prática social, na realidade: “ela não constitui um exercício da solidão, mas sim uma verdadeira prática social de outras coisas e de outros” (FOUCAULT, 2009b, p.57).

Penso que essa discussão perpassa as questões dos sujeitos sociais e seus discursos, na possibilidade de compreender a sua própria existência – o que Foucault no diálogo com Alcebíades chama de ignorância. Nesse sentido, propõe novas formas de vida, de sair do assujeitamento e ser capaz de pensar e agir deferentemente do que se percebe (FOUCAULT, 2010a).

Foucault (1978. v. 6), em Ditos e escritos, propõe a necessidade de formar novas subjetividades, novas formas de vida, pois, segundo o seu pensamento, os códigos institucionais produzem/objetivam o controle da vida humana – que para ele é percebido no corpo.

⁸Michel Foucault faleceu no mesmo ano de lançamento deste livro: 1984.

No mosaico desse Cenário III, a terminologia “arena de significados” de Costa (2007), serviu para designar esse momento que se apresentou, em algumas ocasiões, conflituoso: desde o contato inicial com os docentes por meio de ligações como a insegurança e a incerteza, situação preeminente em todas as etapas das entrevistas e em relação ao tempo e o espaço que nos conduziriam ao suposto sucesso e/ou fracasso no acesso a esses dados.

Nesse cenário dos discursos, objetiva a genealogia do sujeito: o cuidado de si, apenas para elucidar algumas lacunas em relação às questões do sujeito, uma vez que esse objeto não é o principal elemento da tese, mas se configura como um dos recortes de estudos de Foucault. A genealogia “[...] está, portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado, e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 1979, p. 22).

No campo genealógico, o olhar voltou-se para os efeitos do poder, os micropoderes, a analítica do poder sobre o que Foucault chamou de biopoder, o cuidado de si e a ética. (FOUCAULT, 1979). O conceito do cuidado de si refere-se à constituição dos modos de existência ou estilos de vida, que não são somente estéticos, mas também éticos.

Por conceber a emergência na produção discursiva e de saberes a ele interligado, as discursividades apresentadas pelos entrevistados veicularam verdades de um determinado saber, pois há sempre um mecanismo da relação entre poder, direito e verdade. Nessa intensidade, “[...] somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la” (FOUCAULT, 1999b, p.29).

Para esse objetivo, o que interessa é: “[...] colocar antes as questões seguintes como, segundo que condições e sob que formas, algo como um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos? Que lugar pode o sujeito ocupar em cada tipo de discurso, que funções pode exercer e obedecendo a que regras?” (FOUCAULT, 1999b, p. 69-70).

Essa coragem de dizer a verdade, explicita o rol de produção intelectual de Foucault, no qual retrata uma questão da atualidade, o exercício do poder dos discursos e suas verdades.

Vejamos alguns discursos dos sujeitos entrevistados sobre a opção pelo magistério no momento em que verbalizaram os seus anseios sobre a questão de seguir a carreira e os desafios por eles enfrentados.

Os grandes processos de sujeição do discurso aparecem neste item evidenciando grupos doutrinários na manifestação das verdades, encontram-se processos de interdição⁹

⁹Interdição: é um discurso socialmente aceito como verdade, é um discurso dito porém, que se encontra como procedimento de exclusão, isto é, dito porém, não aceito pelo sujeito, ele profere porém, o nega.

presentes nas práticas da formação dos conjuntos desses enunciados. A partir do questionamento - O que fez você optar pela carreira do magistério? -, obtivemos os seguintes discursos: 8 (53%) dos professores responderam “gostar de ensinar”, 1 (6,6%), outra opção e 1 (6,6%), por “influência familiar”.

Em relação ao enunciado “outra opção” (Apêndice D), temos um discurso com características diversas que se fixam em jogo de regras de sua aparição, se confundem e se esfacelam quando enunciados pertencentes a um conjunto de regras disciplinadoras. Neste item, as incidências discursivas foram expressas nesses reagrupamentos de frases dos 7 (46%) que responderam “outra opção”:

Sujeito O: “Me identifiquei com as disciplinas do curso, achei que tinha a ver comigo”.

Sujeito B: “Sem opção, me decepcionei com a Federal. pois queria fazer educação física”.

Sujeito C: "Na verdade, eu queria de imediato um curso superior, né. Na época, eu trabalhava no Estado e numa empresa, né, era isso. Ai eu olhei e vi um curso noturno, né, da área de humanas, eu fiz pedagogia”.

Sujeito I: “Era a única opção que tinha. Na época, era a única opção que tinha”. E ainda: Eu era interessado em música. E resolvi fazer letras porque tinha interesse em música e poesia. E eu não vislumbrava o magistério”.

Sujeito M: “Quando eu entrei na faculdade de Letras acabei direcionando para o magistério porque, a empregabilidade de quem é formado em Letras acaba sendo a sala de aula, o magistério mesmo”.

Ao analisar os enunciados, buscou-se desenvolver um exercício filosófico de pensar diferentemente a realidade, rompendo com as evidências, isto é, do que está posto nos discursos e sim, a partir do discurso, compreender que as interdições revelaram rapidamente sua ligação com o desejo e com o poder que o opera. Aquilo que Foucault chama de objeto do desejo expresso no discurso.

Os resultados de análise dos princípios de exclusão do discurso explicitaram aspectos da rarefação, pois se trata de analisar as condições de funcionamento desses discursos, de impor certos procedimentos de regras do social para o sujeito.

Esse discurso de imposição social leva a pensar que a necessidade de uma formação de nível superior é uma premissa para a busca pelo magistério, e, quando o sujeito adquire outra possibilidade, ele desloca o seu discurso. Observamos esse deslocamento como um campo de acontecimento do discurso e a sua necessidade de proferir um saber verdadeiro – aceito socialmente.

Esse deslocamento é condicionado pelo lugar em que o entrevistado fala. No caso, os professores vão efetivar um discurso a partir das explicações educacionais de suas experiências sobre os aparatos normativos do poder (política e economia). O foco discursivo concentra-se nas narrativas dos professores e em suas responsabilizações sobre o ensino e a aprendizagem dos alunos.

Apesar de identificar o discurso como prática dos objetos que falam sobre determinado fenômeno discursivo, procuramos olhar os enunciados também de formas diferenciadas, na complexa rede social ao qual fazem parte. Sujeitos diferentes com experiências diversas, legitimados por suas formações acadêmicas que proferiram discursos diversos em espaços e tempos diferentes.

A possibilidade de ter um curso superior denota um enunciado sem um grau de consciência do que é necessário compreender para “ser professor”, que aparece como motivação secundária, diferentemente do que pensávamos antes de efetivar esta pesquisa. No exercício de se pensar diferente do que vemos, o grau de consciência sobre os elementos que compõem as particularidades das ações docentes leva a pensar a subjetividade dos sujeitos.

Entretanto, isso tem sido apenas mais uma estratégia exercida pelo Estado para a manutenção e controle¹⁰ da sociedade, todavia, a educação é um elemento fundamental para a elevação da cultura de um país, seja do ponto de vista econômico, seja do social. Os países que investiram na educação saíram da condição de miserabilidade em que se encontravam e conseguiram grandes conquistas como a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que serve como indicador para avaliar as condições de elevação socioeconômica do país.

Essas situações de condições de trabalho, que muitas vezes se apresentam precárias nas reformas educacionais e no efetivo desprestígio social para a função docente, têm gerado aspectos desmotivacionais em relação à atratividade docente e conseqüente desarranjo entre a necessidade (inserção no mercado de trabalho) e o prazer de fazer (gostar de ensinar e realizar-se pessoalmente e profissionalmente). O professor passa a ser discurso-objeto, sendo entrelaçado em suas formas de vida, e, constituinte enquanto objeto, passa a ser submetido a uma dada verdade e a seus pressupostos de submissão e obediência.

Nesse caso, para que surja um objeto que possa ser alvo de um determinado discurso e dizer algo sobre ele, é necessário um contexto histórico que permita estabelecer, com outros objetos, relações de vizinhança e de semelhança, mantendo relações com outros objetos

¹⁰Em Foucault, a questão do controle está ligada a processos disciplinares, cujo objetivo é tornar os homens produtivos, uma eficácia produtiva que se dá no corpo humano e nos processos dos indivíduos. É uma técnica de distribuição dos indivíduos pela inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório, capaz de desempenhar funções específicas que dele se exige (FOUCAULT, 1979).

expressos nas políticas educacionais e nas correlações de trabalho docente e sua carreira. (FOUCAULT, 2009b).

Reuni-se um conjunto de enunciados que permitiriam elucidar verdades, correlacionadas às práticas sociais e à produção de um discurso verdadeiro. Para Foucault (2010c, p.75), o problema da verdade é “[...] estudar os regimes de verdade, quer dizer, o tipo de relação que liga entre eles as manifestações de verdade com os seus procedimentos e os sujeitos que são os seus operadores, testemunhas e, eventualmente, objetos”.

Nesse sentido, a “estética da existência” aparece como elemento nos modos de existência para sujeitos possíveis, no sentido de que expuseram suas vontades na possibilidade de um saber possível –verdadeiro (FOUCAULT, 2010a).

Os motivos para desistirem do concurso a partir da desvalorização salarial explicitam-se nos seguintes discursos:

Outra opção porque no momento do concurso eu gostava já trabalhar com o ensino só que você pára para analisar o plano de carreira e o retorno financeiro que o concurso me daria naquele momento eu tinha uma outra atividade profissional mais confortável do que aceitar o concurso e trabalhar muitas horas rentável que o concurso...trabalhar muitas horas ...e ganhar bem menos quando eu já tinha uma renda e não dependia de outras pessoas para gerar renda; (Sujeito D).

Por causa do outro concurso. Eu optei mudar pra polícia, porque... o salário, tinha melhores condições, e.. também era uma... um objetivo que eu tinha, uma carreira que eu gostaria de seguir. (Sujeito E).

Primeiro momento, o aspecto político, porque não me senti, não vi que... a escola em que... as duas escolas em que eu fui lotada, não vi transparência em relação à funcionalidade da proposta pedagógica, e no aspecto, no aspecto econômico, simplesmente, não ia acrescentar muito na minha renda; (Sujeito F).

[...] eu acho o salário, né. É... aí foi a questão do outro concurso, né. Eu estava... é... no colégio, e não podia deixar, né. Aí entra a questão do motivo particular, também. Eu não podia deixar, porque senão ia perder, né, os direitos, não podia interromper o contrato no meio, né, e aí não pude deixar, né. Então, tem a relação do outro concurso, né, que eu tinha assumido no colégio, né, e não podia interromper, né, e um pouco do aspecto particular também [...]. (Sujeito J).

Quanto maior a resistência, mais o poder se trata de manter, ou seja, se não houvesse a resistência, não haveria poder (FOUCAULT, 2006a).

Consequentemente, nessa relação de poder e saber, os entrevistados demonstram que há um descaso total do Estado em relação à carreira do magistério. Foucault (2010b) propõe o cuidado de si, pois o Estado assume a vigília do rebanho não cuidando dos professores, muito

menos os representando no sentido de considerá-los importantes para a sociedade. As constantes greves dos professores – expressas nos veículos da mídia e outros meio de comunicação – têm evidenciado esses confrontos e seus discursos de regularização/valorização da carreira do magistério.

O Estado, a Secretaria de Educação do município, os órgãos representativos (sindicatos, conselhos e associações) são de certa forma corresponsáveis pelo fenômeno da desistência da carreira. Apesar de propagarem discursos de que estão preocupados com a atratividade da carreira, não se dão conta de que os professores precisam ser tratados como profissionais do ensino e não meramente coadjuvantes dos problemas sociais. É o que identificamos nesse discurso:

Magistério a questão salarial, que faz a pessoa desistir pois vc vê por exemplo a minha Irma ganha quase a mesma coisa que eu sem formação no banco e ganha quase igual a mim... em um país essa carreira não é valorizada...desmotiva a questão salarial... o professor... a sociedade como um todo tem um certo preconceito em relação aos professores, há uma inversão de valores...a Coreia do Sul...ela há dez anos atrás não vinte anos a educação básica o professor ganha quase um professor universitário... aqui a educação básica é vista como inferior... (Sujeito K).

Os objetos que falam sobre esses princípios foram articulados em um processo de silenciar e, ao mesmo tempo, de verbalizar discursos, em um constante exercício paradoxal.

Por ter passado em outro concurso. Não... eu já atuava, e... nesse tempo em que eu atuava como professora eu prestei concurso pra outra área. Aí, como eu fui chamada, aí eu optei... pela outra área. É... na... na época, uma foi por causa da... da renda. Eu procurava uma renda me... maior, né, financeiramente, constituindo família, e... também... porque... na escola onde eu trabalhava eu não sentia tanto apoio da coordenação e da direção; (Sujeito L).

Nesse contexto, foi interessante observar e dialogar. A partir do senso comum e na construção da empiria, os professores desistentes poderiam explicitar um mesmo discurso, mas o que a investigação demonstrou não foi isso, pelo contrário, evidenciou enunciados diferenciados partindo do princípio de que eles não fizeram parte da carreira do magistério.

Atribui-se ainda à confissão um caráter interpretativo, pois a ideia da revelação da verdade não depende unicamente do sujeito que confessa, mas de uma tarefa conjunta daquele que fala e daquele que ouve, é sempre acompanhada de uma decifração como conjunta de representações da sociedade. Na análise foucaultiana, os efeitos da confissão apresentam um domínio do poder na veracidade do saber do discurso proferido.

Analisando ainda o campo de investigação, Fisher (2007) afirma que pesquisar é transitar em um campo de incertezas e problematizações, principalmente quando a investigação tem, como recorte epistemológico, Foucault e o seu sistema de pensamento.

O cenário das entrevistas foi marcado por inseguranças e eventos de matrizes comportamentais diversas. No ritual das entrevistas, o objetivo foi deixar os entrevistados tranquilos, no sentido de que pudessem falar francamente a verdade (parrésia). Para Andrade (2001, p.9), delimita como eixos centrais para o gênero entrevista, o estabelecimento prévio de papéis: um entrevistador, com o direito (e poder) de perguntar, e um entrevistado, com a obrigação de responder e com o direito de ser ouvido e de defender a sua imagem.

Nesse entendimento, o discurso é um exercício do poder estabelecidos não somente pelos signos que designam coisas. Devemos, assim, restituir o seu caráter de acontecimentos, suspender, enfim, a soberania do significante (FOUCAULT, 2009a).

Em relação ao campo de problematizações foucaultianas, para Carvalho (2007, p. 91, grifo do autor), o confronto se dá na análise histórica, pois

A história é problematização, pois ‘não quer dizer representação de um objeto pré-existente, muito menos criação pelo discurso de um objeto que não existe.’ Alias podemos dizer que é o conjunto de práticas discursivas e não discursivas que faz entrar algo no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto do pensamento (que seja sob a forma da reflexão moral, da consciência científica, da análise política etc.). Talvez repouse nisso a pertinência de uma indagação que pode aprofundar esse ponto: quem ou quê, como e por quê algo nos foi garantido ao pensamento como verdade.

Nessa perspectiva, as verdades são estabelecidas entre o jogo do verdadeiro e do falso, constituindo o objeto do pensamento sobre a discursividade (desistência do concurso do magistério) ao qual se apropria de outras formas e outros mecanismos e estratégias, formando novos saberes e práticas. Há sempre um jogo de interesses difusos, cujo discurso se explicita no sujeito e há uma “supervalorização” do homem pelo discurso de verdade que ele produz, não pelas suas formas e sim pelas relações de disciplinamento e normalização que estão sempre em ação (FOUCAULT, 2000).

Nesse tencionamento sobre a produção de saberes verdadeiros, a discussão perpassa nas análises críticas da atualidade:

[...] essa outra tradição crítica não coloca a questão das condições em que um conhecimento verdadeiro é possível, é uma tradição que coloca a questão de: o que é a atualidade? Qual é o campo de nossas experiências possíveis? Não se trata, nesse caso de uma analítica da verdade. Trata-se do que podemos chamar, uma ontologia da modernidade, uma ontologia de nós mesmos”. (FOUCAULT, 2000. s/p).

No cenário das entrevistas, à medida que nos aproximávamos dos entrevistados, como já dito, criava-se um clima de tensão sobre a próxima pergunta e com “o real” objetivo desta pesquisa. Observando esse tenso cenário provocado pelo momento da gravação e dos questionamentos, procuramos deixar à vontade os entrevistados no sentido de quebrar essa barreira (tensão) entre o entrevistador e o entrevistado. Apesar de que, para Foucault, não existe neutralidade entre o pesquisador e o pesquisado, há sempre uma correlação de forças agindo, matando e dando vida a novos enunciados.

Em seus discursos, os entrevistados sentiram a necessidade de falar sobre a carreira, demonstrando a possibilidade de expressarem um movimento parresiástico (falar francamente). Em alguns momentos, os seus discursos apresentaram distorções e divergências. Ao falarem sobre a desistência do concurso é como se estivessem “aliviados” e com “rancor” e de certa forma pudessem explicitar as suas angústias em relação à sua não tomada de posse no concurso público.

Para Foucault (2007a), os lugares institucionais de onde falam os objetos dos discursos são diferentes e problematizam novos discursos e novas correlações de poder e do saber enquanto ordem das coisas ditas. Para tanto, existem grandes procedimentos de sujeições discursivas, expressas na sociedade, com seus elementos de análise que também fizeram parte dos conteúdos dos discursos dos sujeitos entrevistados (Figura 2).

Esses elementos de sujeição do discurso (Figura 2) foram discutidos na medida do possível, no encontro da empiria com a base epistemológico dos conceitos de discurso e em consonância com a genealogia dos sujeitos entrevistados.

Foucault propõe que a discursividade é uma rede, um campo capilar do discurso que vai se redistribuindo e ganhando novos saberes à medida que vai de alguma forma se explicitando.

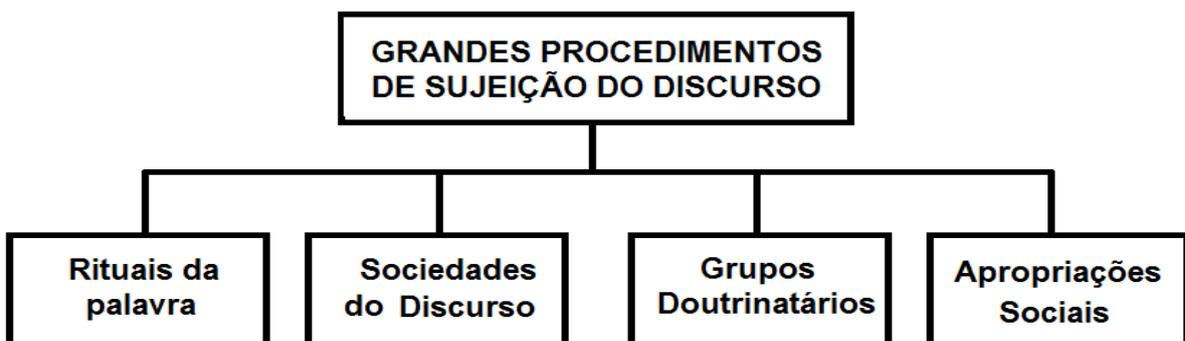


Figura 2 - Procedimentos de sujeição do discurso.

Ao serem questionados sobre Quais aspectos você atribui a levar uma pessoa a desistirem do magistério por meio do concurso público? o eixo da constituição dos “modos de ser dos sujeitos, de forma alguma apresenta uma similaridade, pelo contrário, há uma correlação de forças, poderes e perigos enunciados nas correlações entre os aparatos normativos do poder e nas práticas culturais dos sujeitos.

Revelaram estratégias de sobrevivência e táticas específicas de ordenamento discursivo, e, nesses depoimentos, a questão econômica aparece como discurso.

Alguns depoimentos dos sujeitos entrevistados:

Hoje... ah, agora mesmo, uma coisa também... eu acho que entra aí também... sinceramente, eu vou ser muito sincera, tá... hoje, uma sala de aula... numa escola pública, em assusta. Entendeu?... Por que... é um dos motivos também que eu pensei será que estou preparada? E ainda: O salário, quando eu fui ver, eu imaginei que fosse melhor, né... também foi um motivo... da desistência. Ai eu ponderei aqui e falei: não isso... eu estou aqui coordenando professores, fazendo um bom trabalho, eu estou ganhando mais, né, e com uma clientela mais fácil, também, de lidar. Isso também influenciou, tá? (Sujeito A).

Então eu acho que isso mesmo é um grande desistência, sala lotada, excesso de aulas, né... é... tem lugar aí o cara é contratado para 20 horas e tem que dar 18 aulas. Tipo isso é complicado. (Sujeito B).

Discursos carregados de sínteses pré-estabelecidas, segmentadas na emergência de um discurso verdadeiro, pois, em seus relatos explicitaram verdades por meio do discurso, realizaram um:

[...] trabalho de si para consigo, elaboração de si para consigo, transformação progressiva de si consigo em que se é o próprio responsável por um longo labor, que é o da ascese (áskesis). Éros e áskesis são, creio, as duas grandes formas com que, na espiritualidade ocidental, concebemos as modalidades segundo as quais o sujeito deve ser transformado para, finalmente, tornar-se sujeito capaz de verdade. É esse o segundo caráter da espiritualidade. (FOUCAULT, 2010b. p. 16).

Nesse campo de aparecimento do discurso e da necessidade de sua legitimação enquanto verdade, a parrésia propõe:

[...] a análise dessa dramática do discurso verdadeiro que revela o contrato do sujeito falante consigo mesmo no ato do dizer-a-verdade. E creio que poderíamos, dessa maneira, fazer toda uma análise da dramática e das diferentes formas dramáticas do discurso verdadeiro: o profeta, o adivinho, o filósofo, o cientista. Todos eles, quaisquer que sejam efetivamente as determinações sociais que podem definir [seu] estatuto, todos eles de fato empregam uma certa dramática do discurso verdadeiro, isto é, têm uma certa

maneira de vincular, como sujeitos, à verdade do que dizem. E é claro que eles não se ligam da mesma maneira à verdade do que dizem, conforme falem como adivinhos, conforme falem como profetas, conforme falem como filósofos ou conformem falem como cientistas dentro de uma instituição científica. Esse modo muito diferente de vinculação do sujeito a própria enunciação da verdade é o que, a meu ver, abriria o campo de estudos possíveis sobre a dramática do discurso verdadeiro.

Considerados no momento em que emergiram, os discursos sobre a desistência da carreira do magistério revelaram a emergência de um saber que possui: regularidades próprias, notando a similaridade das respostas de vários sujeitos nos agrupamentos configurados; tecnologias específicas denotadas na disciplinarização decorrentes do ordenamento do poder de normalização e controle do governo; e racionalidades peculiares que enfatizam a veracidade do discurso do saber e poder dos documentos oficiais inerentes aos próprios enunciados (FOUCAULT, 1979).

Revelaram, ainda, nos resultados de suas falas, engrenagens do poder e do saber, tendo como instrumento o Estado e o campo das políticas educacionais, pois há sempre um modo existencial desses discursos, e os sujeitos desprovidos de suas autorias:

Foucault (2009a) procura mostrar como a “estética da existência” consiste em um espaço onde a própria crítica é o que realmente somos e o que fizemos e fazem de nós, já que isto constitui um problema histórico. Esse problema situa-se nas questões do que é:

A história¹¹ que não se aloja na consciência dos homens, nos discursos ditos e interditos, que não é estrutura, é na realidade a transformação do descontínuo, sua passagem do obstáculo à prática, restaurando de certa forma o controle dos discursos, dos objetos e dos acontecimentos. (FOUCAULT, 1971, p. 14-15).

Os discursos dos sujeitos entrevistados sobre a desistência do concurso para o magistério incitaram discursos-objeto (sujeitos entrevistados), e, por isso, é necessário compreender que “[...] a formação dos objetos depende das relações que estabelecem entre superfícies de emergências, instâncias de limitação e grades de especificação e essas relações não são alheias ao discurso” (FOUCAULT, 2007a, p. 69).

¹¹ “[...] certamente a história há muito tempo não procura mais compreender os acontecimentos por um jogo de causas e efeitos na unidade informe de um grande devir, vagamente homogêneo ou rigidamente hierarquizado; mas não é para reencontrar estruturas anteriores, estranhas, hostis ao acontecimento”. “[...] As noções fundamentais que se impõem agora não são mais as da consciência e da continuidade (com os problemas que lhes são correlatos, da liberdade e da causalidade), não são também as do signo e da estrutura. São as do acontecimento e da série, com o jogo de noções que lhes são ligadas; regularidade, causalidade, descontinuidade, dependência, transformação; é por esse conjunto que essa análise dos discursos sobre a qual estou pensando se articula, não certamente com a temática tradicional que os filósofos de ontem tomam ainda como a história ‘viva’, mas com o trabalho efetivo dos historiadores”. (FOUCAULT, 2009a, p.56-57, grifo do autor).

Partindo de tais questões, que envolvem o conceito de “discurso-objeto”, não estão ligados a nenhum princípio de unidade, são fragmentos espalhados, isto é, eles são uma dispersão e não possuem uma característica própria de unidade como o discurso dos estudos da linguagem propõe.

Nas reflexões, realizadas durante o período de leituras de suas obras, Foucault (1979) não apresenta um projeto político no sentido clássico, como no socialismo, por exemplo, ou como no liberalismo – o qual se trata da manutenção da ordem vigente –, já que ele não apresenta um projeto para a tomada de algum poder, pois este não está materializado em uma classe, ao contrário, residindo no discurso, compreendido por meio das representações.

Os dados empíricos levantados revelaram relações específicas a partir de vários motivos explicitados para o fenômeno da desistência e do abandono da carreira do magistério. Para Foucault (1996, p. 10), “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que se traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder no qual queremos nos apoderar”.

Ele nos ajuda a pensar o que efetivamente tem atraído novos candidatos à carreira docente, em função das estratégias discursivas do poder, das relações dos professores com o desinteresse pela carreira docente. Na manifestação da linguagem enquanto legitimação de um sujeito que fala:

[...] em suma, o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o facto de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor, indica que esse discurso não é um discurso quotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto. (FOUCAULT, 2009b, p. 45).

Identificamos discursos dos sujeitos emergenciados em uma dada circunstância da história:

Não fiz aqui análise dos sujeitos, fiz a análise do autor. Se tivesse feito uma conferência sobre o sujeito, é provável que tivesse analisado da mesma forma a função sujeito, isto é, tivesse feito a análise das condições que possibilitam a um indivíduo cumprir a função de sujeito. Seria ainda necessário precisar em que domínio o sujeito é sujeito, e de que (do discurso, do desejo, do processo econômico, etc.). Não existe sujeito absoluto. (FOUCAULT, 2009a, p. 83-84).

Os sujeitos buscaram alicerçar discursos aceitos socialmente (rarefação) emergindo outros elementos, como o Estado, que assegura um discurso educacional cujo sujeito é

enquadrado e normalizado desde a sua tenra idade, sendo sequestrado, tirando-lhe o direito de ter infância, em um constante exercício de individualização de suas condutas (normalização).

Vejamos mais alguns discursos sobre a desistência do magistério:

É, seria... aquilo que eu te expliquei, né... no telefone, na verdade... foram n fatores, aquilo que eu te falei, né, primeiro, eu teria que abrir mão... da funlec... e no momento, eu estava tentada Na verdade, quando eu fiz o concurso eu já queria sair. Estava novamente havendo uma nova mudança de gestão.... aqui... e eu já estava... sabe de uma coisa: eu tenho que pensar no meu futuro, na segurança, eu pensei nisso... entendeu?, eu preciso... nossa... eu já estou com essa idade, eu preciso pensar... porque eu já fui concursada do estado, 8 anos... eu deixei, eu abri mão na época do PDV... porque eu estava na Fundação Bradesco... e o momento era de muita greve, era muita, né... e eu abri mão, eu e meu esposo, a gente continuou, tanto é que eu fiquei 7 anos lá na Fundação Bradesco. (Sujeito A).

Ah, com certeza, né... é... eu não digo em altos salários, mas, pelo menos pra pessoa ter uma vida digna, equiparado com os outros cargos de nível superior, né. Isso... chegou um tempo que... professor tinha salário mais baixo do que vários cargos de nível médio, né... e ele teve toda uma formação, toda um... então, eu acredito que esse incentivo é necessário... porque... é... [...] o fato de redução de carga horária, etc., e esses aumentos que a gente tem visto, eu acredito que... que... é uma tendência, uma boa fase da educação. Eu acho que se continuar assim, ãh... acho que a gente vai chegar num ponto interessante. (Sujeito B).

Verificamos nesses enunciados um processo de rarefação discursiva quando o Sujeito B fala dos salários e depois emite um leve discurso social, no sentido de resgatar a figura da docência como opção de carreira. Tal formulação discursiva caminha para a manifestação de um discurso que nunca está sozinho, se constitui em rede. Assim, “O discurso é um jogo, de escritura (na filosofia do sujeito fundante), de leitura (filosofia de experiência originária), de troca (filosofia da mediação universal) – e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais se põem em jogo senão os signos”.

O que leva um profê... um profissional a desistir da carreira é ele não estar sendo realizado ou não. Ele não está bem, por isso ele sai e procura um outro... onde ele vai se realizar. Talvez, naquele momento, o magistério não é mais... ou... ou renda, é... a classe social pra ele, aí ele vai sair. Se ele puder se dar bem em outro lugar, melhor ainda. Por quê? O magistério está desvalorizado. Você vai pro magistério, você termina uma faculdade, mas você já pensando numa segunda opção de faculdade. Você não fica só com a sua graduação na Pedagogia ou área específica, você já, geralmente, uma outra. (Sujeito “C”).

Esse enunciado é de uma professora readaptada, ou seja, ela não se encontra mais em sala de aula, desenvolvendo um trabalho na equipe de coordenação escolar. Perante esses elementos, os sujeitos das enunciações e suas falas procedem de uma análise que foge dos trâmites hermenêuticos dos discursos.

Nesse pensamento, a relação do sujeito consigo próprio caracterizou aspectos dos modos de subjetivação, forma de como o sujeito se apropria desses conhecimentos, que são formas de gerir a sua própria vida. A esse objeto de análise – estética de si ou melhor pragmática de si, Foucault (2010b) denomina de governabilidade ou governo de si próprio. Por meio de suas discussões teóricas, algumas indagações sobre os discursos, por exemplo, até que ponto somos autores dos nossos discursos? Quais correlações de forças estão legitimadas no campo das verdades? O que é produzido em termos discursivos e é produzido para quem? Quais indivíduos se apropriam destas verdades ditas e como estas se reproduzem e se disseminam nas práticas sociais, inclusive, pela educação? (FOUCAULT, 2009).

No mesmo pensamento, considera que o discurso é uma série de acontecimentos; estabelece e descreve as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições (FOUCAULT, 2006a, p. 255-256).

Para dar conta de alguns elementos constituintes dos sujeitos entrevistados, Osório (2013), em coletânea de artigos intitulada “Poderes e Saberes: *corpus* em educação” – e mais especificamente no texto: (DES)regularização do sujeito: constituições, mecanismos, concessões, propõe uma reflexão, explicitando que:

Escolher o sujeito para tentar compreendê-lo, por alguns artefatos das práticas sociais (regularizações) ou pelas tentativas de exercer o cuidado de si (desregularizações), em comum, exercícios constantes de possibilidades de sobrevivência, entre as buscas, escolhas e realizações, entre os desejos e as frustrações, entre o possível e o impossível, o que não se limita as condições meramente subjetivas ou objetivas, mas se apossa de um corpo complexo, que, pelas próprias condições naturais e sociais, é submetido constantemente a agressões biológicas, psicológicas e sociais. Trata-se, então, de tentativas de equilíbrios entre diferentes funções, de um estado anatômico, fisiológico e emocional, precário e sempre ameaçado por dentro e por fora, de maneiras discretas ou não, algumas vezes visíveis ou invisíveis, mas sempre com sentimentos de sofrimento, que não só sintetizam uma existência individual e coletiva, mas justificam suas manifestações de condutas. (OSÓRIO, 2013, p.69-70).

Apoiando-se em mais alguns depoimentos dos sujeitos entrevistados:

Hoje... ah, agora mesmo, uma coisa também... eu acho que entra aí também... sinceramente, eu vou ser muito sincera, tá... hoje, uma sala de aula... numa escola pública, em assusta. Entendeu? ... Por que... é um dos motivos também que eu pensei será que estou preparada? E ainda: O salário, quando eu fui ver, eu imaginei que fosse melhor, né... também foi um motivo... da desistência. Ai eu ponderei aqui e falei: não isso... eu estou aqui coordenando professores, fazendo um bom trabalho, eu estou ganhando

mais, né, e com uma clientela mais fácil, também, de lidar. Isso também influenciou, tá? (Sujeito A).

Então eu acho que isso mesmo é um grande desistência, sala lotada, excesso de aulas, né... é... tem lugar aí o cara é contratado para 20 horas e tem que dar 18 aulas. Tipo isso é complicado. (Sujeito B).

Diferentes mecanismos do discurso foram identificados: a apropriação de um discurso aceito socialmente, porém negado pelo sujeito, a rarefação e seus dispositivos de controle sobre o que foi dito, correlacionando-se ao um saber e um modo de existência na condução da fala conduz um discurso moral e ético. As possibilidades existenciais emergiram um discurso de sobrevivência, cujo princípio está no ritual da palavra e nas condições históricas do movimento parresiástico da verdade e suas artimanhas do poder e da produção de um saber.

Foucault (1999b) identifica que há sempre um ordenamento das coisas para um determinado saber. Em suas análises dos movimentos envolvendo o saber, o discurso e o poder, o sujeito é uma trama discursiva, prática cultural, estabelece o dito (regime de verdade) para o sujeito, gerando, de certa forma, o esfacelamento do próprio discurso e sua dispersão encontrada nas entrevistas desses sujeitos.

Não só no magistério, mesmo assim, quem ainda não passou em outro concurso... continua no magistério. Ou seja quem passou da idade, também continua no magistério... mas a questão salarial não é aquela... aquele atrativo pra todo mundo querer e escolher, eu vou fazer... Nao, muitas vezes, você faz um concurso pra se garantir, pra depois fazer outro. Foi o meu caso. Eu fiz o magistério, me garanti na sala de aula, ai eu fui estudar pra fazer outro. (Sujeito C)

A seguinte pergunta - Por que desistiu do concurso para o magistério?

Olha depende muito da pessoa também na verdade ela tem um pensamento quando depara com a realidade é meio estranho e difícil... eles precisam de um profissional que dê conta...você sai da faculdade e não tem aquele preparo todo. (Sujeito G).

Eu acho que eu encaixaria em outros motivos porque é um pouquinho dos dois e mais alguma coisa..É eu já era concursado como assistente social do estado e nesse meio tempo tive aulas como convocado. No momento em que fui chamado optei em ficar mais tempo uma dedicação exclusiva e ficar só neste trabalho. Não é a questão do stress é de relacionamento mesmo. Arrumei outro trabalho e tenho um pouco mais de comodidade. (Sujeito H).

No movimento parresiástico, a pragmática do discurso aí se estabelece, quando:

[...] é a análise do que, na situação real de quem fala afeta e modifica o sentido e o valor do enunciado. Nessa medida, vocês estão vendo que a análise ou a identificação de algo como um enunciado performativo pertence mais exatamente a uma pragmática do discurso. Vocês têm uma situação que

é tal, um estatuto do sujeito falante que é tal [...]. (FOUCAULT, 2010a, p. 65)

O discurso então: “[...] não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta o poder de que queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 2009a, p. 10). Certo modo de ser do discurso e sua relação com o suposto autor.

A partir desses postulados, as verdades foram veiculadas nas próprias redes dos discursos e ganham força, dissimulam-se ao mesmo tempo em que tomam o homem como objeto do saber e sujeito do conhecimento. O saber implica poder e, conseqüentemente, produz discursos que favorecem a manutenção do *status quo*¹² social, por parte de grupos detentores do poder político e econômico.

Foucault (2005) defende a ideia de que esse poder não é fixo e que, portanto, transita pela e na sociedade, inserido nas estruturas inter-relacionadas de poderes. Encontramos na linguagem expressa nos discursos, técnicas e táticas que se constroem lugares e formas que o discurso se posiciona e nos posiciona a falar aquilo que foi dito como verdadeiro. Além disso, opera os nossos sistemas simbólicos, no que acreditamos, o que pensamos e o que fazemos de nós como sujeitos assujeitados aos discursos.

Nesse campo normalizador e disciplinador dos discursos é que os sujeitos das entrevistas foram objetivados e subjetivados, alicerçados em meio a procedimentos e técnicas aos quais jamais conseguirão controlar, pois são constituídos de códigos e símbolos e não operam na singularidade, mas na contradição e normalização/disciplinarização constante (FOUCAULT, 1999a). Isso implica dizer que “[...] as práticas sociais fundamentam-se em ações políticas (frutos de estratégias e táticas) que conduzem aos caminhos de domínios e controles” (OSÓRIO, 2013, p.73).

Em uma sociedade como a nossa, não temos o direito de dizer o que nós queremos, não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, quem quer que seja. No jogo do interdito: tabu do objeto, ritual da circunstância e direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala (FOUCAULT, 2009a).

No último item desta tese, Algumas Constatações Possíveis, foi necessária a retomada dos objetivos da tese, bem como as reflexões realizadas a partir da empiria, o campo

¹²O *status quo*, ao qual estamos nos referindo, é apenas um signo representativo da linguagem, porém não é o *status quo* do materialismo histórico, cujo objeto se refere ao conceito de poder concentrado. Para Michel Foucault, o poder não é concentrado; pelo contrário, está em todo lugar, é disseminado, não é uma substância alojada em um único lugar, é uma prática social. Estamos nos referindo a um poder descentralizado em rede discursiva também sob o ponto de vista político e econômico, e no caso de Foucault, os elementos relacionados à biopolítica e o biopoder (FOUCAULT, 1979).

de correlações dos discursos das políticas de educação brasileira e a enunciação de novos saberes das verdades encontradas nos discursos dos sujeitos entrevistados.

ALGUMAS CONSTATAÇÕES POSSÍVEIS

Este estudo trouxe algumas reflexões sobre o discurso da área da educação, especificamente sobre os motivos da desistência da carreira do magistério por meio do concurso público de provas e títulos do município de Campo Grande, MS. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos (princípios arqueogenealógicos) do pensador francês Foucault e sua vasta produção intelectual, identificou-se uma analítica do poder sobre a atualidade e reflexões filosóficas, realizadas na história do presente, problematizando e analisando esses discursos da sociedade considerados como verdades.

As discussões e as reflexões foucaultianas referendadas em seus cursos, aulas e conferências, constituíram a base para a compreensão da dinâmica do discurso-objeto sobre a carreira docente, aproximando a temática e a prática profissional a partir dos saberes históricos, dos motivos que levaram os sujeitos entrevistados a desistirem do concurso para o magistério.

Nos discursos dos sujeitos entrevistados, encontramos as mais variadas verdades, geradas dentro de processos de disciplinamento e normalização, cujo conteúdo não apresenta similaridade, entretanto, apresentam complexidade e descontinuidade, uma vez que cada sujeito apresenta suas idiosincrasias. Os discursos manifestaram um saber acerca de suas experiências de vida, porém constatamos que não houve desistência da carreira do magistério e sim desistência do concurso público naquele momento em que foram convocados para tomarem posse.

Para Foucault, os processos constitutivos expressos nas falas, depoimentos, dos entrevistados são construtos históricos, e entende-se que, nesse caso, a desistência da carreira do magistério é produzida pelo cotidiano cultural e pelas experiências de vida e que, conseqüentemente, funciona como uma das técnicas de si manifestada pelo desinteresse à carreira, cujo aparato envolve o sujeito, o poder e o saber. O discurso mudou de sentido em função da pragmática que envolveu o sujeito e a situação (modos de existência) do sujeito falante, bem como o valor social de seus enunciados.

Nesse sentido, o movimento arqueogenealógico da investigação retratou algumas hipóteses iniciais de que os domínios dos sujeitos-objeto não estão referindo a um sujeito específico, mas como constituinte de um determinado saber da sociedade.

Os discursos proferidos nas falas dos sujeitos e nas interpolações das políticas de educação sinalizaram vontades de manifestar a verdade e interesses das mais diferentes ordens, pois, no campo da sociedade, é que foram criados e recriados, construindo e

reconstruindo movimentos de renúncias de si mesmo. Foucault mostra como esses dispositivos dos discursos apresentam rupturas e positivities cujo homem pôde ser pensado – objetivado.

Mecanismos de controle foram identificados na construção da empiria e nas possibilidades de compreender as subjetividades dos sujeitos entrevistados. Isto significa pensar que as subjetividades podem ser mudadas na medida do possível, tendo como ênfase o poder do discurso e suas práticas alicerçadas na normalização e na disciplina.

Ao passarem pelo ritual da confissão (momento das entrevistas), acontece a produção da subjetividade, quem sou e/ou o que eu sou, isto é, um ato performativo da linguagem que produz a afirmação da nossa “identidade”, do lugar de onde falo. Nos relatos, evidenciam-se a confissão de desejos, frustrações, medos e angústias, pois os entrevistados disseram que se sentiram mais à vontade para falar a “verdade”, ou seja, demonstraram mais possibilidade de autenticidade em seus discursos.

Nessa direção, importa pensar as práticas de governabilidade acionadas pelo Estado (táticas e estratégias) e seus efeitos da produção de uma suposta “identidade” profissional (carreira do magistério), que promovem a construção da representação social do docente, dando sentido a sua ação pedagógica.

A história dos indivíduos entrevistados, como prática do hoje, não se desvia dos acontecimentos da sociedade e de suas facções; os discursos dos sujeitos, porém, apresentam ligações sinápticas, regularidades, causalidades e descontinuidades, dependendo da condição de quem fala e dos fatos negados e de caráter subjetivo. Esses fatos negados de elementos rarefeitos possuem uma representação social da verdade.

Isso quer dizer que podemos provocar processos de “mudanças” (desajustamento), possibilidades de constatação ao assujeitamento e às técnicas de submissão. Conforme ideias de Foucault sobre a ética de si, ou melhor, um cuidado de si, isto, porém provoca questões de responsabilidade na ação do indivíduo, constituindo o cerne de sua subjetividade. De maneiras distintas, podemos perceber os veículos desses discursos entre os sujeitos, a mídia (jornais, teses, dissertações) e as políticas educacionais, que passam a legitimar enunciados verdadeiros nas diversas relações dos docentes e sua carreira ao longo da vida.

Essa ordenação do mundo é alicerçada nas verdades estabelecidas pelos e nos sujeitos e em seus modos de proferir a linguagem. As análises discursivas encontradas permitiram identificar um campo conflituoso entre o pensamento e a ação dos sujeitos, pois, uma vez legitimada, o saber verdadeiro foi estabelecido pelo discurso que a gerou, em interface entre

subjetivações constantes na vida do sujeito e suas condutas – “modos de existência para sujeitos possíveis”.

Entende-se que as escolhas de cada um são manifestações de subjetividades específicas do indivíduo, dadas às circunstâncias e aos momentos da vida particular. Inseridos em uma sociedade de controle, renunciamos a nós mesmos, levados aos jogos de interesses difusos, de dizer a verdade a partir de uma norma e de uma lei específica para tal fim. Entendemos que somente houve a parrésia quando o sujeito se ligou ao enunciado e às consequências desse enunciado, pois identificamos um vasto campo de análise e os possíveis efeitos dos discursos.

Contudo, os discursos considerados e legitimados sobre a desistência do magistério, revelados nos arquivos e nos depoimentos, foram produzidos ainda no campo da moral e da ética. Nele, novos aparatos do poder e do saber aparecem institucionalizados, as verdades as quais somos normalizados e ritualizados em determinado momento da história dos homens.

Porém, Foucault permite pensar que cada sociedade tem suas verdades, isto é, são os tipos de discursos que ela escolhe como verdadeiros e as faz funcionar como tal; produz um saber verdadeiro e um efeito de negociação com a realidade, pois para cada sujeito no mundo é um conjunto de significações e de valores e, portanto, não há uma condição originária, universal ou absoluta de mundo. Esses questionamentos a respeito do sujeito e o seu envolvimento no mundo explicitam padrões comportamentais já pré-estabelecidos, revelando sempre um enunciado prescrito no *corpus* social, mas, acima de tudo, tem como princípio revelar dispositivos de controle e de verdades estabelecidas no campo social.

A moral e a ética constituem um recorte dos estudos de Foucault, trazendo também a questão da governamentalidade como princípio de vida. Como arena de significados, os enunciados discursivos formaram um conjunto de arquivos históricos, dissolvidos nas teias sociais e nas práticas culturais e em seus elementos estratégicos de regimes de verdades. Todos esses elementos produzem e são produzidos, não em um local, mas fazem parte de todo um aparato social, em dado momento histórico de seu aparecimento, como formas de normalização do discurso, bem como seu assujeitamento, foram desveladas verdades sociais no sentido de naturalizar e promover aspectos disciplinares discursivos.

Alguns professores deixaram claro em seus relatos o quanto estão descontentes com as reais maneiras que o professor tem sido tratado historicamente, levantando várias questões, quanto à violência, à saúde, ao excesso de carga de trabalho, aos aspectos burocráticos que sobressaem a sua função pedagógica, bem como ao desprestígio social; condições essas de subjetivações que antecedem à escolha de uma área profissional tão relevante, porém

segregadora e marginalizada do ponto de vista do sujeito, fato este identificado nas entrevistas dos sujeitos – discursos.

No caso da produção do conhecimento no campo das ciências humanas, a verdade nunca é um índice em si mesmo, já que pressupõe diferentes possibilidades de entendimento. Alguns princípios da arqueogenealogia, como método de análise, constituíram a descrição densa de certo número de saberes “sobre” o sujeito. Seus discursos permitiram-nos identificar práticas de dominação e estratégias de governo que podem submeter os indivíduos, e a análise das técnicas por meio da qual os homens, trabalhando a relação que os liga a si mesmos, produzem-se, transformam-se e deslocam-se continuamente, constituindo novas subjetividades.

No primeiro Capítulo/Cenário da tese, o objetivo foi compreender os processos históricos da educação brasileira e as suas correlações com a carreira do magistério, mostrando os elementos subsidiadores no sentido de explicitar o fenômeno pesquisado. Suscitam questões inerentes de como o poder chega a cada um de nós (poder pastoral).

Muitos países estão preocupados com a questão do abandono da profissão docente, o envelhecimento da força de trabalho docente e a necessidade de atrair novos professores. Por isso, considerou-se relevante compreender os motivos que fizeram os entrevistados desistirem da carreira do magistério. A trajetória assumida na construção incessante de olhar diferente e problematizar o objeto discursivo da tese levaram à reflexão e adoção de uma postura desafiadora de desvendar os resultados possíveis do discurso encontrado na investigação.

Nesse sentido, os elementos semânticos da linguagem, que Foucault denomina de representação imaginária e parcial do social, revelaram outras facetas dos discursos. Estas, por sua vez, sinalizaram novos discursos e formas específicas de aparição do ordenamento de um novo saber e suas possibilidades de ordenamento. Deste modo, retomou-se a questão do governo de si e dos outros no sentido de compreender a obrigação de dizer a verdade, no ritual de confissão, no momento das entrevistas semiestruturadas, para mostrar como o indivíduo se constitui como sujeito na própria relação e com os outros.

Esse exercício não constituiu uma tarefa fácil, pois foi preciso, como pesquisador, transgredir as práticas culturais estabelecidas durante todo o processo de escolarização, estabelecendo rupturas e transgressões necessárias, estabelecendo novas subjetividades, mesmo no campo da normalização e do controle. A unidade dos discursos sobre a desistência da carreira do magistério não está fundada no objeto (docente desistente), porém se explicita no conjunto de regras que tornaram possíveis o aparecimento de verdades e de novos saberes – objetos.

Do ponto de vista da produção do conhecimento, as análises discursivas dos enunciados revelaram regimes de verdades sobre o processo de “desistir” da carreira. Esses elementos levaram à reflexão de como os discursos vão se especializando nas diferentes teias sociais, legitimando verdades e propagando novos discursos.

De certa maneira, evidenciaram-se formas específicas de controle dos discursos dos sujeitos, analisados a partir dos procedimentos internos e externos discursivos. O sujeito não é assim constituído, porém constituinte dos discursos, evidenciados na fala deles, cujo processo discursivo revelou formas de controle e normalização discursivas. Sendo constituinte, o sujeito torna-se um instrumento do poder e do saber, na trama histórica, na espacialidade do próprio discurso e na configuração de tensão e descontração de sua subjetividade, na relação consigo ou o que Foucault (2010b) denomina de pragmática de si.

Assim, o processo de escolha profissional e a inserção no mundo do trabalho são cada vez mais intrincados, geram dilemas, o que significa que as possibilidades de escolha profissional não estão relacionadas apenas às características pessoais, mas principalmente ao contexto histórico e ao ambiente sociocultural em que o sujeito vive.

Como cuidar de si? De que forma podemos pensar a realidade? De que forma de normalização e controle o sujeito se vê no mundo e nas coisas de que faz parte? Essas questões parecem não estar claras nos discursos dos entrevistados, pois há uma disparidade entre as suas falas, detectada em cada gesto e postura, em cada murmúrio (identificado nas transcrições das entrevistas) e em cada silêncio (discurso não dito).

No Brasil, por exemplo, as diversas carreiras profissionais passam por mudanças significativas em relação ao mundo do trabalho. As relações de ordem econômicas e políticas fazem parte do jogo de interesses do poder estabelecendo novos saberes e suas correlações. Esses interesses do poder não se estruturam de forma harmônica, pelo contrário, se estabelecem em rede e se consolidam essencialmente no mundo das ideias e não do pensamento.

O discurso sobre a carreira do magistério possui características de objeto que, para Foucault, são modos de subjetivação que antecedem a ideia de subjetividade, na qual o discurso assume a sua própria materialidade e dispersão. Como objeto do discurso, a adjetivação do termo “desistir” tornou-se uma condição de vida, revelando, de certa forma, novas formas de resistência.

A necessidade de compreendermos a “ontologia de nós mesmos”, no sentido de que a superação dos condicionantes sociais não está alojada em mecanismos externos ao sujeito, isto é, nasce a partir do sujeito e de suas relações constituintes, está correlacionada à

capacidade de ruptura e transgressão. Essa capacidade implica responsabilização e confronto, que se manifestam nos discursos e na capacidade de cada um de governar a si próprio.

O conjunto de enunciados revelou um saber em que se encontra uma classe desmotivada, desvalorizada, com condições de trabalho precárias e portadora de uma formação que não condiz com as novas exigências da sociedade contemporânea. Foucault nos ensina que a formação da subjetivação das práticas culturais é determinante nas escolhas, bem como a condição de vida de cada um no momento histórico do acontecimento discursivo.

A partir dessas premissas, programar políticas para a valorização desses profissionais implica adoção de ações preventivas, que visem à qualidade de vida dos profissionais ativos e às políticas de tratamento justo e humanitário àqueles que já se encontram debilitados, possibilitando fácil acesso aos serviços de saúde, melhoria da qualidade e da manutenção da própria vida.

Esse investimento justifica-se não apenas pelo cunho humanitário, o que já seria suficiente para evocar as políticas de valorização do profissional de educação, mas também como garantia da qualidade do ensino, que depende diretamente das relações saudáveis entre professores e alunos, e da saúde dos profissionais responsáveis em promovê-la.

Na contramão dos discursos históricos, sentimentos de desencantamento com a profissão foram frequentemente relatados, e mostram a vulnerabilidade a que estão submetidos os profissionais docentes. Esse quadro tem provocado a “fuga” de bons profissionais da educação, que acabam optando por outras carreiras. De forma basilar, os discursos se pronunciaram a partir de um determinado poder e nele se estabelecem como regimes de verdades.

Esse quadro da profissão insere-se na própria natureza das relações educativas. Isto porque os docentes vivem no cotidiano das salas de aula com todas as suas pressões para tomar decisões, mobilizar novos recursos para agir diante das situações cada vez mais complexas que demandam um esforço sobre-humano de coerência e perseverança profissional. Diante do exposto, as instituições que agregam esse profissional devem estar atentas aos fenômenos que ocorrem no ambiente escolar e que dizem respeito à condição humana do professor.

Os entrevistados, quando falam do lugar onde estiveram, teceram seus discursos e seus regimes de verdade, apresentaram descontínuas linguagens que, em consonância com uma formação discursiva, carregaram novos enunciados, e estes, por sua vez, expressos no campo complexo e traumático dos desejos e prazeres. Essa posição que ocupa como sujeito constituinte do discurso e produto de uma representação social é definido a partir das relações

de poder e saber. E o resultado de sua ação será sempre, de certa forma, imprevisível e contraditória, pois o poder está sempre o capturando.

A análise do conjunto de enunciados revelou alguns acontecimentos na ordem do saber, cujo discurso se apresentou como algo difuso, sustentado por uma verdade estabelecida. A diversidade de acepções de conceitos discursivos revelaram construtos teóricos, dando sustentação a novos enunciados, os quais foram manifestados pelos objetos que têm força e materialidade própria, amparados por práticas discursivas específicas a cada sujeito pesquisado. Identificam-se, ainda, significados diversos nas regularidades e espacialidades do discurso, formulados como exercícios do poder, uma prevalência de lutas contra as diferentes formas de sujeição e de normas disciplinadoras.

Mais do que uma lei, um decreto e uma norma (dispositivos externos aos sujeitos), as práticas culturais são determinantes no discurso enquanto elementos dos objetos que falam. No sentido de encontrar nos enunciados uma nova compreensão da realidade, problematizando o saber e as relações de poder dos princípios éticos do sujeito e de como ele exercita os seus próprios campos de domínio e controle diante dos diferentes mecanismos reguladores no sentido do governo de si.

A verdade e as práticas de si estão no jogo das deliberações do sujeito ao aprisionamento da verdade legitimada no saber verdadeiro; são tecnologias do poder, mecanismos de uma microfísica de espacialidades do poder discursivo que pontuamos como processos sociais que constituem o campo de investigação e suas expressões contidas nesse trabalho.

Assim, é preciso promover novas formas de individualidade, criando e recriando novas maneiras de resistir ao poder, liberando-nos das injunções políticas do Estado, recusando e desenvolvendo novas formas de sujeição. Como relata o próprio Foucault (2010b), constitui um constante exercício de recusa e reflexão que não cessa nunca, pois há sempre um novo recomeço; há sempre um novo saber sendo formado constantemente e, por esses motivos, novas formas de subjetividades.

Ao falar, os sujeitos entrevistados foram “induzidos” a pensar os discursos do Estado, que, por sua vez, vão se readequando às dinâmicas do poder e do saber, explicitando movimentos sociais no contexto de uma sociedade de controle. Na análise dos discursos individuais dos sujeitos, não houve a pretensão de dizer se são verdadeiros ou falsos, mas as analíticas do poder nas suas correlações de forças foram expressas também nos discursos das políticas de educação. Os motivos são objetos modificados, não se tratando das mesmas

medidas (ações políticas/porque a designação – “desistir” está presente no jogo das divergências aos próprios objetos e suas regras de formação).

Como pesquisador, empenhamos esforços no sentido de entender essas modalidades discursivas que enunciam saberes e poderes que são ditos e não ditos sobre a desistência da carreira no atual contexto social. Os discursos dos sujeitos fortaleceram verdades sociais por eles propagadas, práticas que fortalecem a permanência e ampliação dessas modalidades enunciativas no intuito “hegemônico” discursivo.

O poder mostrou-se individualizante e subjetivante nos enunciados produzidos, produz técnicas e política de “ser” dos sujeitos, produz ainda uma tecnologia política no sentido de governar a vida. E nesse governo da vida, a linguagem tem se colocado como um forma de construção de subjetividades e como princípio de representação da sociedade. Sobre o ato performativo da fala e a coragem de falar sobre determinado assunto:

[...] no ato de falar, ou, antes (mantendo-se o mais perto possível do que se há essencial para a experiência clássica da linguagem), no ato de *nomear*, a natureza humana, como dobra da representação sobre si mesma, transforma a sequencia linear dos pensamentos numa tabela constante de seres parcialmente diferentes: o discurso em que ele duplica suas representações e as manifesta liga-a à natureza. (FOUCAULT, 1999b, p. 426, grifo do autor).

Os acontecimentos do discurso expressam-se na ordem do saber, datados, inscritos em documentos, adquirindo marca histórica, pois não se trata de uma história evolutiva ou contínua, mas, acima de tudo, se encontra nos jogos estabelecidos do campo político com o intuito de controlar os sujeitos e seus modos de existência.

Enfim, o que temos são jogos de poder ditados por uma minoria com o objetivo de nos induzir a diversos discursos da sociedade. Uma verdade sobre a capacidade de governar a partir da normalização dos sujeitos nela inseridos. A aparição desses discursos revelaram técnicas e táticas, levando os entrevistados a pensar que as suas escolhas são provenientes de si.

Os sujeitos, por não terem seguido a carreira do magistério, da não tomada de posse no concurso de provas e títulos, expuseram, de forma autêntica, as suas verdades (movimento parresiático), isto é, sem “pudor”, a partir de experiências não materializadas (seguir a carreira por meio da tomada de posse do concurso) em seus modos existenciais. Explicitaram modos de permissão ao exercício do poder de ser governado pelos discursos de verdade explicitados em suas falas, e a questão da valorização da carreira perpassa pela questão do retorno financeiro como primeira opção em nela permanecer ou não, porém isso não fica claro em seus relatos.

Desse modo, colocamos a questão da problemática do sujeito e a verdade, no sentido do movimento hermenêutico de si para compreendermos que a verdade foi estabelecida no campo social, mostrando como os discursos da desistência da carreira do magistério – concurso público – estabeleceram comportamentos variados em modos de existência a sujeitos possíveis no momento em que o pensamento deu lugar a um saber verdadeiro.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: UFPR, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de maio de 2009. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com o artigo 6º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, nos artigos 8º, § 1º, e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 40 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 29 maio 2009a. Seção 1. p. 41-42. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2012.

_____. _____. Resolução nº 3, de 8 de outubro de 1997. Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 out. 1997. Seção 1, p. 22987. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0397.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2012.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 17 jul. 2008. p. 1.

_____. **Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009**. Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 ago. 2009b. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm>. Acesso em: 5 abr. 2012.

_____. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 abr. 2013, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acesso em: 5 abr. 2014.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996a. p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 5 abr. 2012.

_____. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 dez. 1996b. p. 28442. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm>. Acesso em: 5 abr. 2012.

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 jun. 2007. p. 7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm>. Acesso em: 5 abr. 2012.

_____. Ministério da Educação. **Educacenso: docentes: 2005-2011**. Brasília: MEC, 2011a.

_____. _____. **Educacenso: matrículas: 2005-2012**. Brasília: MEC, 2012.

_____. _____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: MEC, 2011b. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

_____. _____. **Sinopses estatísticas da educação básica**. Brasília: INEP/DEED, 2010.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. Curitiba: Autêntica, 2010. (Coleção Estudos Foucaultianos, 5).

CARVALHO, Alexandre Filordi de. **História e subjetividade no pensamento de Michel Foucault**. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em Filosofia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHANLAT, Jean-François. Quais carreiras e para qual sociedade?(I). **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 67-75, 1995.

CNTE-Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Retratos da escola 3**. 2003. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

CNTE-Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília: CNTE, v. 6, n. 11, jul./dez. 2012.

COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos I: novos olhares para a pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

CUNHA, Célio da. Magistério: diretrizes de valorização e impasses. **Cadernos de Educação**, Brasília: CNTE, n. 21, p. 145-161, out. 2009. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

DUTRA JÚNIOR, Adhemar F. et al. **Plano de carreira e remuneração do magistério público**. Brasília: MEC/FUNDESCOLA, jan. 2000.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Introdução traduzida por Antonio Cavalcanti Maia. Revisão técnica de Vera Portocarrero. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. Apresentação de Vanice Sargentini. São Paulo: Intermeio, 2012.

FERREIRA, Rodolfo. **As expectativas de professores e licenciados sobre a carreira e remuneração e política de valorização do trabalho docente no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

FISHER, Rosa Maria. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 297 p. Porto Alegre: UFRG/FACED, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. _____. _____. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

_____. _____. _____. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

_____. _____. _____. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a .

_____. **A hermenêutica do sujeito**. Curso dado no Collège de France (1982-1982). Trad. Márcio Alves da Fonseca. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970-1999. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. _____. _____. _____. São Paulo: Loyola, 1999a.

_____. _____. _____. _____. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2006b.

_____. _____. _____. _____. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009a.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002a.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. _____. _____. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Ditos & escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a. v. 2-6.

_____. **Do governo dos vivos**. Curso no Collège de France, 1979-1980. Excertos. Tradução, transcrição e notas de Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2010b.

_____. **Em defesa da sociedade**. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. et al. **Estruturalismo e teoria da linguagem: epistemologia e pensamento contemporâneo**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. São Paulo: Vozes, 1971. 239 p. (Coleção Epistemologia e pensamento contemporâneo).

_____. **História da loucura:** na idade clássica. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2009b.

_____. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade II:** o uso dos prazeres. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Isto não é um cachimbo.** Tradução Jorge Coli. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002b.

_____. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **O governo de si e dos outros.** Curso no Collège de France (1982-1983). Aula ministrada em 5 de janeiro de 1983. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010c.

_____. **O nascimento da clínica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1963.

_____. **O que é um autor?** 7. ed. Trad. Antônio Fernando Cascais. Lisboa: Vega, 2009c.

_____. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Segurança, território e população.** Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Vigiar e punir:** a história das violências nas prisões. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S. **Professores do Brasil:** impasses e desafios. Brasília: Unesco, 2009.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo 2011.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ms>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar** (2008; 2009; 2010). 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

_____. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007.** Brasília: Inep, 2009.

_____. **Censo da educação básica:** 2009. Brasília, 2009.

JORNAL CORREIO DO ESTADO. Aluno fere professor em sala da aula: estudante desferiu golpes de faca, após educador ter pedido que a namorada do rapaz entrasse para assistir à aula. Campo Grande, MS, 14 abr. 2012a. p. 5.

_____. Dos 19 mil professores concursados, ao menos três mil (o que corresponde a 15,8%) estão afastados das salas de aula. Campo Grande, MS, 15 abr. 2012b. p. 7.

LEÃO, Tatiana Calheiros Lapas. A governabilidade da educação e da saúde no cuidado de si dos professores. Campo Grande, MS, 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais – Programa de Pós-graduação em Educação – Cursos de Mestrado e Doutorado. 249 f, 2013.

LAPO, Flavinês Rebolo; BUENO, Belmira Oliveira. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, mar. 2003.

OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Relatório**. [s.l.]: OCDE, 2006.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda C. de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, jan./fev./mar./abr. 2005.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento (Org.). **Arqueologias na pesquisa educacional**. Campo Grande, MS: Editora Oeste, 2011.

_____. (Org.). As instituições: discursos, significados e significantes, buscando subsídios teóricos e metodológicos. In: _____. **Diálogos em Foucault**. Campo Grande, MS: Editora Oeste, 2010a.

_____. (Org.). **Diálogos em Foucault**. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2010b.

_____. (Des)regularização do sujeito: constituições, mecanismos, concessões. In: _____. **Poderes e saberes: corpus em educação**. Campo Grande-MS. Ed. Oeste, 2013.

_____. As instituições: discursos, significados e significantes, buscando subsídios teóricos e metodológicos In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NOS REFERENCIAIS FOUCAULTIANOS (GEIARF), 3., 2005, Campo Grande. Campo Grande, MS: Programa de Pós-Graduação em Educação/UFMS, 2005.

PMCG-Prefeitura Municipal de Campo Grande. Decreto nº. 10.343, de 22 de janeiro de 2008. Campo Grande, MS, 2008.

PMCG-Prefeitura Municipal de Campo Grande. **DIOGRANDE**. Campo Grande, MS: DIOGRANDE, 2011.

POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma educacional**: uma política sociológica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RAMOS, Mozart Neves. O novo PNE e a formação docente. In: ROITMAN, Isaac; RAMOS, Mozart Neves (Orgs.). **A urgência da educação**. São Paulo: Moderna, 2011.

RATTO, Ana Lúcia Silva. **Livros de ocorrências**: (in)disciplina, normalização e subjetivação. São Paulo: Cortez, 2007.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Educação. **Encarte**. Rio de Janeiro: SED/Rede Estadual de Ensino, 2009.

SANTOS, Mirna Wolff Brancmann. **Sexualidade da pessoa com deficiência mental:** entre discursos de verdade e a possibilidade de outras práticas de si. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2007.

SOUZA, Marina Cezaria. **A deficiência na infância:** a formação dos discursos e as formas de controle. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2011.

GLOSSÁRIO

ACONTECIMENTO: Não busca o sentido do discurso, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento (FOUCAULT, 2009a). Um fato pelo qual algumas análises históricas fornecem a descrição – uma cristalização de determinações históricas complexas. Caracteriza a modalidade de análise histórica da arqueologia, e pode ter dois sentidos: como novidade ou diferença ou como regularidade (acontecimento arqueológico) e – prática histórica (acontecimento discursivo). (FOUCAULT, 2007a).

ARQUIVO: Refere-se ao documento no sentido de explicitar um discurso do que é dito na esfera de um determinado saber, significa todo um conjunto de regras que, em determinado momento histórico e em determinada sociedade, determinou e condicionou o conteúdo do que poderia ser dito, seus limites e suas formas de manifestações, quanto tudo aquilo que valeria lembrar, para reconstruir e buscar novos enunciados. (FOUCAULT, 2009b).

ARQUEOLOGIA: A arqueologia não busca formas gerais, mas configurações singulares. Sua descrição não é do mesmo tipo das interpretações, da gramática, da compreensão da subjetividade, da *Weltanschauung*. Pois para esses domínios o que ela prima, por sua vez, é para a arqueologia exclusão deliberada e metódica. A arqueologia é uma análise comparativa de enunciados dentro de uma mesma formação discursiva na qual a diversidade dos discursos não será reduzida a fim de delinear-se uma unidade total. O objeto da pesquisa arqueológica será, portanto, o que se chama de prática discursiva “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. (FOUCAULT, 2009b).

DISCURSO: Um conjunto de signos (elementos e práticas) que formam sistematicamente os objetos de que falam. Os discursos são feitos de signos – utilizar esses signos para designar “coisas”. Um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva, número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência domínio geral de todos os enunciados e um grupo individualizável de enunciados. Uma prática regulamentada, dando conta de certo número de enunciados (FOUCAULT, 2009a).

DISCIPLINA: Esse tipo de poder, uma técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. Isola em um espaço fechado esquadrinhado, hierarquizado, capaz de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que dele se exige. É uma forma de controle do tempo, estabelece uma sujeição do corpo ao tempo, com o objetivo de produzir o máximo de rapidez e o máximo de eficácia. Neste sentido, não é basicamente o resultado de uma ação que lhe interessa, mas seu desenvolvimento. Em suma o poder disciplinar não destrói o indivíduo, ao contrário, ele o fabrica. (FOUCAULT, 1979, p. XIX-XX).

DISPOSITIVO: O termo dispositivo é utilizado como um conjunto heterogêneo contidos nas instituições, nos discursos, nos regulamentos, nas leis, nos decretos, no dito e no não dito. É nessa interface discursiva que a tese configura-se como campo de discursos em formação, em processos históricos e acontecimentos que o próprio discurso põe em suspensão. Foucault (2005) argumenta que uma série de acontecimentos relatados em registros documentais ou obras são consideradas outros discursos e na arqueologia insere-se no campo denso da descrição de enunciados históricos dado como acontecimentos. (FOUCAULT, 2005).

ENUNCIADO: A descrição do enunciado não deve ser restrita nem à análise lógica e nem a uma análise gramatical, mas está situada num nível específico e peculiar de descrição. Ao descrever os enunciados em sua exterioridade, Foucault direciona-nos a percebê-los na sua dispersão e, com isso, atentarmos para a consideração de sua descontinuidade, apreendendo sua própria irrupção no lugar e no momento em que se produziram, para reencontrarmos sua incidência de acontecimento. (FOUCAULT, 2009a).

FORMAÇÕES DISCURSIVAS: Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram para uma época dada, e uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2007c, p. 153-154).

GENEALOGIA: A genealogia é uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. O que faz a genealogia é considerar o saber – compreendido com a materialidade, como prática, como acontecimento – como peça de um dispositivo político que, enquanto dispositivo, se articula com a estrutura econômica. (FOUCAULT, 1979, p.XXI-7).

NORMALIZAÇÃO: Com vistas a diferenciar entre a lei, a disciplina e a segurança, realizada por Foucault e onde ele aponta que: a primeira, a lei, é a que proíbe, a segunda, a disciplina, é a que prescreve e, a terceira, a segurança, nem proíbe ou prescreve, mas anula, limita ou regula uma realidade através de alguns instrumentos de proibição e de prescrição. A lei possui uma normatividade que a relaciona à norma, mas que não se configura em técnica de normalização. A normalização é conseguida pela disciplina que estabelece procedimentos e demarca o que é normal e o que é anormal, sendo preferido por Foucault, nesse caso, o termo ‘normação’ em vez de normalização. Na segurança, o normal vem primeiro e dele se deduz a norma ocorrendo então à normalização. (FOUCAULT, 2008a).

ONTOLOGIA: Evidencia a noção de homem, a ética aparece nos estudos de Foucault, a ontologia é discutida a partir de seus textos da década de 1980, sobre *Aufklärung* de Kant. Ontologia e ética são, portanto, conceitos de seu pensamento. Para Foucault, a ética está situada nas relações de saber e poder, ela não é pensada dedutivamente a partir de um suposto bem ou de uma possível finalidade do homem. Ele a conceitua como sendo o uso crítico de nossa liberdade, no interior das tramas do saber-poder. Na noção de ontologia está inserida ao ser histórico, em sua relação com a verdade. É uma ontologia de nosso ser histórico. (FOUCAULT, 2010)

PARRÉSIA: “[...] – é, portanto uma certa maneira de falar. Mais precisamente, é uma maneira de dizer a verdade. “[...] é uma maneira de dizer a verdade tal qual abrimos para nós mesmos um risco pelo próprio fato de dizer a verdade. [...]” a parrésia é uma maneira de abrir esse risco vinculado ao dizer-a-verdade constituindo-nos de certo modo como parceiros de nós mesmos quando falamos, vinculando-nos a o enunciado da verdade e vinculando-nos à enunciação da verdade (FOUCAULT, 2010, p 63-64).

POSITIVIDADE: Domínios de objetos do discurso. (FOUCAULT, 2009a).

PODER: A questão do poder é um dos principais elementos de pesquisas em Foucault, pois segundo a sua base epistemológica, o poder não é algo concentrado em alguém ou alguma coisa, é uma prática social. Não podemos analisar o poder a partir de uma visão fatalista da realidade, na linearidade, pois ele não apenas destrói, ele fabrica coisas e objetos, isso

significa dizer que o poder seja positivo ou negativo, ele situa-se no plano dos dois elementos, o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. O poder passa através do indivíduo que o constitui. (FOUCAULT, 1979)

SABER: A esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensável à constituição de uma ciência, apesar de não destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar de saber. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico (o saber da psiquiatria, no século XIX, não é mais a soma do que se acreditava fosse verdadeiro; é o conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios de que se pode falar o discurso psiquiátrico); um saber é também um espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso. (FOUCAULT, 2007b, p. 204).

VERDADE: Um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem a apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regimes de verdade”. (FOUCAULT, 2007a).

ANEXO

ANEXO A - Resolução do Colegiado do Curso.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Centro de Ciências Humanas e Sociais



RESOLUÇÃO Nº 054 DE 20 DE AGOSTO DE 2012

A PRESIDENTE DO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais *ad referendum*:

1 Aprovar os Projetos de Pesquisa da Turma 2011, do Curso de Doutorado, dos seguintes acadêmicos:

- *Caio Nogueira Hosannah Cordeiro — A reforma Lúcio Costa e o ensino da Arquitetura e do Urbanismo da Escola Nacional de Belas Artes à Faculdade Nacional de Arquitetura (1931-1943) —, sob orientação da Profa. Dra. Silvia Helena Andrade de Brito;*
- *Dante Alighieri Alves de Mello — Análise de um software educacional para a aprendizagem de ondas sonoras através das interações e mediações em sala de aula —, sob orientação da Profa. Dra. Shirley Takeco Gobara;*
- *Jorge Luís D'Avila — Formação de Professores da Educação Básica: o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) no Estado de Mato Grosso do Sul —, sob orientação da Profa. Dra. Maria Dilnéia Espindola Fernandes;*
- *Luci Carlos de Andrade — Formação de Professor de Educação Infantil: identidade, subjetividade e prática pedagógica —, sob orientação da Profa. Dra. Lucrécia Stringhetta Mello;*
- *Marta Banducci Rahe — As materialidades das aulas de Línguas Vivas: fontes que indicam a (re)construção da história das práticas curriculares do ensino secundário no sul de Mato Grosso (1939-1971) —, sob orientação da Profa. Dra. Eurize Caldas Pessanha;*
- *Oswaldo Ribeiro da Silva — Diretrizes Curriculares como instrumento de legitimação do campo jornalístico: o ensino de jornalismo e o perfil do egresso, propostos pela UNESCO (2007) e pelo MEC (2009) —, sob orientação da Profa. Dra. Fabiany de Cássia Tavares Silva;*
- *Ronaldo Maciel Pavão — Discussões filosóficas acerca das contribuições da pedagogia anarquista para a educação, o trabalho e a autonomia na sociedade capitalista —, sob orientação da Profa. Dra. Inara Barbosa Leão;*

- *Sergio Antunes de Almeida — A identidade do professor e sua constituição a partir da nova configuração de professor e tutor na modalidade EAD —, sob orientação da Profa. Dra. Sonia da Cunha Urt;*
- *Luis Eduardo Moraes Sinésio — A produção social dos discursos da desistência da carreira do magistério no Município de Campo Grande (MS): entre regimes de verdade —, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos do Nascimento Osório;*

2 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Profa. Dra. Fabiany de Cássia Tavares Silva

Presidente

ANEXO B - Formulário de “Solicitação de Pedidos de Exoneração” – Secretaria de Educação de Campo Grande.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO CGC 03.501.506.0001.06	REQUERIMENTO DE EXONERAÇÃO DE CARGO EFETIVO
---	--	--

Ilmo Sr. Secretário Municipal de Administração:

Nome: _____ Cadastro _____
 Cargo _____ GR/REF/Classe _____, do
 Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Grande, lotado na Secretaria
 _____, em exercício na unidade _____,
 vem mui respeitosamente requerer exoneração do cargo efetivo a partir de _____, por motivo
 de: _____

mudança de cidade
 outro emprego
 nomeação por aprovação em Concurso Público PMCG
 outros (explicitar): _____

Nestes termos,
 pede deferimento

Campo Grande-MS, ____ de _____ de 20 ____

 Assinatura

Observação: Anexar ao requerimento os seguintes documentos: cópia da última folha de frequência com carimbo e assinatura da chefia imediata, carteira do IMPCG e cópia do último contracheque.

COD: 005/030/030

C:/MIN2001/GAD/FORMULÁRIOS/20130813155108

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós Graduação em Educação - PPGEdU

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Campo Grande – MS, 23 de Agosto de 2012.

Aos: Professores participantes do estudo

De: Pesquisador: Luís Eduardo Moraes Sinésio

Você está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa intitulado: **“A produção Social do discurso da desistência da carreira do magistério no município de Campo Grande/MS: entre regimes de verdade”**.

Tenho o objetivo de enriquecer minha tese de doutoramento, evidenciando dados relevantes explicitados nos discursos verbalizados por vocês, no sentido de oferecer subsídios acerca do problema da investigação. Enfatizo ainda que você pode se retirar a qualquer momento do estudo sem prejuízo de qualquer natureza a sua pessoa.

Projeto: “A produção Social do discurso da desistência da carreira do magistério no município de Campo Grande/MS: entre regimes de verdade”.

- **Objetivo da pesquisa:** Investigar e analisar qual a produção social do discurso da desistência da carreira do magistério no município de Campo Grande/MS por meio das análises dos regimes de verdade

Objetivo da participação dos docentes: Coletar informações acerca dos discursos proferidos sobre a desistência na carreira do magistério no município de Campo Grande/MS.

Solicitação:

Para coletar dados para a pesquisa relativa às opiniões dos docentes a respeito dos motivos e a percepção que os levaram a desistirem da carreira do magistério no momento em que foram convocados nos concursos públicos para o magistério municipal na cidade de Campo Grande/MS no entretanto de 2005 a 2010.

Peço ainda autorização para utilizar essas informações no corpo de meu relatório de pesquisa e consequente publicação em forma de artigos, relatos de experiência, capítulos de livro, matérias de jornal ou outras publicações do gênero. Garanto, contudo a preservação da

identificação dos sujeitos entrevistados, pois as referências a ela/s nesses trabalhos sempre serão feitas sob o uso de nomes fictícios.

Se desejar esclarecimentos a quaisquer outras dúvidas poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS, ou o pesquisador, nos telefones constantes abaixo.

Assim, se você concordar em participar do estudo, precisa que assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias. Você receberá uma cópia e o pesquisador recolherá a outra via para arquivar.

Esta proposta de pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética para pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, instância da UFMS que autoriza a realização da pesquisa.

Desde já agradeço.

Eu, _____ declaro que li e entendi este documento e que todas as minhas dúvidas foram esclarecidas na pesquisa, ora intitulada “A produção social dos discursos da desistência da carreira do magistério no município de Campo Grande/MS” por meio dos regimes de verdades permitindo a utilização dos dados coletados (reações, comentários e desenhos) na elaboração de relatórios artigos ou outras produções acadêmicas e sua consequente publicação, desde que preservada a identificação dos sujeitos participantes do estudo.

Campo Grande, _____ / _____ /2012,

Responsável

Se possível, deixe telefones para contato:

Luís Eduardo Moraes Sinésio – Pesquisador
Tel.: (67) 3362-4650/9213-1999 e 8166-7729.

O telefone do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS
(067) 3345-7187.

APÊNDICE B – Termo de Anuência.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós Graduação em Educação - PPGEduc



TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, _____, RG _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado: “A produção social dos discursos da desistência da carreira do magistério no município de Campo Grande/MS: entre regimes de verdades”, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Luís Eduardo Moraes Sinésio sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação.

Nome completo do voluntário:

Assinatura do voluntário:

Nome completo do pesquisador: Luís Eduardo Moraes Sinésio

Assinatura do pesquisador:

_____ Data: _____

Telefones para contato: (067) 9213-1999 e ou 8166-7729

Nome completo do orientador: Antônio Carlos do Nascimento Osório

Assinatura do orientador:

Programa de Pós-Graduação em Educação

Curso de Doutorado – 3345-7616

APÊNDICE C – Ficha Informativa.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós Graduação em Educação – PPGEduc
Curso de Mestrado e Doutorado



FICHA INFORMATIVA

Nº DO FORMULÁRIO: _____ CÓDIGO DO ENTREVISTADO: _____

INFORMAÇÕES GERAIS	
1 Idade: ____ (anos)	2 Sexo: Masculino () Feminino ()
3 Naturalidade: Cidade: _____ Estado: _____	
4 Formação: () Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado Outro: _____	
5 Situação conjugal: () casado () solteiro () separado/divorciado/desquitado () viúvo () Outro: _____	
6 Você tem filhos? () não () sim Quantos? _____	
7 Renda média mensal (individual) – em salários mínimos: ____ Total: _____	
8 Tempo de trabalho como professor: ____	
9 Exerce alguma outra atividade na(s) instituição(ões) de ensino, além do magistério? () Não () Sim Qual: _____	
10 Exerce outra atividade profissional? () Não () Sim Quanto tempo dispõe, por semana, para esta atividade. ____	
11 Atua em mais de uma instituição de ensino? () Não () Sim Quantas. _____ Caso sim, por quê? _____ Não leciono atualmente. _____	
12 Disciplina que leciona: _____	
I CONCURSO PARA O MAGISTÉRIO	
1 - O que fez você optar pela carreira do magistério? () realização profissional () gostar de ensinar () influência familiar () outra opção: descreva	2 - Como você identifica a carreira do magistério no momento atual 1 - Dois aspectos positivos: 2 - Dois aspectos negativos
3 - Como você identifica sua relação entre o poder público e a classe do magistério?	
4 - Quais os motivos para a “desistência” do concurso para o magistério?	

APÊNDICE D – Formulário de entrevista semiestruturada.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós Graduação em Educação – PPGEduc
Curso de Mestrado e Doutorado



ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

INFORMAÇÕES GERAIS: IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO	
1 Idade: ____ (anos)	2 Sexo: Masculino () Feminino ()
3 Naturalidade: Cidade: _____ Estado: _	
4 Formação: () Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado Outro: ____	
5 Situação conjugal: () casado () solteiro () separado/divorciado/desquitado () viúvo () Outro: _____	
6 Você tem filhos? () não () sim Quantos? _____	
7 Renda média mensal (individual) – em salários mínimos: ____ Total: _____	
8 Tempo de trabalho como professor: ____	
Obs.: As questões de 09 a 12 somente serão respondidas por sujeitos que exercem o magistério	
9 Exerce alguma outra atividade na(s) instituição(ões) de ensino, além do magistério? () Não () Sim Qual? _____	
10 Exerce outra atividade profissional? () Não () Sim Quanto tempo dispõe, por semana, para esta atividade. ____	
11 Atua em mais de uma instituição de ensino? () Não () Sim Quantas? _____ Caso sim, Por quê. _____ Não leciono atualmente. _____	
12 Disciplina que leciona: _____	
II – CONCURSO PARA O MAGISTÉRIO: ASPECTOS – FORMAÇÃO DAS UNIDADES DISCURSIVAS - ENUNCIADOS	
2.1-O que fez você optar pela carreira do magistério? () realização profissional () gostar de ensinar () influência familiar () outra opção: descreva	2.2 - Como você identifica a carreira do magistério no momento atual 1- Dois aspectos positivos: 2- Dois aspectos negativos:
3-Como você identifica qual a relação entre o poder público e a classe do magistério?	

III- RAZÕES E MOTIVOS PARA DESISTIREM DO MAGISTÉRIO

Por que desistiu do concurso para o magistério?

- 1- () por não me identificar com o magistério
- 2- () no momento em que fui chamado não pude assumir por problemas particulares
- 3- () por não me sentir preparado para assumir uma sala de aula
- 4- () por ter passado em outro concurso
- 5- () outros: _____

IV – ASPECTOS SOCIAIS DA DESISTÊNCIA DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

4.1-Quais aspectos você atribui que leva uma pessoa a desistir da carreira do magistério – concurso público? Como você analisa as questões de ordem econômica e política da carreira no atual momento em que vivemos?

4.2- Em sala de aula, como você analisa o conhecimento produzido pelos docentes bem como o seu envolvimento/compromisso com o ensino?

4.3- Você identifica as questões salariais como um incentivo à busca pelo magistério?

4.4- De que forma você identifica a relação entre o discurso oficial e o que se pratica efetivamente como política de educação?

4.5- De que forma o professor pode dar sentido a sua prática em sala de aula, tendo em vista as condições que lhes são dadas na escolarização?

4.6- Quais os maiores problemas o professor enfrenta em seu cotidiano em sala de aula?

APÊNDICE E - Fluxograma das análises foucaultianas.

